

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB**

Cecília de Lourdes Porto Gaspar Moreira

**Colônia do Sacramento: Permanência Urbana na
Demarcação de Novas Fronteiras Latino-Americanas.**



Rio de Janeiro – Março de 2009

Colônia do Sacramento: Permanência Urbana na Demarcação de Novas Fronteiras Latino-Americanas.

Cecilia de Lourdes Porto Gaspar Moreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Doutora Luciana da Silva Andrade

Rio de Janeiro
Março de 2009

M838

Moreira, Cecília de Lourdes Porto Gaspar,

Colônia do Sacramento: permanência urbana na demarcação de novas fronteiras Latino-Americanas./ Cecília de Lourdes Porto Gaspar Moreira. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

xvii, 134 f. : il., 30 cm.

Orientadora: Luciana da Silva Andrade.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2009.

Referências bibliográficas: p.97-100.

1. Evolução urbana – Colônia do Sacramento (Uruguai). 2. Colônia do Sacramento (Uruguai) - História. I. Andrade, Luciana da Silva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711.409

Colônia do Sacramento: Permanência Urbana na Demarcação de Novas Fronteiras Latino-Americanas.

Cecília de Lourdes Porto Gaspar Moreira

Orientadora: Prof^a Doutora Luciana da Silva Andrade

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Aprovada por:

Prof^a. Doutora Luciana da Silva Andrade – Orientadora (PROURB/UFRJ)

Prof. Doutor Claudio Antonio Santos Lima Carlos (UFRRJ)

Prof^a. Doutora Andréa de Lacerda Pessôa Borde (UFRJ)

Prof^a. Doutora Eliane da Silva Bessa (PROURB/UFRJ)

Rio de Janeiro, 30 de março de 2009.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a evolução urbana de Colônia do Sacramento: suas permanências e transformações. O recorte temporal vai desde a sua fundação, em 1680, até os dias atuais. As principais referências teóricas foram Françoise Choay (2001), Aldo Rossi (2001), Nuno Portas (2000) e Kevin Lynch (1975). A história de Colônia do Sacramento foi reconstituída a partir de Silvestre Ferreira da Sylva (1748), Simão Pereira de Sá ([1737], 1993), Jonhatas da Costa Rego Monteiro (1937) e Fernando Capurro (1928). A partir da bibliografia e dos dados levantados, analisamos as permanências e transformações urbanas deste núcleo fortificado de origem portuguesa, realizando uma revisão cartográfica dos mapas e plantas históricos, além de confrontá-los entre si e com mapas atuais. Os mapas históricos foram reconstituídos digitalmente sobre as bases cartográficas atuais, resultando em cinco mapas de diferentes períodos, a saber: 1680, 1731, 1753, 1762 e 2009. Criamos, também, uma linha do tempo com os principais fatos políticos, econômicos e sociais, que ocorreram nos 329 anos de existência da Colônia do Sacramento. Constatamos, então, que a permanência de Colônia do Sacramento foi decorrência tanto de sua origem histórica, quanto do seu longo período de abandono.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the colony of Sacramento's urban evolution: its stay and its changes. From its colonization in 1680 until the present days. The main theoretical references were Françoise Choay (2001), Aldo Rossi (2001), Nuno Portas (2000) and Kevin Lynch (1975). The history of Colonia del Sacramento was reconstituted from Silvestre Ferreira da Sylva (1748), Simão de Sá Pereira ([1737] 1993), Jonhatas da Costa Rego Monteiro (1937) and Fernando Capurro (1928). From the literature and data collected, analyze the continuities and transformations of the urban core fortified Portuguese origin, carrying out a review of cartographic maps and historical plants, and compare them with each other and current maps. The historical maps were reconstructed digitally on cartographic current, resulting in five maps of different periods, namely 1680, 1731, 1753, 1762 and 2009. We have also created a timeline with key political events, economic and social, which occurred in 329 years of existence of Colonia del Sacramento. We then discovered that the permanence of Colonia del Sacramento was due both to its historical origin, and its long period of neglect.

Ao Casal João Rodrigues da Silva e Antônia dos Santos Pereira (in memoriam)

que se casaram na Colônia do Sacramento por volta de 1737 e lá viveram por 40 anos, meus sextos avós, fontes de inspiração da minha curiosidade sobre a permanência neste e deste núcleo urbano.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado, embora muitas vezes sua produção possa parecer um trabalho solitário e por vezes árduo, é, sem dúvida, a somatória de esforços e contribuições de muitas pessoas. Eu gostaria de, neste sentido, agradecer a todos, que, de forma única foram importantes para esta produção. Espero não cometer omissões.

Em primeiro lugar agradeço a Luciana da Silva Andrade, pelo apoio e incentivo iniciais na realização desta pesquisa, por sua ajuda constante, mesmo do exterior, por acreditar no meu trabalho e pela orientação valiosíssima e precisa com que me brindou.

A Roberto Segre pela orientação durante o primeiro ano de mestrado e pelos contatos feitos em Buenos Aires que em muito contribuíram para esta pesquisa.

A Ramon Gutierrez que, em Buenos Aires, me atendeu no CEDODAL (Centro de Documentação de Artes y Arquitectura Latinoamericana) e me deu acesso livre a sua biblioteca e a livros específicos sobre o meu tema e me encaminhou para a arquiteta Alma Odriozola na cidade de Colônia do Sacramento.

A Alma Odriozola por ter sido uma excepcional anfitriã em Colônia, encaminhando-me a diversos agentes da administração pública da cidade e a outros personagens locais os quais entrevistei, e por seu permanente apoio me enviando documentos.

A Cristián Pos, Diretor Geral dos Museus de Colônia, pelo passe livre a todos os recintos, arquivos públicos e privados, e a todos os funcionários destas repartições que tão solícitamente me atenderam.

A Ana Orona que me recebeu na Câmara Municipal de Colônia para apresentação desta pesquisa junto aos outros vereadores da cidade.

A Marcelo Payssé, arquiteto e diretor do Departamento de Informática da Faculdade de Arquitetura da Universidad de la República, Montevideu, Uruguai, colega virtual, pela gentileza de me enviar o CD “La Colonia del Sacramento en Realidad Virtual”, trabalho realizado sob a sua coordenação reconstruindo virtualmente a cidade de Colônia do Sacramento em 1762.

Ao PROURB por ter me dado a possibilidade de participar do mestrado sanduíche em Buenos Aires, o que me permitiu pesquisar nos arquivos e bibliotecas desta cidade e ir a campo, atravessando o Rio da Prata, para Colonia del Sacramento, no Uruguai. E a Frederico Braida com quem compartilhei esta bolsa no exterior, companheiro destas pesquisas “*platenses*”.

A Andréa Borde e Eliane da Silva Bessa pelos valiosíssimos comentários, realizados na banca de qualificação, que enriqueceram minha pesquisa.

A Sergio Fagerlande, amigo e companheiro de mestrado, por todo carinho e apoio demonstrado durante este processo.

Aos funcionários do PROURB pelo atendimento prestado durante o curso.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas pesquisados no Rio de Janeiro, pela entrega precisa da informação requerida.

A Maria Fernanda Bicalho, pelo carinho com que me recebeu e o apoio prestado.

A Mauro Bitar, arquiteto amigo, pelo carinho e apoio na revisão desta dissertação.

Aos meus pais Luis Gaspar Moreira e Liliane Isadora Porto Gaspar Moreira, por tudo. Este produto, que é esta dissertação de mestrado, não é fruto exclusivo deste período do curso. É parte de um processo maior pelo qual devo muito a eles.

Aos meus filhos, Diego e Italo, agradeço a paciência pelas minhas ausências maternas, a colaboração carinhosa apesar destas ausências, o apoio, incentivo e respeito pela minha pesquisa. A Italo por ter me acompanhado a Buenos Aires, e a Diego por ter ficado acompanhando o pai.

Aos meus sogros Ernesto Silverio e Silva Guillot, pela carinhosa acolhida em Buenos Aires.

A meu tio Tutu, Arthur Gaspar Moreira (in memoriam), pelo incentivo e carinho de sempre.

A Luis Alberto Silverio, por tudo.

SUMÁRIO

Introdução	01
 Capítulo 1: Antecedentes da Cidade Fortificada no Reino de Portugal	
1.1 A cidade portuguesa fortificada.....	10
1.2 O papel dos engenheiros-militares portugueses na construção das cidades brasileiras.	14
 Capítulo 2: Colônia do Sacramento dentro do contexto geográfico e político	
2.1 A Disputa territorial e do Controle Comercial na Região do Rio da Prata entre as duas Coroas Ibéricas.....	22
2.2 A Fundação estratégica da Colônia do Sacramento e o primeiro Grande Período de ocupação Lusa.	29
2.3 O Segundo Grande Período Luso e a Construção de uma Importante Moeda de Troca.	31
 Capítulo 3: Evolução Urbana de Colônia do Sacramento durante a colonização lusa	
3.1 A Escolha do lugar e o traçado da Fortificação – o primeiro grande período de ocupação lusa – 1680 a 1704.	37
3.2 A Cidade amuralhada e a Cidade fora muros dos casais agrícolas – o segundo grande período de ocupação lusa.	49
3.3 O traçado urbano, os espaços públicos, a praça de armas e o arruamento.....	55
3.4 As construções da Colônia do Sacramento.....	59
3.5 O estudo da evolução urbana de Colônia do Sacramento através da sua cartografia.	60
 Capítulo 4: Da cidade em ruínas as ruínas da cidade Patrimônio da Humanidade	
4.1 A cidade destruída e abandonada.....	73
4.2 O resgate da identidade pelo resgate do patrimônio histórico.....	77
4.3 A declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade, a museificação e a Gentrificação.....	83

4.4 Ameaças externas – a ponte Buenos Aires-Colônia.....	85
4.5 A relação e a tensão entre patrimônio e turismo.....	87
Considerações Finais:	
A permanência e a construção da Cidade Patrimônio	91
Referências Bibliográficas.....	97
Anexos.....	101

INDICE DAS FIGURAS

Figura A:	Mapa da América do Sul, localização do Uruguai. Fonte: Wikipédia....	04
Figura B:	Foto aérea do Rio da Prata, localização das cidades de Colônia do Sacramento, Buenos Aires e Montevidéu. Fonte: Google – Imagens..	04
Figura C:	Foto aérea da Cidade de Colônia do Sacramento e Ilhas de São Gabriel. Fonte: Google Earth	04
Figura 01:	Castros. Ruínas da Cidade de Terroso, Portugal. Fonte:Wikipedia...	10
Figura 02:	Torre de Menagem – Castelo de Montemor-o-Velho, Portugal. Fonte: Wikipedia.....	11
Figura 03:	Baluartes – Praça Forte de Valença, Rio Minho, Portugal. Fonte: Wikipedia.....	11
Figura 04:	Canhão – Fonte: Tratado de Filipo Terzi, arquiteto e engenheiro militar em Portugal – 1578.....	12
Figura 05:	Estudo do sistema defensivo – muralhas com torres quadradas com indicação das falhas da defesa colateral – Fonte: Tratado de Fortificação de Luis Pimentel (1613-1679).....	13
Figura 06:	Desenho Baluarte, fosso e cortina – Fonte: Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares.....	13
Figura 07:	Baluarte – Fonte: obra de Vauban.....	101
Figura 08:	Cortina – Les Fortification de Saint-Martin-deRé, França. Fonte: Wikipedia.....	101
Figura 09:	Estrada coberta – Les Fortification de Saint-Martin-deRé, França. Fonte: Wikipedia.....	102
Figura 10:	Capa do Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares.....	102
Figura 11:	Elementos da fortificação abaluartada, construção do hornoveque. Desenho. Fonte: Arquitetura Militar de Fortificação, Luis Pimentel.....	15
Figura 12:	Representação dos Campos de Guarda, meias portas em forma de alçapão. Desenho. Fonte: Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar Praças Regulares e Irregulares.....	16

Figura 13:	Representação de porta elevadiça. Desenho. Fonte: Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar Praças Regulares e Irregulares.....	16
Figura 14:	Fillipo Terzi, capa do Tratado de 1578.....	17
Figura 15:	Engenheiro desenhando a planta de uma fortificação, acompanhado de dois auxiliares. Desenho. Fonte: obra de Nicolau de Langres, 1665...	18
Figura 16:	Elementos constitutivos de carreta de campanha de peça de artilharia. Desenho. Fonte: obra de Miguel Lescole de 1688.....	19
Figura 17:	Panorâmica superior de peça de artilharia; guarnição artilhando peça. Desenho. Fonte: obra do Conde de Lippe.....	19
Figura 18:	Cerco e bombardeamento de posições. Fonte: Tratado de Expugnação de Prado Velasco, século XVIII.....	20
Figura 19:	Peça de artilharia de campanha e morteiro, em fundo acampamento de guerra. Desenho. Fonte: obra do Conde de Montecucoli (1608-1681).....	20
Figura 20a:	Mapa esquemático da América do Sul com a projeção do meridiano de Tordesilhas segundo diferentes geógrafos.....	22
Figura 20b:	Mapa sobre a interpretação do Tratado de Tordesilhas. Territória da Colonia do Sacramento, pelo 1º Marques de Abrantes, 1726. Original arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa.....	23
Figura 21:	Buenos Aires, 1ª Fundação. Desenho posterior a 1536. Arquivo da Nação, Argentina.....	25
Figura 22:	Buenos Aires, cerca de 1700. Original arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	27
Figura 23:	Rio da Prata, mapa esquemático, retirado do site www.fortalezasmultimedia.com.br	28
Figura 24:	Rio da Prata, localização da Colônia do Sacramento. Mapa elaborado por Tomas Lopez, 1777.....	29
Figura 25:	Fundação da Colônia do Sacramento em 1680. Painele em azulejo existente no Bairro Histórico da Colonia del Sacramento. Foto da autora.....	29
Figura 26:	Imagem da Colônia do Sacramento cerca de 1735. Aquarela existente no Museu Municipal da Colônia do Sacramento. s/d, s/n.....	31
Figura 27:	Imagem da Colônia do Sacramento cerca de 1776. Aquarela existente no Museu Municipal da Colônia do Sacramento. s/d, s/n.....	33

Figura 28:	Mapas das Capitanias Hereditárias do Brasil.....	34
Figura 29:	Mapa esquemático das Capitanias Hereditárias no Brasil no ano de 1534.....	34
Figura 30:	Mapa esquemático do território do Brasil no ano de 1789.....	34
Figura 31:	Planta de levantamento da Colonia do sacramento elaborada por Bernardo Antonio Meza. Desenhada em Madri em 1691.....	41
Figura 32:	Planta da Colônia do Sacramento de 1680. Desenho de origem espanhol, cópia existente no Arquivo Regional da Colônia.	42
Figura 33:	Desenho geometrizado da planta da Colônia do Sacramento. Elaborado pela autora.	42
Figura 34:	Planta da Praça-forte do Príncipe da Beira. Fonte: Aurélio de Lyra Tavares, A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil.....	43
Figura 35:	Praça-forte do Príncipe da Beira. Foto aérea atual. Fonte:Wikipedia..	43
Figura 36:	Material de protecção artificial contra fogos: parapeitos de sacas, gáveas. Desenho. Fonte: Tratado de Luis Pimentel.	44
Fig. 37 e 38:	Planta da Cidade da Nova Colonia do Sacramento no Rio da Prata. Tirada por Pedro Gomes de Figueiredo, Tenente de Mestre de Campo General de Infantaria e Engenheiro das Fortificações da mesma Praça, no ano de 1732. Cópia encontrada no Arquivo Regional da Colônia do Sacramento.	50
Figura 39:	Planta Topografica da Praça da Nova Colonia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro José da Silva Paes no ano de 1736.	52
Figura 40:	Planta da Nova Colônia do Sacramento, do monge beneditino Frei Estevão do Loreto Joassar, do ano 1737. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro.	52
Figura 41:	Plano da Praça e Território da Colonia de S.mo Sacramento situada na margem Septentrional do Rio da Prata por José Custódio de Sá e Faria, Tenente Coronel do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, no ano de 1753. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro. Aquarela colorida sobre papel de 74x61 cm.....	53
Figura 42:	Plano de La Plaza de Colonia del Sacramento. Por George de Bois, 1762. Original Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.....	54
Figura 43:	Pedras na beira do rio, lado sul. Foto da autora.....	55

Figura 44:	Vista aérea do Bairro Histórico da Colônia do Sacramento tirada do farol. Foto da autora.....	56
Figura 45:	Vista aérea da Colônia do Sacramento, tirada do farol, início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.....	56
Figura 46:	Planta da cidade de Montevideú elaborada em 1820. Fonte: site www.fortalezasmultimidias.com.br	57
Figura 47:	Pavimentação das ruas da Colônia do Sacramento. Desenho. Fonte: Fernando Capurro de 1928.	58
Figura 48:	Colônia do Sacramento, pavimentação colonial. Foto da autora.....	58
Figura 49:	Colônia do Sacramento, casa portuguesa, conhecida atualmente como Museu Casa de Nacarello. Foto da autora.	60
Figura 50:	Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731. Trata-se da planta e de perspectivas das principais construções. Dedicada ao poderosíssimo senhor Rey e Senhor D. João V. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro.	61
Figura 50 ^a :	Igreja Matriz - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62
Figura 50 ^b :	Palácio do Governador - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62
Figura 50 ^c :	Cidadela - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62
Figura 50 ^d :	Alfândega e Trem - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62
Figura 50 ^e :	Casa do Secretário - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62
Figura 50 ^f :	Prospecto da Nova Colônia do Sacramento - Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.	62

- Figura 51: Planta da Colonia do Sacramento da Relação do sitio que o Governador de Buenos Aires pôs a Praça da Nova Colonia do Sacramento no ano de 1735. Elaborada pelo Alferes Silvestre Ferreira da Sylva no ano de 1748. Retirada do livro do mesmo autor do desenho. Original em água-forte preto e branco de 19,2x27,2 cm.63
- Figura 52: Plano de La Plaza de La Colonia del Sacramento. Demosntração do ataque dos espanhóis em outubro de 1762, por D. Tomás Lopez, elaborado em Madri em 1777. Existe cópia arquivada na Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro na qual se lê no canto inferior direito: Copiado do Arquivo Militar por D. Martinho da França Coutinho em 1864. Original a nanquim sobre papel de 49x54 cm.64
- Figura 53: Plano Topográfico da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento. Elevado em dezembro de 1776. Original arquivado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cor: 10 x64 cm.65
- Figura 54: Colônia do Sacramento, 1680. Reconstituição digital da autora.67
- Figura 55: Colônia do Sacramento, 1731. Reconstituição digital da autora.....68
- Figura 56: Colônia do Sacramento, 1753. Reconstituição digital da autora.69
- Figura 57: Colônia do Sacramento, 1762. Reconstituição digital da autora.70
- Figura 58: Colônia do Sacramento, 2009. Reconstituição digital da autora.71
- Figura 59: Linha do tempo. Elaborada pela autora.36
- Figura 60: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.66
- Figura 61: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.....66
- Figura 62: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.66
- Figura 63: Plano de La ciudad de la Colonia de Sacramento – Posesión española 1805-1806. Fonte: Fernando Capurro de 1928.74
- Figura 64: Planta Cadastral de Colônia de 1867. Fonte: Fernando Capurro de 1928.76
- Figura 65: Gravura de Colônia do Sacramento cerca de 1845. Fonte: Colonia del Sacramento Patrimonio Mundial. Cravotto, Assunção, Sanguinetti, Mayor. Ediciones Unesco, 1996.76

Figura 66:	Gravura de Colônia do Sacramento cerca de 1860. Fonte: Colonia del Sacramento Patrimonio Mundial. Cravotto, Assunção, Sanguinetti, Mayor. Ediciones Unesco, 1996.	76
Figura 67:	Ruínas do Convento de São Francisco Xavier. Colônia do Sacramento. Farol ao fundo. Foto da autora.	77
Figura 68:	Rua da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.....	77
Figura 69:	Ruínas na Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.	77
Figura 70:	Praça de Armas da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.....	77
Figura 71:	Ruínas na Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.	77
Figura 72:	Planta de Colônia de 1927. Fonte: Fernando Capurro, 1928.....	78
Figura 73:	Ruínas das fundações do Palácio do Governador. Fonte: Marcelo Payssé.....	81
Figura 74:	Escavações arqueológicas de Colônia do Sacramento. Fonte: Marcelo Payssé.....	81
Figura 75:	Fundações do porta elevadiça da antiga Praça da Colônia do Sacramento. Escavações arqueológicas e reconstituição da mesma. Fonte: Marcelo Payssé.	81
Figura 76:	Escavações arqueológicas de Colônia do Sacramento, década de 1960. Fonte: Marcelo Payssé.	81
Figura 77:	Ruínas das muralhas da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento...	82
Figura 78:	Porta de acesso da antiga cidade de Colônia do Sacramento. Foto da autora.....	82
Figura 79:	Rua da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.....	83
Figura 80:	Barco que cruza o Rio da Prata levando passageiros e automóveis. Fonte: site da transportadora Buquebus.....	84
Figura 81:	Projeto da ponte Buenos Aires-Colonia.	86
Figura 82:	Maquete do projeto Marinas del Sacramento vetado pelo ICOMOS. Fonte: relatório do ICOMOS.	88

Figura 83:	Perspectiva do projeto Marinas del Sacramento vetado pelo ICOMOS. Fonte: relatório do ICOMOS.	88
Figura 84:	Exemplos de arquitetura existente na Colônia do Sacramento. Fonte: Marcelo Payssé.	91
Figura 85:	Colônia do Sacramento, casa portuguesa, atual Arquivo Regional. Foto da autora.	92
Figura 86:	Vista aérea do Bairro Histórico da Colônia do Sacramento tirada do farol. Foto da autora.	92
Figura 87:	Igreja Matriz da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.....	93
Figura 88:	Igreja Matriz da Colônia do Sacramento. Fonte: Marcelo Payssé.....	93
Figura 89:	Acampamento de guerra dos castelhanos, Real de San Carlos, 1762. Original existente Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.....	94
Figura 90:	Porta de acesso da antiga cidade de Colônia do Sacramento. Foto noturna.....	96

INTRODUÇÃO

Escrever uma dissertação é um processo que pode ter origem em um tema vivido em um passado remoto. É também um processo aberto, sem um fim preciso. A busca permanente e a conseqüente descoberta de outros fatos, possíveis de acontecer mesmo na fase final da produção do texto pelo autor ou por terceiros, fazem com que a dissertação de mestrado seja um texto não inteiramente concluído e aberto às novas e importantes contribuições sobre o tema.

Nesse caso, o tema escolhido tem a sua própria história. Desde a infância, quando, nas idas ao Rio Grande do Sul para visitar a família paterna, nos chamava a atenção o livro de genealogia familiar, escrito pelos genealogistas e historiadores Carlos Rheingantz e Jorge G. Felizardo, publicado em 1953, intitulado João Rodrigues da Silva e sua Descendência¹. João Rodrigues da Silva nasceu em Portugal, no lugar de Carvalhais, da Freguesia de Santa Eufemia de Penela, bispado de Coimbra, por volta de 1696. Possivelmente veio para o Brasil como militar. Acredita-se que tenha servido como soldado no destacamento de Pernambuco e tenha ido para a Colônia do Sacramento como reforço de guerra durante o sítio de 1735-1737². Já na Colônia do Sacramento, foi promovido a sargento, em 1743, e a alferes, em 1759. Teve também o cargo de Tabelião da Colônia a partir desse mesmo ano de 1759³. João casou-se com Antônia dos Santos Pereira, nascida em Lisboa em 1718, vinda para Colônia do Sacramento junto com sua família, possivelmente em 1720, formando parte dos casais de colonização. João e Antônia tiveram pelo menos dez filhos e viveram casados durante quarenta anos na Colônia do Sacramento, quando, em 1777, esse núcleo passou para as mãos dos espanhóis pelo Tratado de Santo Ildefonso. Foram levados como prisioneiros de guerra para Buenos Aires onde permaneceram até pelo menos 1778. Em 1779 já viviam no Desterro, atual Florianópolis, talvez como moeda de troca por prisioneiros de guerra espanhóis. Seus descendentes foram de Colônia para o Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, a maioria para a vila de Rio Grande. Dessas levas de colonizadores surgiram outras cidades gaúchas como, por exemplo, Pelotas.

¹ RHEINGANTZ, Carlos G e FELIZARDO, Jorge G. João Rodrigues da Silva e sua descendência. Gráfica Guarany Ltda. Rio de Janeiro, 1952-1953. 1º Volume.

² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento 1680-1777, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937. Volume II, páginas 214 e 221.

³ Ibidem, página 220.

Sempre nos chamou a atenção a permanência das pessoas na Colônia do Sacramento, considerando as situações adversas de sobrevivência, como as guerras e as invasões, o isolamento de viver numa cidade fortificada, o que poderia significar escassez de alimento e de outros produtos básicos, embora também significasse segurança. O que teria levado essas pessoas a permanecerem lá por toda a vida? O que era realmente Colônia do Sacramento? O que faziam essas pessoas? Como era essa cidade? Porque permaneciam lá? A idéia da permanência nos fazia questionar e investigar. Começamos a fazer nossa pesquisa e encontramos muito material sobre Colônia do Sacramento, muita iconografia, uma quantidade enorme de cartas cartográficas, mapas, plantas e gravuras dos séculos XVII e XVIII. Essa quantidade enorme de cartografia, militares e civis, algumas de origem espanhola, outras de origem portuguesa, muitas elaboradas pelos principais arquitetos e engenheiros militares do Reino de Portugal, outras por padres jesuítas matemáticos, nos fez questionar ainda mais sobre o que foi Colônia do Sacramento, sobre a possível importância que este núcleo deveria ter no Brasil Colonial e na formação das fronteiras do sul do Brasil, antes mesmo de saber qual seriam nosso objeto e nosso objetivo.

O olhar de arquiteta e mestrandia em urbanismo nos levou a optar e concentrar a pesquisa no tema da permanência urbana da Colônia do Sacramento nos seus 329 anos de existência. Para isso buscamos em alguns autores o referencial teórico a respeito de termos relevantes para esta dissertação como permanência, fatos urbanos, patrimônio, patrimônio cultural, morfologia, restituição, reabilitação urbana, monumento histórico, gentrificação, museificação, me concentrando em Aldo Rossi (2001), Françoise Choay (2001), Spiro Kostof (1999), Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986), Nuno Portas (2000), Kevin Lynch (1975), os quais irão sendo referenciados ao longo dos capítulos na medida em que esses termos forem sendo utilizados.

Assim, ao falarmos de permanência urbana estamos nos referindo ao conceito elaborado por Aldo Rossi, em *Arquitetura da Cidade*: “As *permanências* são um passado que ainda experimentamos”. (ROSSI, 2001, p. 49). Nesse contexto, a forma física, que permaneceu, continua a ser vivenciada, assim como seu entorno, revelando as diferenças entre o passado e o presente. As permanências urbanas podem ser tangíveis, ou intangíveis: nesta dissertação vamos nos concentrar no aspecto tangível, material. Dessa forma, para analisarmos as permanências urbanas

deveremos conhecer o passado através da sua história e dos fragmentos, as marcas que permaneceram. Aldo Rossi também fala sobre o conceito de fato urbano e da sua permanência. Fatos urbanos são para Aldo Rossi, “*entornos mais limitados da cidade inteira*”. Os aspectos materiais das permanências urbanas são considerados pela forma física, resultante da somatória de anos de construções e destruições de práticas urbanísticas representadas através da sua morfologia e tipologia. Os fatos urbanos que permanecem são testemunhos de um tempo que permitiu os tipos arquitetônicos encontrados, o traçado urbano, a existência de um monumento ou qualquer outro fato urbano que irá conferir a essa cidade sua especificidade. A permanência urbana no seu aspecto material representa a conexão temporal da história da cidade e de seus fatos urbanos, ao mesmo tempo em que serve como apoio para as transformações urbanas.

Ao falarmos de permanência devemos destacar também a não permanência urbana, das transformações, resultantes das ações humanas de seleção na construção da cidade. Essa seleção pode ser intencional ou não. No caso de Colônia foi muitas vezes acidental. É determinante da especificidade da cidade.

Para Rossi (2001), a idéia de permanência está ligada a de processo histórico como a comprovação das estruturas constantes, o tipo. Sendo definido o tipo como um registro de uma estrutura persistente. As permanências são para Rossi as notações espaciais que dentro do processo histórico dialogam com a memória no presente.

Durante a visita a campo e aos arquivos e bibliotecas das cidades de Buenos Aires, Colônia e Rio de Janeiro, não encontramos na bibliografia trabalho sobre a permanência e a evolução urbana da Colônia do Sacramento, somente o do arquiteto uruguaio Fernando Capurro, de 1928.

A atual Colônia do Sacramento, ou Colonia del Sacramento, é uma cidade uruguaia, capital do Departamento de Colonia, situada na margem norte do Rio da Prata. Tem como coordenadas 34°28'0” de latitude sul e 57°51'00” de longitude oeste (Figuras A, B e C).



Figura A: Mapa da América do Sul, localização do Uruguai. Fonte: Wikipédia.

Figura B: Foto aérea do Rio da Prata, localização das cidades de Colônia do Sacramento, Buenos Aires e Montevideo. Fonte: Google – Imagens.

Figura C: Foto aérea da Cidade de Colônia do Sacramento e Ilhas de São Gabriel. Fonte: Google Earth

A Colônia do Santíssimo Sacramento⁴ foi fundada no Rio da Prata, em 1680, a mando da Coroa Portuguesa, dentro da sua estratégia política que tinha dois objetivos principais: demarcação territorial e comércio, neste caso ilícito.

Colônia nasceu com o objetivo de unir os povos das duas Américas, a portuguesa e a espanhola, através do comércio e das relações políticas e sociais e, ao mesmo tempo, de delimitar esses dois mundos pela demarcação da sua fronteira na disputa territorial e na disputa de poder, entre duas das principais potências

⁴ A Cidade de Colônia do Sacramento é denominada de diversas formas. Entre elas encontramos: Colônia, Sacramento, Nova Colônia, Nova Colônia do Sacramento, Nova Colônia do Santíssimo Sacramento. Na sua primeira fundação foi chamada de Colônia do Santíssimo Sacramento, após a segunda fundação passa também a ser chamada de Nova Colônia do Santíssimo Sacramento ou Nova Colônia do Sacramento.

mundiais da época, na divisão do mundo a que seria explorado e conquistado pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Essa situação de conflito durou quase cem anos, com ataques bélicos constantes por parte dos governadores de Buenos Aires, até 1777, quando ocorreu a tomada definitiva da Praça de Colônia pelos espanhóis.

O comércio ilícito da região conformou o chamado Complexo Portuário do Rio da Prata (JUMAR, 2000). Essa rede regional ibero-americana tinha as seguintes relações comerciais de contrabando: os luso-brasileiros levavam os produtos manufaturados do Brasil e de Portugal ilicitamente para Buenos Aires, que na época tinha a obrigatoriedade de adquirir os produtos altamente taxados pela metrópole espanhola; faziam o tráfico de escravos africanos para trabalhar nas minas de prata de Potosi em troca do metal – prata – que escoava ilicitamente pelos rios da região. A prata do Alto Peru deveria obrigatoriamente ser levada à Espanha através de seus navios pelos portos do mar do Caribe. Os comerciantes de Buenos Aires vendiam gado e seus derivados para os luso-brasileiros. A função comercial de Sacramento foi fundamental para a transformação do Rio de Janeiro em Capital do Vice-reinado (BICALHO, 2003). Grande parte dos comerciantes da Colônia tinha sua casa matriz no Rio de Janeiro, o que trouxe, para esta cidade, a circulação da prata. Esses comerciantes ganhavam duplamente, com as mercadorias e com a variação cambiária da prata que adquiria o dobro do valor no Rio de Janeiro por sua escassez (PRADO, 2002).

A demarcação territorial, a fixação da fronteira e a disputa pelo controle comercial da região, entre esses dois mundos foram as responsáveis por quase 100 anos de conflito regional. A cidadela fortificada, que depois se conformou no núcleo urbano da Colônia do Sacramento, foi estrategicamente construída numa península protegida nos lados oeste (porto abrigado), sul e leste pelas barrancas de pedras e bastiões ou baluartes que davam ao Rio da Prata. E, no lado norte, por uma muralha que cruzava a península fechando o núcleo urbano de beira à beira do rio com vários baluartes bélicos. O território extramuros da cidade variava seu tamanho e forma de acordo com as relações com os espanhóis. Em tempos de paz, ele era amplo em direção ao interior do continente. Em tempos de inimizades, como sítio ou guerra, ele praticamente desaparecia, virando campo de batalha. Nesse território extramuros se concentravam as atividades agrícola e pecuária, além de outras atividades complementares à cidade amuralhada, como o moinho da moagem do

trigo, a olaria, alguns conventos ou capelas. O território extramuros próximo às muralhas da cidade estava dividido nos casais do sul e do norte que conformavam as chácaras de abastecimento de frutas, hortaliças, legumes e pequenos animais. Havia uma hierarquia social quanto à proximidade e à localização das chácaras em relação às muralhas da cidade. Os expoentes da sociedade local tinham suas chácaras bastante próximas ao portão da cidade como o governador e o padre. Os espanhóis sempre tiveram a preocupação de delimitar o território extramuros e, conseqüentemente, o território sobre o domínio da coroa portuguesa, como a demarcação imposta pela coroa espanhola para o território da Colônia do Sacramento pelo Tratado de Utrecht de 1715, que o definia pelo alcance de um “tiro de canhão”, dado desde as suas muralhas. Embora os portugueses vivessem desrespeitando essas imposições e sempre que possível expandindo o seu território.

Nos seus quase 100 anos de existência como cidade colonial portuguesa, Colônia sofreu inúmeras invasões e tomadas da praça pelos castelhanos (final de 1680, 1705, 1735 a 1737, 1762, 1777), muitas vezes com grande parte da sua estrutura urbana destruída e, conseqüentemente, reconstruída quando recuperada pelos portugueses, até a expulsão final dos seus habitantes, em 1777, no ápice do seu desenvolvimento urbano, cultural e comercial. Esse período ficou conhecido como o da “Guerra da Pluma e da Espada” (CARRO, 1995). Sempre que Colônia era tomada à força pelos espanhóis, a diplomacia dos portugueses conseguia recuperá-la com um novo Tratado (Tratado Provisional de Lisboa, 1681; Tratado de Lisboa, 1683; Tratado de Utrecht, 1715; Tratado de Paris, 1737; Tratado de Madri, 1750; Tratado de Permuta, 1763; Tratado de São Ildefonso, 1777). No início do século XIX, porém, Colônia do Sacramento voltaria temporariamente às mãos luso-brasileiras por ordem de D. João VI dentro da chamada Província Cisplatina, anexação do atual Uruguai aos territórios da colônia portuguesa.

A solução para a demarcação das fronteiras ibero-americanas nessa região rio-platense passaria, em grande parte, pela constituição do Estado-tampão nesses territórios de fronteira: o Uruguai.

Nos primeiros anos após a conquista espanhola, Colônia ficou abandonada e com muitas das suas construções destruídas. Nos últimos anos do século XVIII, começou um lento processo de reocupação fora das muralhas. As novas levas de imigrantes espanhóis que chegaram à região não ocuparam a cidade conquistada. A cidade antiga ainda ficou desocupada por quase um século, e a nova cidade foi

traçada com quadras regulares fora dos muros. A demolição da antiga muralha contribuiu para a incorporação à nova trama urbana. Porém agora passava a ser o bairro pobre (GARCIA, 2001).

Na segunda década do século XX, começou um movimento de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico colonial de Colônia do Sacramento com várias tentativas de tombamento do Centro Histórico. Esses movimentos levam à criação, na década de 1960, do Conselho Honorário Executivo das Obras de Preservação e Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento (Consejo Ejecutivo de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento). O Conselho Honorário realizou trabalhos prévios de pesquisa e catalogação dos bens a serem preservados ou reconstruídos, coordenando escavações arqueológicas, restauração e reconstrução do centro histórico. A transformação do bairro pobre em centro histórico teve como consequência o progressivo esvaziamento da população pobre com a gentrificação da área. Devido ao processo de intervenção do Estado na restituição do Bairro Histórico, esse transformou-se em um grande museu a céu aberto, visitado por uma população flutuante de turistas temporários. A grande maioria era de argentinos que utilizam as facilidades do transporte fluvial que liga as cidades de Buenos Aires e Colônia⁵.

A restauração do centro histórico de Colônia do Sacramento teve como consequência a declaração da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1995. A UNESCO, nos últimos anos, vem reforçando a relação entre patrimônio natural e cultural como parte do patrimônio comum da humanidade, intensificando a importância do conjunto. No caso da Colônia, a UNESCO valoriza o conjunto colonial com sua volumetria e seu traçado preservados e por ser um exemplo único de vila-fronteira na América do Sul.

As histórias das cidades de Buenos Aires e Colônia do Sacramento estão intimamente interligadas, existindo há mais de trezentos anos uma ponte de relações sociais, comerciais e políticas, acrescidas, nos últimos anos, pela de turismo. Os 40 quilômetros que separam uma ribeira da outra do Rio da Prata têm sido superados pela navegação fluvial ao longo de todos esses anos desde a época colonial. Ultimamente veio à tona a possibilidade de realização de uma ponte concreta que ligue as duas ribeiras. Essa ponte estaria dentro das políticas de relações do

⁵ Os conceitos de patrimônio, gentrificação, restituição e museificação, serão vistos no capítulo 4.

Mercosul, tendo como principal justificativa a redução das distâncias entre as suas capitais e principais cidades – Buenos Aires, Montevideu, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. As consequências que a concretização dessa obra pode ter sobre a pequena cidade de Colônia do Sacramento não serão desprezíveis. A sua população atual é de 25.000 habitantes e, caso a ponte seja construída, existe uma estimativa de aumento para 60.000 habitantes. Suas principais atividades econômicas – turismo, porto, zona franca e sede administrativa municipal - sofrerão modificações que acreditamos devem ser previamente estudadas.

Nesta dissertação de mestrado, pretendemos analisar quais os fatores que contribuíram para a preservação deste núcleo urbano desde a sua fundação até os dias de hoje, apesar de todos os ataques, guerras e destruições sofridas e, recentemente, da invasão da indústria turística e da possível construção da ponte Buenos Aires-Colônia. Analisar se, a sua fundação, com a estratégia da escolha do sítio e do traçado urbano luso-brasileiro, contribuiu para a sua preservação e permanência e para o fato de Colônia do Sacramento ter sido declarada Patrimônio Cultural da Humanidade

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro, estuda a origem das cidades fortificadas portuguesas ou de origem portuguesa, o nascimento de uma nova ciência: a Engenharia Militar e a formação desses novos profissionais que irão traçar essas novas cidades.

O segundo trata do processo histórico e político da Colônia do Sacramento no contexto da demarcação das fronteiras espanholas e portuguesas na América e do importante comércio no Rio da Prata. A pesquisa histórica foi realizada nos arquivos das cidades de Buenos Aires e da Colônia do Sacramento, assim como da bibliografia existente sobre o objeto, destacando as obras do alferes Silvestre Ferreira da Sylva de 1748, de Simão Pereira de Sá de 1737 e 1777 a mando de Gomes Freire de Andrade e de Jonhatas da Costa Rego Monteiro de 1937.

O terceiro analisa a evolução urbana da Colônia do Sacramento durante o período da colonização portuguesa, suas permanências e suas transformações urbanas, da sua fundação com a implantação de uma fortaleza até 1777 quando da tomada da Praça pelos castelhanos. Esta análise foi apoiada pela construção de uma linha do tempo e da elaboração de uma seqüência de plantas da cidade em diferentes períodos, confrontados com os fatos históricos, econômicos e políticos que nela atuaram. Essas plantas foram realizadas pela interpretação de 29 mapas –

plantas históricas arquivadas, na maioria das vezes, nos arquivos do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colônia do Sacramento. É muito importante para esta pesquisa a obra do arquiteto uruguaio Fernando Capurro sobre a evolução da cidade até 1927, ano da sua publicação, assim como o trabalho de restituição digital do arquiteto Marcelo Payssé e do Inventário Urbano da Colônia do Sacramento.

O quarto capítulo trata da evolução urbana da Colônia do Sacramento desde 1777 quando fica em ruínas e abandonada até os dias de hoje. Analisando o resgate do patrimônio urbano e arquitetônico durante o século XX, a declaração da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1995, a gentrificação e museificação surgidas com a renovação e reabilitação urbanas que valorizam a indústria do turismo cultural, e as ameaças externas como a possível construção da ponte entre Buenos Aires e Colônia.

CAPÍTULO 1

Antecedentes da Cidade Fortificada no Reino de Portugal

Este capítulo tem por objetivo analisar as origens e a evolução das cidades fortificadas portuguesas e de origem portuguesa, como foi o caso de Colônia do Sacramento, o surgimento de uma nova ciência - a Engenharia Militar - e a formação de um novo profissional - o engenheiro-militar - que irá traçar estas cidades.

1.1) A cidade portuguesa fortificada.

No atual território português e na Península Ibérica por extensão territorial, numa época anterior à formação do Estado Português, as fortificações⁶ foram parte essencial das construções dos núcleos urbanos primitivos dos diferentes povos que ocuparam e conformaram aquele território.

Os Celtas durante a Idade do Bronze (por volta de 800 a.C) construíam núcleos urbanos fortificados, os castros, com quatro muralhas concêntricas protetoras dos seus povoados de cabanas circulares (Figura 01). Aurélio de Lyra Tavares⁷ atribui ao termo “castro” a origem da palavra castelo: “castrelo”, “castilejos”, “castelo”. Os castros foram localizados em pontos estratégicos para defesa, geralmente pontos dominantes de um território, e serviram posteriormente como referência para as fortificações romanas, construídas em outro estilo, mais adequado às necessidades de defesa da época.



Figura 01: Castros – Ruínas da Cidade de Terroso, Portugal.

⁶ Chamamos de fortificação toda obra de arquitetura militar defensiva.

⁷ TAVARES, Aurélio de Lyra. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. Página 28.

Os povos suevos, godos e bárbaros que invadiram a Península Ibérica após o domínio do Império Romano contribuíram muito pouco para desenvolvimento desta tipologia urbana e arquitetônica, limitando-se a copiar a arquitetura militar romana.

Com a invasão árabe, houve um forte desenvolvimento das obras de defesa. Foram construídos importantes castelos e fortificações fundamentais nas lutas dos cristãos contra os mulçumanos na formação do Estado português. Mesmo após a expulsão dos mouros do território português as técnicas usadas nas construções das arquiteturas militares e de defesa são as deixadas por este povo, consideradas as mais eficientes para prover a defesa do Reino.

Chegamos ao século XV, em um período de busca e afirmação da nacionalidade lusa, sem ter-se ainda conformada uma *escola portuguesa de arquitetura militar*, nesse momento com influências externas da Itália e da França. Começou o período das grandes navegações e das conquistas territoriais na África e nas Índias, que irão requerer da coroa portuguesa uma resposta eficiente para a construção de fortificações. Essa necessidade de defesa e demarcação territorial do reino de Portugal vai aumentar ainda mais com a posse do Brasil (TAVARES, 2000). É justamente nessa mesma época que se passa das armas neurobalísticas para as armas de fogo, as pirobalísticas. Nasceu uma nova época com o uso da pólvora nas armas, criando-se a arma de fogo, que irá modificar muito o sistema defensivo dos núcleos urbanos, assim como o próprio traçado dessas cidades fortificadas. Desapareceu o castelo e surgiu a fortaleza. A torre de menagem (Figura 02) abaixou sua altura dando lugar ao baluarte (Figuras 03).

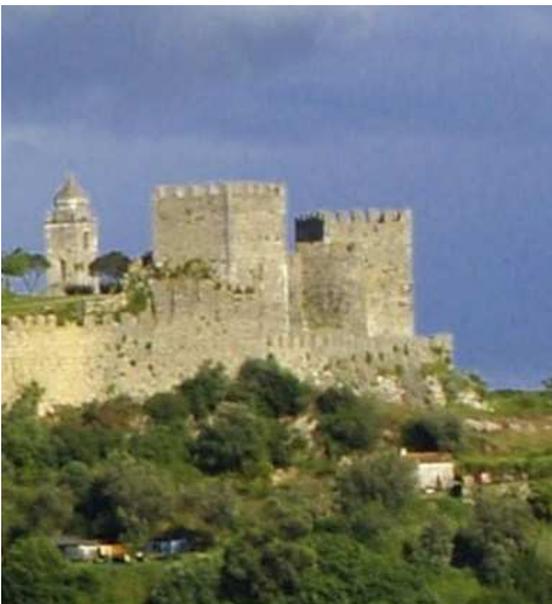


Figura 03: Baluartes – Praça Forte de Valença, Rio Minho, Portugal.

Figura 02: Torre de Menagem
Castelo de Montemor-o-Velho, Portugal.

A artilharia se desenvolveu com o uso do canhão, sua principal arma de fogo que chega a Portugal em 1449. Os canhões eram de alma lisa ou de alma raiada, sendo os de alma lisa mais primitivos, tendo sido usados até o século XIX. Tinham menor alcance e menor precisão que os de alma raiada. Os canhões eram classificados de acordo com o peso dos seus projéteis. Até o final do século XVIII, usavam-se canhões com projéteis de 2, 4 e 6 kg. e obuses, tipo de canhão com tiro em parábola dirigido ao setor, não diretamente ao alvo, com 15 cm de diâmetro. O alcance médio de um tiro de canhão nos séculos XVII e XVIII, dependendo da sua inclinação de lançamento - 45° para a distância máxima - e das características próprias do mesmo, estava por volta dos quatro quilômetros, podendo chegar, em alguns casos, a seis quilômetros (figura 04). Essa nova tecnologia, que modificou as características do alcance do projétil de arma de fogo contra núcleos fortificados do tipo castelo, causou o desenvolvimento de novas arquitetura e engenharia militar capazes de corresponderem às novas necessidades de defesa.

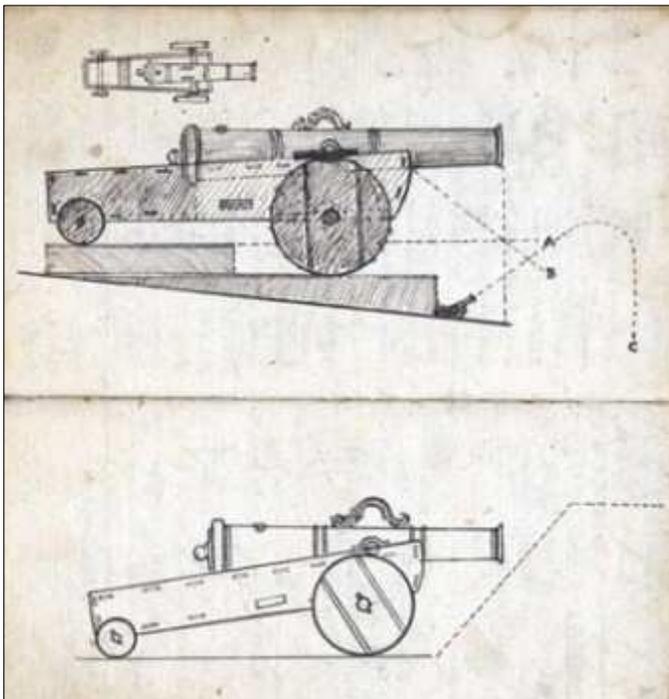


Figura 04: Canhão – Desenho. Tratado de Filipo Terzi, arquiteto e engenheiro militar em Portugal – 1578.

O Prof. Mario Mendonça de Oliveira⁸ faz a seguinte citação da obra *Elements de Fortification de l'attaque et la defense des places, de Trincano, de 1786*:

⁸ OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil.** Salvador: Omar G., 2004. Página 20.

l'invention de la poudre pruduisit une révolution dans l'ordre des choses, traduzido como: “a invenção da pólvora produz uma revolução na ordem das coisas”.

A concretização dos poderes absolutos, das monarquias nacionais e do fim do feudalismo foram bastante ajudados pela inserção da pólvora nas armas. O poder de destruição que essas armas de fogo deram aos exércitos fez surgir uma fase em que o poder se centraliza no absolutismo, que organiza exércitos eficientes e fortes. A burguesia, motivada pela capacidade de defesa que as armas de fogo entregavam agora às cidades, apoiou a artilharia e financiou a indústria bélica inicial, tornando assim, também, mais distante a dependência das cidades dos senhores feudais.

O desenho defensivo das cidades, até então, estava a cargo dos principais arquitetos da época, como Brunelleschi, Francesco di Giorgio Martini, Cataneo, da Vinci, Michelangelo Buonarroti e Bramante entre outros expoentes do Renascimento. Na busca do desenho mais eficiente da fortificação defensiva surge, no século XVI, uma nova ciência: a Engenharia Militar. Desenvolve-se a *Poliorcética*, ciência militar que estuda o conjunto de técnicas de arquitetura e construção das fortalezas, o termo engloba as táticas defensivas e ofensivas.

A arquitetura militar abaluartada da fortificação moderna europeia vai se desenvolvendo progressivamente desde o século XV (Figura 05) até o final do século XVIII (Figura 06), início do XIX. Nesse processo, despontam três grandes escolas: a italiana, a francesa e a holandesa.

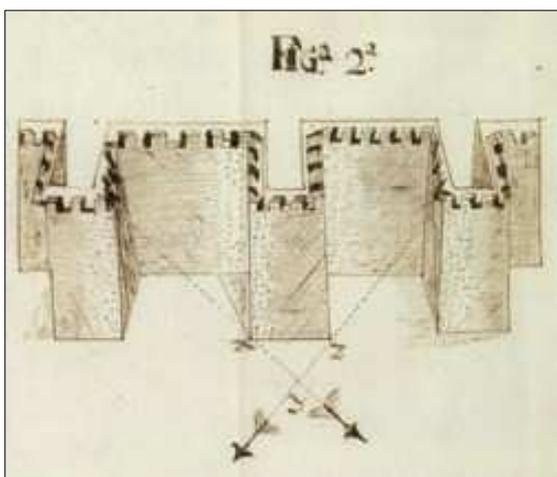


Figura 05: Estudo do sistema defensivo – muralhas com torres quadradas com indicação das falhas da defesa colateral. Tratado de Fortificação de Luis Pimentel (1613-1679)

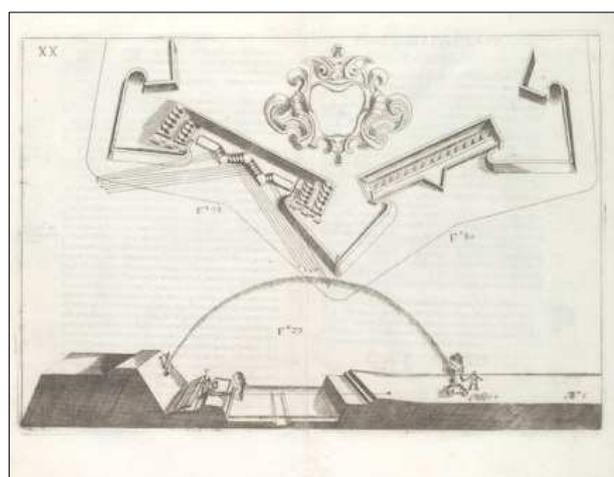


Figura 06: Desenho Baluarte, fosso e cortina. Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico

Acreditamos que é importante para a melhor compreensão deste trabalho inserir alguns conceitos fundamentais da terminologia técnica da arquitetura militar que podem ser vistos no Anexo 01.

1.2) O papel dos engenheiros-militares portugueses na construção das cidades brasileiras.

Às voltas com a política de colonização na África, na Ásia e no Brasil, e com a Reconquista, após o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640, Portugal tinha uma necessidade cada vez maior de construir núcleos urbanos fortificados capazes de responder a uma guerra de sítio. Portugal não dispunha, no entanto, de um corpo de engenheiros militares, em número e formação científica adequada, capazes de atender a essa necessidade.

Os mestres da ciência da fortificação eram na maioria das vezes ou civis ou religiosos⁹. O Reino gastava muito na contratação de estrangeiros tanto para o desenho das fortificações quanto para o ensino da arte de fortificar. Além disso, estava a questão da própria defesa nacional ficar entregue a estrangeiros.

Para a Europa, em geral, e para Portugal e seu reino, em particular, o tema da fortificação, como a principal obra para a defesa e a demarcação das fronteiras, para as estratégias militares de guerra, e para o levantamento territorial através da cartografia, era tão fundamental, nos séculos XVI, XVII e XVIII, que é possível observar nessa época, no campo da arquitetura e da engenharia militar, o desenvolvimento sistemático e científico dos seus estudos. Surgiram, nesse contexto, inúmeras escolas e trabalhos teóricos, especificamente os tratados, assim como a criação das Aulas de engenharia militar como resposta da coroa portuguesa à demanda por qualidade e quantidade a necessidade de profissionais competentes nessas matérias, os quais deveriam prestar serviços também nas colônias de ultramar, especialmente no Brasil.

Existia em Portugal, desde 1533, o colégio de Santo Antão (*Aula da Esfera*) dos Padres da Companhia de Jesus, onde eram ministradas aulas sobre fortificações. Porém, foi Luis Serrão Pimentel (1613-1678) quem exerceu o cargo de cosmógrafo-mor do Reino desde 1641 e de engenheiro-mor do Reino a partir de 1671 quem criou a primeira escola para a formação de oficiais engenheiros militares

⁹ Tal como os padres jesuítas da Itália, que, durante o século XVII ministravam aulas de arquitetura militar, matemática e geometria.

portugueses: a *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus* em Lisboa, por decreto de 1647, mas que viria funcionar somente uns anos depois. Luis Serrão Pimentel, além de criador, foi seu primeiro lente, ministrando “a arte de matemáticas, navegação, fortificação, castramentação, expugnação e defenção das Praças”¹⁰. É provável que o mais importante tratado sobre arquitetura e engenharia militar do século XVII, amplamente utilizado também no século XVIII, tenha sido o “*Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares, & irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes a Arquitetura Militar*” de Luis Serrão Pimentel, publicado em Lisboa por Antonio Craesbeeck de Mello em 1680, após seu falecimento (OLIVEIRA, 2004). São atribuídos outros tratados a Luis Serrão Pimentel: *Tratado da Fortificação*¹¹ e “*Architectura militar ou Fortificação*”¹² (Figuras 11, 12 e 13)

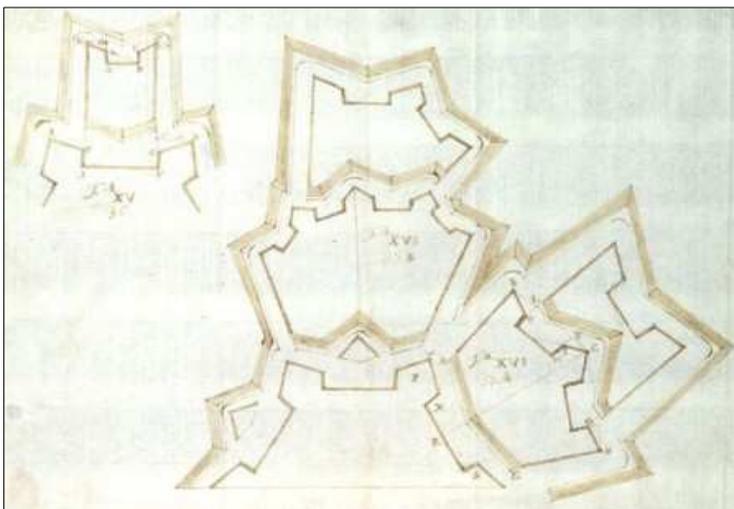


Figura 11: Elementos da fortificação abaluartada, construção do hornoveque. Desenho da *Arquitetura Militar de Fortificação*, Luis Pimentel.

¹⁰ Luis Serrão Pimentel teve um filho chamado Francisco Pimentel (1652-1706) que foi oficial do Exército, tendo estudado no Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus, e posteriormente recebido o grau de bacharel em Direito na Universidade de Coimbra. Foi nomeado em 1677 capitão ajudante de seu pai, a quem substituiu no cargo de lente em 1679. Seu filho e seu neto foram ambos engenheiros militares e grandes difusores das ciências matemáticas e cosmografia em Portugal

¹¹ “Fortificação, 1.^a e 2.^a Parte ed da opugnação das praças; Aercotectonica”, ditado por seu filho Francisco Pimentel, o texto é constituído por um tratado de *Arquitetura Militar*, e, no final, por um texto «Defensa de huma prassa de Dogen» 34 desenhos à bico de pena, em sépia, de figuras geométricas, fortificações, planta da Praça da Vila de Alfaiates, Beira Baixa, planta da Praça de Olivença, da praça de Jurumenha entre outras.

¹² Ditado por Luis Serrão Pimentel, tendo sido compilado por Francisco de Osório em 1659, provavelmente aluno de Luis Serrão Pimentel, com base nas lições do mestre. Inclui um Proêmio, onde nos é apresentada a divisão da obra em seis livros, precedidos dos Princípios de Geometria e de um compêndio de Trigonometria Rectilínea e um compêndio da “Geometria pratica especulativa, necessária para a boa inteligencia e uso da fortificação”.

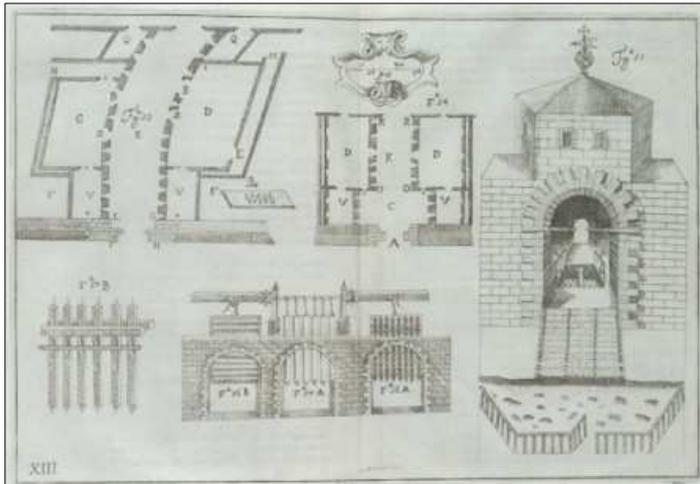


Figura 12: Representação dos Campos de Guarda, meias portas em forma de alçapão. Desenho do Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar Praças Regulares e Irregulares.

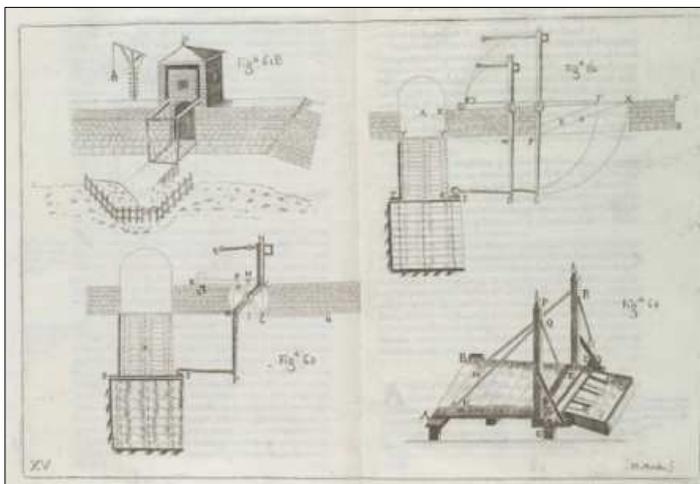


Figura 13: Representação de porta elevadiça. Desenho do Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar Praças Regulares e Irregulares.

Outro grande engenheiro e tratadista português, também com o título de engenheiro-mor do reino, foi Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Português de nascimento, o Brigadeiro Azevedo Fortes teve toda sua formação no exterior, Espanha, França e Itália, com excelência em ciências exatas e filosofia. Azevedo Fortes ficou também conhecido pelas obras publicadas: “*Tratado do modo mais fácil e o mais exato de fazer as cartas geographicas*”, de 1722; “*Lógica racional, geometria e analytica*” (1744); e o mais famoso “*O Engenheiro Portuguez*”.

No final do século XVII, criou-se Aulas de Fortificação nas principais capitais do Brasil, primeiro no Recife, depois em Salvador, Rio de Janeiro e São Luís. As Aulas de Fortificação foram as primeiras instituições de ensino a estudar a construção de cidades no Brasil, mesmo sob o ponto de vista militar, que era a necessidade da época. Nelas se formaram profissionais para a construção de fortificações, de cidades fortificadas, para a cartografia e para a representação territorial. Profissionais que respondessem às necessidades de domínio e defesa do Reino.

Entrávamos em um período de mudanças muito mais rápidas que nos séculos passados, apoiadas pela ciência, pelo estudo. A Matemática e a Geometria avançavam tornando obsoletos os mapas antigos. As inovações na balística e o estudo das novas formas de defesa, e de ataque, impulsionam renovações nas fortificações. As guerras fazem cidades fortificadas serem destruídas e posteriormente reconstruídas, gerando novas mudanças. As artes e as ciências instituem seus próprios campos. A fortificação e a cartografia passam a pertencer ao campo científico.

É importante destacar outros nomes da arquitetura e engenharia militar européia e da *arte da fortificação* desse período que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta ciência em Portugal e, conseqüentemente no Brasil:

Filippo Terzi (cerca 1520-1597), natural da Bolonha, arquiteto e engenheiro militar, vai para Lisboa por volta de 1577, para trabalhar para Portugal durante o reinado de D. Sebastião. Foi mestre-de-obras do Convento de Cristo em Tomar e a



a partir de 1590, *Mestre das Obras de el-Rei*, em substituição do arquiteto-mor António Rodrigues (cerca 1525-1590). Teve também o cargo de “*Mestre das Obras das Fortificações*”, assim como a responsabilidade da formação prática de arquitetos, em uma Aula chamada “*Três lugares de aprender a Arquitetura*”, que começara a funcionar ainda antes de 1594 no Paço da Ribeira. Souza Viterbo (VITERBO, 1904) sugere que talvez ele tenha sido o primeiro professor oficial de Arquitetura em Portugal. Filippo Terzi produziu algumas obras, entre as quais, “*Estudos sobre embadometria, estereometria e as ordens de architectura*”, de 1578. (Figura 14).

Figura 14: Filippo Terzi, capa do Tratado de 1578.

Nicolau de Langres (? – 1665), francês, “*engenheiro ordinário*”, ou seja, permanentemente encarregado da construção de fortificações, ao serviço de Luís XIII de França, assinou contrato com o embaixador de Portugal em 1644, para servir

ao exército português durante três anos, e acabou permanecendo por mais treze. Foi nomeado "engenheiro da província do Alentejo" por morte do antecessor no cargo, o militar engenheiro João Cosmader, jesuíta, que havia trabalhado nas praças fortes do Alentejo, e recebido de D. João IV a patente de coronel superintendente dos engenheiros. Langres viria a morrer no assédio à Vila Viçosa, na seqüência da batalha de Montes Claros, depois de se ter posto a serviço de Castela. Na obra de Langres é importante destacar o álbum de desenhos avulsos, que foram reunidos e organizados em forma de livro pelo próprio Langres intitulado



“Desenhos e plantas de todas as praças do reino de Portugal”. - Os desenhos reproduzem muitas das obras de fortificação onde o autor trabalhou, plantas de fortificações que ia estudar, ou que projetou, sem que nunca tenham sido edificadas. (Figura 15)

Figura 15: Engenheiro desenhando a planta de uma fortificação, acompanhado de dois auxiliares. Desenho da obra de Nicolau de Langres, 1665.

Miguel de Lescole (?-1688), chega a Portugal logo após a Restauração, fez exame para engenheiro em 1642, ficando a cargo das fortificações de fronteira. Trabalhou em Trás-os-Montes, onde traçou as plantas da fortificação de Chaves. Em 1656, ocupou-se da obra de fortificação de Monção, sendo depois nomeado mestre-de-campo general da Província do Minho. Em 1661, traçou a fortificação de Valença, e posteriormente diversas baterias no litoral a Norte do Douro. Após a paz com a Espanha, fixou-se em Viana do Minho, onde foi responsável pelo trem de artilharia dessa vila. O aspecto mais relevante da sua atividade parece ter sido o pedagógico, tendo fundado uma Aula de Artilharia em Viana do Minho em 1676. Esta seria oficializada ou ampliada em Aula de Fortificação no ano de 1701. O curso do ano de 1676 está contido nas Lições de Artilharia ou *“Breves lições da Artilharia para exercitar mecanicamente hu artilheiro no manejo e exercicio da Artilharia”*, fruto do trabalho de compilação do capitão-engenheiro Sebastião de Sousa de Vasconcelos, certamente aluno de Lescole, e que terá estado envolvido na obra de fortificação da praça de Monção, em 1686, e na de Chaves, em 1700. Há um apontamento relativo

às características dos canhões de diversos países, figuras geométricas, instrumentos de precisão e peças de artilharia. (Figura 16).

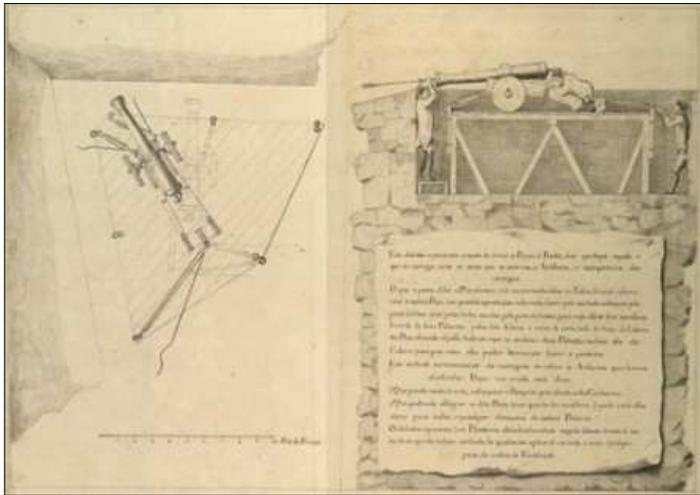
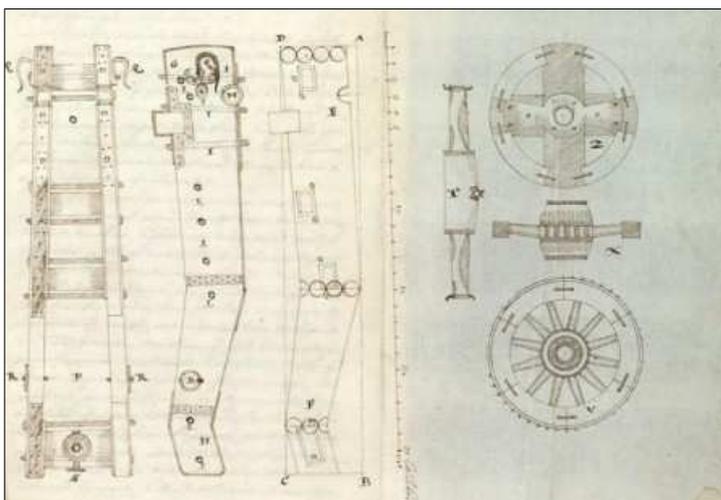


Figura 16: Elementos constitutivos de carreta de campanha de peça de artilharia. Desenho obra de Miguel Lescole de 1688.

Guilherme Schaumburg-Lippe-Buckeburg, conhecido em Portugal como Conde de Lippe (1724-1777), foi marechal-general do exército português e comandante das forças anglo-portuguesas no último ano da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Dedicou-se com especial atenção à disciplina e à instrução das tropas, tendo publicado os “*Regulamentos de Infantaria e de Cavalaria*”, e alguns artigos sobre Justiça Militar, que vigoraram durante muitos anos, além de um compêndio que contém vários estudos do autor sobre a organização do exército português, estratégias militares, defesa e funcionamento de peças de artilharia, entre 1771 e



1775, e um conjunto de cartas enviadas ao brigadeiro Cristiano Frederico de Weinholtz (1733- cerca 1788), entre os anos de 1769 e 1775, sobre o mesmo assunto. (Figura 17).

Figura 17: Panorâmica superior de peça de artilharia; guarnição artilhando peça. Desenho da obra do Conde de Lippe.

Marcos Del Prado Velasco (1651-1750) elaborou alguns tratados utilizados por engenheiros militares portugueses: “*Tratado de expugnacion*”, em espanhol, dividido em três partes: do modo de conquistar as praças; da prevenção para conquista das praças; e da ação da conquista propriamente dita. Apresenta também

dois textos extras relativos à Ciência Militar: Formulário de “castramentação” em 11 capítulos e “Instrução da deffença das praças”. É ilustrado com desenhos representando militares na defesa e tomada das praças, torres artilhadas, baterias de canhões, perfis de trincheiras, linhas de tiro, redutos, muralhas e baluartes. Foi utilizado pelo Duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1638-1727), conselheiro de Estado e da Guerra de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V, mestre-de-campo general da Cavalaria da Corte(Figura 18).



Figura 18: Cerco e bombardeamento de posições. Tratado de Expugnação de Prado Velasco, século XVIII.

Raimundo Montecucoli (1608-1681), Conde de Montecucoli (ou Montecugoli), militar e estrategista italiano, muito célebre na sua época, dedicou-se com

especial atenção à Teoria da Guerra e Estratégia Militar, mas também à Matemática e às Ciências Naturais, tendo feito parte do *Collegium Natural Curiosorum*. Compôs várias memórias de guerra, as quais foram traduzidas em latim e em francês, e uma



obra intitulada *Arte de la Guerra* traduzida do italiano para o espanhol por Bartolome Chafrión, alferes da infantaria espanhola do Terço de Valencia e publicada por Miguel Manescal em Lisboa em 1708, contém textos sobre as operações militares na manutenção e defesa das fortalezas, as operações em campanha de guerra, defesa de quartéis e alojamentos militares, e ataques e defesa das fortalezas, vários desenhos técnicos e plantas de fortificações (Figura 19).

Figura 19: Peça de artilharia de campanha e morteiro, em fundo acampamento de guerra. Desenho da obra do Conde de Montecucoli (1608-1681).

Manuel Pinto de Vilalobos (? – 1734), foi engenheiro militar e arquiteto, tendo-se distinguido na obra de fortificação de praças na Beira, Minho e Trás-os-

Montes. Compôs diversos tratados sobre Ciência e Técnica Militares. Foi aluno de Francisco Pimentel, filho de Luís Serrão Pimentel, na Aula de Fortificação de Lisboa. Foi discípulo e colaborador de Miguel Lescole (?-1688) na província do Minho. Um dos seus tratados é sobre a utilização do pantômetro no desenho de fortificações: *“Tractado do uso do pantometra de desenhar as fortificasoins assim do lado do polygono exterior p.^a fora, como do lado do polygono exterior pera dentro nas figuras tanto regulares como irregulares pelo methedo de Luis Serrão Pimentel Eng.ro mor do Rn.^o e Cosmographo mor delle Tenente gn.1 da artelheria de q.alquer das prov.cas / por M.el Pinto de V.^a Lobos Capp.am e Eng.ro na Prov.ca do Minho. – [ca 1690”* e deverá ser entendido no âmbito da atividade pedagógica desenvolvida na Aula de Fortificação de Viana do Castelo, que seria oficializada em 1701, e tem por fundamento a obra de Serrão Pimentel, o Método Lusitânico, publicado em 1680.

Há ainda o registro de outros tratados ou obras dessa época, que também foram utilizados pelos engenheiros militares portugueses: 1) *“Medidor das obras de Architettura Militar e Civil assim de pedr.^o como de carpintr.^o, Pintura, Escultura, ferreiro e sarralheiro”*, posterior a 1673. Trata-se de um manual de instruções práticas, com tabelas de medidas e receituário de técnicas e materiais de construção civil, integrando-se num gênero de literatura corporativa dos ofícios. A datação foi estabelecida a partir da referência ao ano de 1673; 2) *“Breve compendio do que pertence à obrigação de hum capitão de mar & guerra”*, de 1676. Trata-se de uma obra provavelmente destinada ao ensino da Ciência Militar e Náutica, na qual se enunciam as qualidades e conhecimentos técnicos que deverá possuir um capitão-de-mar-e-guerra, assim como as competências dos elementos da guarnição do navio. Explicam-se as partes constitutivas de um navio, a Ciência da Artilharia em terra e no mar - sob a forma de diálogo entre capitão e artilheiros - desenhos representando um canhão e suas partes, o reparo (*suporte de uma boca de fogo*), rodas, canhão montado no reparo, linhas de tiro, calibre graduado, nível, esquadra com *perpendículo (ou fio de prumo)*, compasso de pontas direitas e de pontas tortas, agulha de marear, etc; 3) Álbum com desenhos de João Bautista Fecit representando pórtico com duas pilastras, rematadas por arquitrave com armas reais portuguesas e ornamentada com armas de guerra, desenhos gravados por René Bietru e Manuel Mendes, e dois apêndices sobre as obras do Conde de Pagan: *“Trigonometria pratica rectilinea”* e compêndio de alguns problemas de geometria pratica e teoremas da especulativa.

CAPÍTULO 2

Colônia do Sacramento dentro do contexto geográfico e político

Este capítulo trata do processo histórico e político da Colônia do Sacramento no contexto da demarcação das fronteiras espanholas e portuguesas na América e do importante comércio no Rio da Prata

2.1) A Disputa territorial e do Controle Comercial na Região do Rio da Prata entre as duas Coroas Ibéricas:

Antes do descobrimento do Brasil por Portugal em 1500, as duas coroas ibéricas já haviam assinado o Tratado de Tordesilhas em 1494. Para os historiadores que defendem a posição de que Portugal não sabia da existência dos territórios da América e, conseqüentemente, a descoberta do Brasil foi casual, esse tratado defendia os interesses portugueses da comercialização no Atlântico e o livre acesso às Índias. Para os historiadores que defendem a tese de que Portugal já

tinha conhecimento de terras novas a ocidente, o tratado defendia os interesses portugueses de territórios a serem dominados pelo novo Estado absolutista que surgia. De uma forma ou de outra o certo é que o Tratado de Tordesilhas nunca foi efetivado. Ele definia que as terras, e os mares, que ficassem a 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, traçando um meridiano como linha imaginária, seriam da coroa espanhola e a leste de Portugal (Figura 20a).



Figura 20a: Mapa esquemático da América do Sul com a projeção do Meridiano de Tordesilhas de acordo a interpretação de diferentes geógrafos.

Península Ibérica disputavam territórios, transferiram e prolongaram a demarcação das fronteiras principalmente para a Região Sul da América, passando por um longo período de contendas depois da fundação da Colônia do Sacramento.

Portugal contava com excelentes e experimentados cartógrafos que haviam estudado toda a região desde o início do século XVI. Em maio de 1501, o italiano Américo Vespúcio Florentino parte de Lisboa como cosmógrafo-mor do Reino, a mando de D. Manuel I, na expedição de Gaspar de Lemos cujo objetivo era explorar a costa do Brasil e investigar sobre suas potencialidades econômicas. Nessa expedição descobriu-se e se demarcou-se o Rio da Prata (SYLVA, 1748 – 1993). Juan Dias Solis¹³ fez sua incursão ao Rio da Prata em 1515, mas foi assassinado pelos índios, em janeiro de 1516, terminando com a expedição cujos sobreviventes regressam à Espanha. Por volta de 1527¹⁴, na documentação estudada, havia duas versões sobre o ano exato, os Reis Católicos mandam uma expedição para povoar o Rio da Prata a cargo do cosmógrafo-mor daquele reino, Sebastian Gaboto¹⁵ que escolheu previamente um sítio na margem esquerda, distante aproximadamente 70 km da atual Colônia do Sacramento, para fundar um núcleo urbano. No entanto, por ordem da coroa espanhola, em reconhecimento aos territórios da coroa portuguesa nas Américas, Gaboto descartou o local inicial e escolheu um novo, do outro lado do Rio da Prata, na sua margem sul ou direita, Sancti Spiritu¹⁶ (SYLVA 1748 – 1993). Entre 1530 e 1531, navegadores portugueses instalaram vários padrões¹⁷ demarcatórios na margem esquerda ou norte do Rio da Prata com a finalidade de assegurar a Portugal esse território, atraídos pela notícia de ouro e prata no Peru (POSSAMAI, 2004).

A Coroa Espanhola respondeu a essa expedição realizando outra, encabeçada por Pedro de Mendonza, que resultou na primeira fundação de Buenos

¹³ Juan Dias de Solis (?1470-1516), alguns autores lhe dão a nacionalidade portuguesa outros, a espanhola, foi navegador a princípio de Portugal e posteriormente da Espanha realizou a expedição exploratória do Rio da Prata a mando da coroa espanhola tentando chegar ao Pacífico pelo grande rio que nomeou “Mar Dulce”.

¹⁴ Na documentação estudada há duas versões sobre o ano exato, 1525 e 1527.

¹⁵ Sebastián Gaboto, originalmente Sebastiano Caboto (1484-1557), marinheiro, cartógrafo e explorador italiano, serviu a Inglaterra e posteriormente a Espanha. Iniciou expedição ao Rio da Prata em 1526 construindo um primeiro acampamento chamado puerto de San Lazaro na margem esquerda desse rio, estima-se que onde atualmente está a cidade uruguaia de Carmelo, o qual não foi adiante.

¹⁶ Sancti Spiritu, na desembocadura do rio Paraná, onde hoje está Puerto Gaboto, sendo este considerado o primeiro assentamento europeu no atual território argentino.

¹⁷ Os padrões eram marcos de pedra com as armas de Portugal e uma inscrição para a demarcação do território aonde foram implantados, afirmando a soberania portuguesa sobre o local.

Aires¹⁸ em 1536. Essa não se desenvolveu devido a dificuldades causadas pela precariedade da mesma e pela dificuldade de aquisição de alimentos e outros produtos para a subsistência da população, além dos ataques dos índios (Figura 21)



Figura 21: Buenos Aires, 1ª Fundação. Desenho posterior a 1536. Arquivo da Nação, Argentina.

Seguiram-se outras expedições castelhanas pela região, no caminho de Potosí, que culminaram na fundação de algumas cidades nos anos seguintes, entre essas destaca-se Assunção¹⁹. Localizada em local estratégico, impedindo o acesso dos portugueses às minas de prata do alto Peru, ao mesmo tempo em que se constituía o ponto de partida para os ataques às cidades portuguesas na costa do Brasil, com a intenção de unir o Paraguai ao Atlântico (Possamai, 2004).

Os sobreviventes do ataque indígena de 1541 à primeira fundação de Buenos Aires abandonaram esse núcleo e foram levados para Assunção. Em 1580, em 11 de junho, a poucos quilômetros do local original, outra expedição, comandada por Juan de Garay, fundou novamente Buenos Aires, dentro de uma política espanhola de garantir a dominação do Estuário do Prata, constantemente ameaçado por estrangeiros, principalmente portugueses, ingleses e franceses. Porém, a Coroa Espanhola, aparentemente, não tinha maior interesse nesse núcleo o qual ficou, aproximadamente, duzentos anos no semiesquecimento, sobrevivendo da exploração do gado, que havia crescido livremente na pampa, e do contrabando.

¹⁸ Buenos Aires é fundada por primeira vez a 3 de fevereiro de 1536 com o nome de *Nuestra Señora del Buen Ayre*, em 1541 foi atacada por indígenas e abandonada. Os sobreviventes abandonaram o local destruído e foram para Assunção. Em 1580 é fundada por segunda vez com o nome de *Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre*.

¹⁹ Assunção, fundada por Juan de Salazar Espinoza, em 15 de agosto de 1537, *La Muy Noble y Leal Ciudad de Nuestra Señora Santa María de la Asunción* é conhecida como a “mãe das cidades” pois foi a partir dela que os espanhóis fundaram uma série de outras cidades na região, inclusive a refundação da cidade de Buenos Aires em 1580.

As minas de prata de Potosí (Império Inca) se encontravam há apenas dois meses ou 1.900 km de distância de Buenos Aires, se seus minérios fossem escoando pelos rios da região que desembocavam no Rio da Prata. Caminho mais perto e rápido se comparado aos quatro meses, ou 2.200 km, de Lima pelas rotas das montanhas. Apesar dessas facilidades a favor de Buenos Aires, o grande poder político de Lima²⁰ na época fez com que, a partir da primeira metade do século XVII, essa fosse impedida pela coroa espanhola de ser a rota oficial do comércio da prata, assim como de exportar para o Brasil sua própria produção de couros e gorduras animais. A coroa espanhola centralizou suas operações mercantis em três portos na América - Vera Cruz (México), Nombre de Dios (Panamá) e Cartagena (Colômbia) - com o objetivo de controlar suas riquezas. Essas restrições comerciais impostas pela coroa de Castela tornaram proibitivos os preços dos produtos demandados nas colônias, além de frear o desenvolvimento dessas regiões. (Morris, 1979)

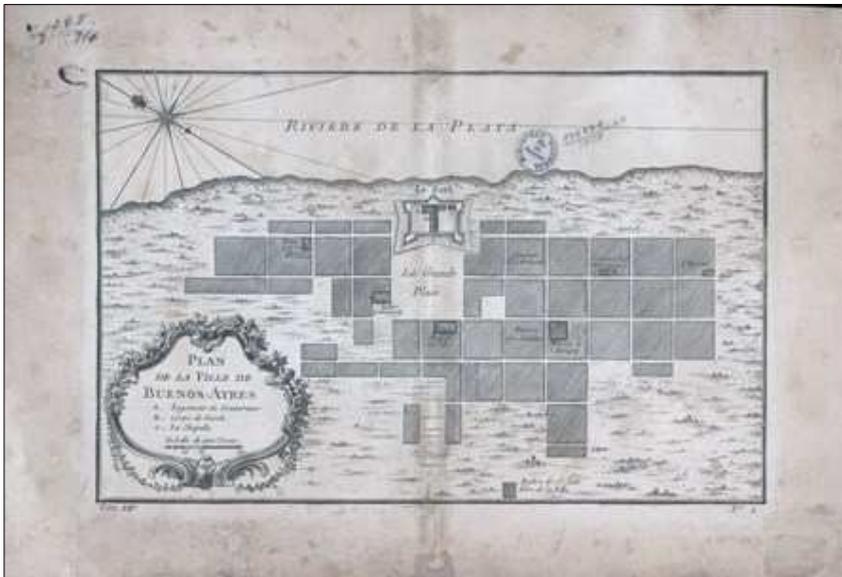
A solução encontrada pelos habitantes de Buenos Aires e pelos portugueses ali residentes nesse início do século XVII foi o comércio ilícito. O contrabando se concentrou no estuário do Prata gerando um enorme fluxo de transações comerciais que traziam, desde os portos brasileiros, principalmente Salvador e Rio de Janeiro, mercadorias contrabandeadas para Buenos Aires, voltando com a prata de Potosí. Esse comércio também enriqueceu muitos comerciantes cariocas, não só pela venda de seus produtos, mas também ajudados pela alta valorização do metal no câmbio local. Esse fato comprova que os interesses comerciais de Portugal sobre o Rio da Prata são anteriores à fundação da Colônia.

Buenos Aires se desenvolveu bastante nesse período, quando o contrabando passa a gerar, junto com a venda dos seus produtos pecuários, as principais rendas da cidade. Nessa rota comercial estavam envolvidas todas as esferas da sociedade, desde os simples comerciantes até governadores e ordens religiosas, principalmente os jesuítas (Figura 22).

Os comerciantes contrabandistas portugueses dominavam o comércio ilícito, facilitado pelo controle dos portos brasileiros e pela obtenção de escravos nas suas feitorias africanas para as minas de Potosí. A prata também foi importantíssima para

²⁰ Lima, capital do Peru, foi fundada em 1535 por Francisco Pizarro com o nome original de “Ciudad de los Reyes”. Considerada a cidade mais importante do Império espanhol na América do Sul, foi a capital do Vice-Reino do Peru ao qual toda a atual região platina pertencia até 1776 quando foi criado o Vice-Reino do Prata com Buenos Aires como capital. Lima concentrava nos primeiros séculos da conquista espanhola na América riqueza e poder oriundos da grande quantidade de ouro e prata existente no Vice-Reino do Peru.

os portugueses na sua comercialização com a China, mas, a partir de 1640 (ano da restauração da independência de Portugal e da divisão das duas coroas), os portugueses, que compunham um quarto da população da cidade de Buenos Aires, começaram a sofrer restrições e a perder os direitos adquiridos - e muitas vezes comprados (nessa época era lícita a compra de cargos públicos que entregava poder político nas decisões locais) – a mando das autoridades locais e da coroa espanhola. Muitos lusitanos acabam sendo expulsos de Buenos Aires. No entanto, apesar dessas restrições, nunca deixaram de realizar o comércio no estuário da Prata facilitados pelo simples controle das autoridades locais, geralmente corruptíveis pelo contrabando. Prado (2003) fala em "autoridade negociada". Apesar disso, o que



deve ter sido uma das principais causas da fundação da Colônia do Sacramento foram as incertezas do comércio com Buenos Aires, sempre à mercê da personalidade e honestidade do governador da vez.

Figura 22: Buenos Aires, cerca de 1700. Original arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XVII, Portugal se encontrava em péssimas condições econômicas devido aos anos da guerra da Restauração (1640/1668), à perda do comércio com o oriente para os Holandeses - que surgem como nova potência marítima - às dívidas para com os países estrangeiros que o ajudaram na independência e o início da produção açucareira nas Antilhas - derrubando o preço mundial do açúcar, gerador de grandes divisas para a coroa portuguesa. Assim, o comércio no Rio da Prata ressurgiu com grande interesse dos portugueses na sua política de desenvolver as potencialidades econômicas da colônia americana.

Uma das soluções imaginadas pelos portugueses, mas não levada a cabo, foi a de invadir Buenos Aires e de construir uma fortificação em suas proximidades e, ao mesmo tempo, conquistar Assunção, a fim de evitar o envio de reforços

espanhóis. É nessa época que começaram a surgir alguns povoadamentos na região sob o domínio português até então desocupada, que ia de São Vicente ao Rio da Prata: Paranaguá em 1648, São Francisco do Sul em 1658 e Curitiba em 1668, e na década seguinte, Dias Velho requereu uma sesmaria na Ilha de Santa Catarina. Surgiu, ainda, Laguna, povoamento concebido por Brito Peixoto. Alguns autores colocam como data de sua fundação o ano de 1676, outros, 1684.

Paralelamente, a cidade do Rio de Janeiro se viu enormemente afetada pela diminuição do comércio com Buenos Aires e começou um movimento de requerimento do seu restabelecimento, ao mesmo tempo em que habitantes da mesma Buenos Aires, possivelmente portugueses, solicitam a fundação de uma colônia portuguesa nas proximidades da cidade. Na década de 1670, o Rei de Portugal ordenou ao Governador do Rio, Silva e Souza, que fosse ao Prata para fortificar um dos portos que lhe parecesse mais apto para assegurar o comércio com Buenos Aires: Maldonado, Montevideu ou as Ilhas de São Gabriel (Figura 23). Porém tal expedição não foi realizada. Por outro lado, a bula da Igreja Católica de 1576 determinava que a diocese do Rio de Janeiro tivesse como limite sul o Rio da Prata, o que foi confirmado pela criação do bispado do Rio em 22 de novembro de 1672, legitimando a vontade luso-brasileira de ocupação do Rio da Prata.

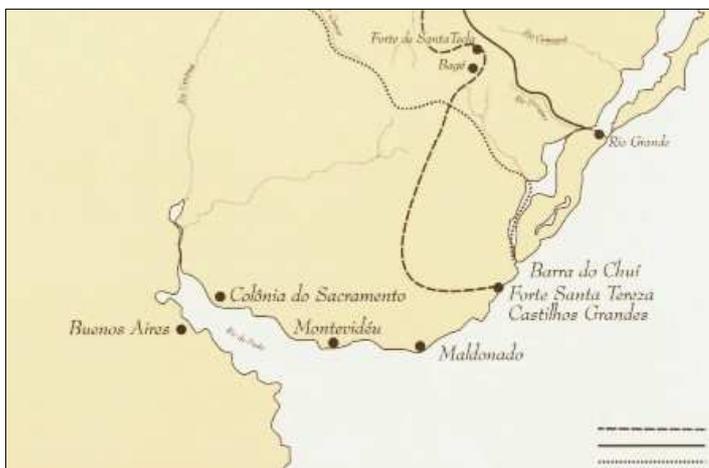


Figura 23: Rio da Prata, mapa esquemático, retirado do site www.fortalezasmultimedia.com.br

A esquadra portuguesa trazia 500 homens do Rio de Janeiro, ancorando primeiro na ilha de São Gabriel, depois cruzando a terra firme para a construção da cidade fortificada da Nova Colônia do Sacramento sobre os planos do engenheiro militar português Antônio Correa Pinto. Em agosto desse mesmo ano, Colônia foi invadida pelos castelhanos com ajuda dos índios Guaranis, a mando do governador de Buenos Aires, Jose de Garro e comandados por Vera Mujica, militar espanhol, iniciando longo período de conflitos de fronteira. De acordo com Silvestre Ferreira da Sylva a maioria da população portuguesa morreu no combate, inclusive o engenheiro militar que a projetou. Os poucos sobreviventes, dentre eles D. Manuel Lobo, que se encontrava doente, assim como os pertences de valor e a artilharia foram levados como prisioneiros de guerra para Buenos Aires. Portugal recorreu, pela primeira vez à diplomacia, para resolver o impasse. Em 1681, assinaram o Tratado Provisional de Lisboa, mas ele impunha tantas restrições ao comércio dos portugueses que não foi efetivado. Em 1683, assinam um novo Tratado de Lisboa, garantindo aos portugueses a retomada da Colônia do Sacramento, que havia ficado abandonada e destruída, permanecendo lá até 1704. Em 1701, as duas coroas assinam um novo Tratado de Alfonta²¹ para a permanência dos portugueses na Colônia do Sacramento, porém, pouco durou. Em 1703, assumiu como governador de Buenos Aires o mestre de campo Alonso de Valdez Inclán e, juntamente com a mudança da política da coroa espanhola em relação a Portugal, em junho de 1704, voltaram a atacar a fortaleza lusa. O sítio durou cinco meses e os portugueses, com reforço do Rio de Janeiro, conseguiram escapar, deixando mais uma vez o núcleo abandonado e destruído. Terminou o primeiro grande período de ocupação portuguesa na Colônia do Sacramento. Se passariam mais de dez anos até a sua retomada. Nesse primeiro período de desenvolvimento, Colônia é mais um reduto militar administrado por um governador com posto militar, do que um núcleo urbano livre. A figura de um governador é crucial para assegurar relação igualitária com Buenos Aires que possuía, também, governador. Na primeira fundação, Colônia foi habitada por soldados, levados à força e sem famílias, presidiários em troca do perdão, vagabundos, comerciantes, militares em geral e algumas mulheres.

²¹ Tratado de Alfonta de 18 de junho de 1701 retificava a posse da Colonia do Sacramento para os portugueses com um certo território o qual não ficou determinado.

2.3) O Segundo Grande Período Luso e a Construção de uma Importante Moeda de Troca:

Mas, é a partir da devolução da praça pelos espanhóis, em 1715, formalizada pelo Tratado de Utrecht²², que Colônia se desenvolveu como cidade e grande centro comercial no que foi denominado o segundo grande período português. Isso apesar das limitações impostas pelo citado tratado, que restringia o número da população, delimitava o seu território a uma distância alcançada por um tiro de canhão²³ disparado dos muros da cidade, aproximadamente seis quilômetros. Porém, essas duas restrições impostas não seriam respeitadas. Em 1718, começou a política de colonização com a chegada das primeiras 60 famílias de colonos portugueses à região, gerando com isso o começo do seu crescimento urbano, inclusive com a criação de chácaras de abastecimento fora dos muros da fortificação original. Começou o grande período luso de construção de uma cidade que seria transformada em uma importante moeda de troca com a Coroa Espanhola (Figura 26).

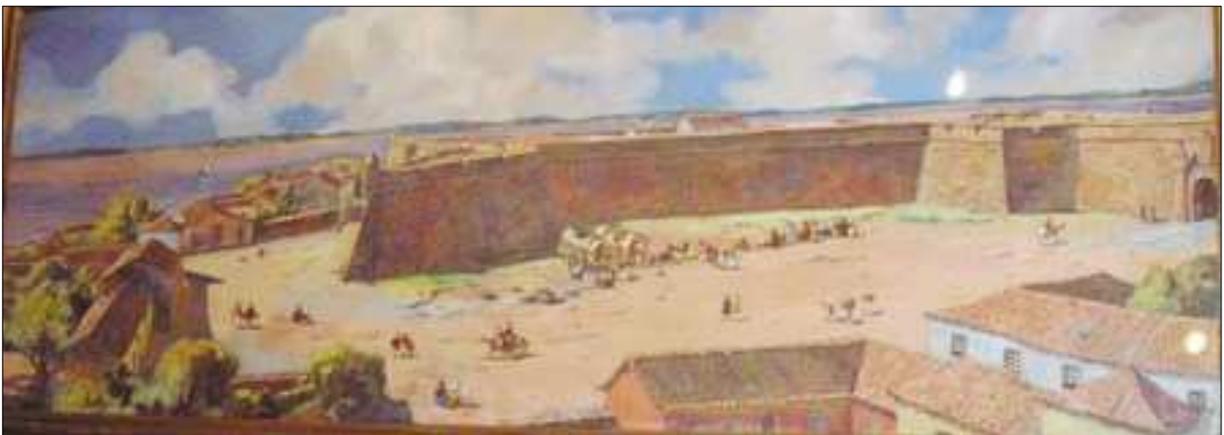


Figura 26: Imagem da Colônia do Sacramento cerca de 1735. Aquarela existente no Museu Municipal da Colônia do Sacramento. s/d, s/n.

²² Tratado de Utrecht: São chamados tratados ou paz de Utrecht os acordos que, firmados na cidade de Utrecht, nos Países Baixos, (1713-1715), puseram fim à guerra da sucessão espanhola (1701–1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências européias. O trono da Espanha era pretendido por Filipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações se abriram em 29 de Janeiro de 1712, mas só em 11 de Abril de 1713 foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714. Em 1715 acordou-se a restituição da Colonia do sacramento para Portugal.

²³ A distância de um “Tiro de Canhão” pode ser interpretada pelo quadro retirado do livro do Prof. Mario Mendonça de Oliveira, “As Fortificações Portuguesas de Salvador Quando Cabeça do Brasil” sobre Artilharia no Século XVIII segundo Azevedo Fortes, página 30. De acordo ao quadro o alcance de um tiro de canhão comum, *Sissete ou Bate Muros*, era de 1.989 braças. O quadro apresenta 15 tipos diferentes de artilharia, cujo alcance maior é do Dragão, *Colubrina dupla*, com 2.705 braças, a 45° de inclinação. Considerando que uma braça portuguesa tem 2,20 metros, podemos estimar que o maior alcance de artilharia poderia ser de 5.951 m, quase seis quilômetros.

Em 1722, assumiu o governo D. Antonio Pedro de Vasconcellos, o mais importante administrador português que teve Colônia do Sacramento. Seu governo durou até 1749, tendo resistido a dois anos de cerco dos espanhóis, entre 1735 e 1737, e sido o responsável por inúmeras obras urbanas bem como pelo desenvolvimento do comércio, da agricultura e da pecuária. Durante seu governo, Colônia se tornou uma cidade rica e com um grande potencial comercial. A potencialidade que existia nessa época foi expressa pelo próprio Vasconcellos:

“Que la Plaza de Colônia era de tanta importância que no la cambiaria por el mas ventajoso equivalente”

Sua localização estratégica permitia o controle da entrada e da saída dos navios do estuário do Prata e dos rios Uruguai e Paraná. O Rio da Prata é, na verdade, a foz dos rios e das bacias hidrográficas do Paraná e do Uruguai, além do rio Paraguai, que é afluente do Paraná. O Rio da Prata pode ser dividido em três regiões geográficas: interior (areia fina, limo e argila, água doce), média (influência marinha pelas marés e correntes) e exterior (águas salubres com salinidade variada). Colônia do Sacramento se localiza exatamente na divisa entre as regiões interior e média. A costa uruguaia pertence à formação geológica do Maciço de Brasília, costas altas e praias arenosas separadas por rochedos e presença de dunas. Enquanto que a costa argentina pertence à bacia sedimentar do pampa, com planícies barrosas e pantanosas. A principal característica do Rio da Prata era e é a presença dos seus extensos bancos de areia de baixa profundidade, dificultando, desde o século XVI, a navegação. Esta só podia ser realizada pelos canais de navegação existentes naturalmente e que podemos observar nos vários mapas históricos do rio, elaborados principalmente no século XVIII (Figuras XX, XX) Os principais bancos de areia são: Ortiz, Arquimedes, Inglês e Rouen. Hoje existem outros canais de navegação, feitos artificialmente por drenagem, mas, na época da colônia portuguesa, os canais naturais eram importantes rotas de navegação que contribuíram estrategicamente para os combates entre as naus das coroas ibéricas, assim como no controle dos navios piratas. Ter o conhecimento da topografia do fundo do rio, conhecendo os canais e os bancos de areia, era crucial para a sobrevivência na região. É por esse motivo, que as duas coroas mantinham constantes expedições científicas de exploração do rio, as quais, junto aos navegadores, elaboravam as cartas e mapas, além de descoberta de novos canais de navegação ou outros bancos de areia. A posição geográfica da Colônia do

Sacramento com relação à localização dos canais de navegação foi fundamental no controle do tráfego comercial e do uso intenso do seu porto abrigado.

Estas importantes atividades: naval-comercial e naval-militar foram cruciais para o aumento da sua população, o crescimento urbano e as melhorias de infraestrutura (Figura 27). Desenvolvimento urbano que só iria declinar com a tomada definitiva e semidestruição da mesma, em 1777, pelos espanhóis. A cidade de Colônia de Sacramento tornou-se um importante centro comercial e portuário. Além do contrabando de mercadorias, em geral, para o abastecimento de Buenos Aires, da conexão com os portos brasileiros e com a prata de Potosí, a cidade tornou-se também centro comercial de couros e gados, vacuns e cavalos (selvagem originário das reduções jesuítas), com a instalação de benfeitorias de couro.



Figura 27: Imagem da Colônia do Sacramento cerca de 1776. Aquarela existente no Museu Municipal da Colônia do Sacramento. s/d, s/n

O Tratado de Madri de 1750 e o trabalho realizado pelo seu autor e defensor, o diplomata português Alexandre de Gusmão²⁴, destacaram a importância que alcançou essa cidade lusa estrategicamente localizada no Rio da Prata. De acordo com esse tratado, a cidade de Colônia do Sacramento e a exclusividade de navegação no Rio da Prata para Espanha seriam trocadas com a Coroa Espanhola por: Os Sete Povos das Missões Jesuíticas Espanholas, os atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (cria-se a Capitania D'El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul), o atual Mato Grosso do Sul, e, por fim, a imensa zona compreendida entre o alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira, de um lado, e os rios

²⁴ Alexandre de Gusmão nasceu em Santos em 1695 e faleceu em Lisboa em 1753, foi secretário particular de D. João V de 1730 e 1750, brilhante diplomata representou a Portugal em diversos países e influenciou notoriamente a política externa portuguesa, sobretudo com relação ao Brasil. Utilizou-se de maneira estratégica do conceito do direito romano do *uti possidetis*, a posse efetiva da terra, é dono da terra quem a possui de fato, e dos limites naturais geográficos, anulando o pré-definido pelo Tratado de Tordesilhas, muda completamente o mapa do Brasil.

CAPÍTULO 3

Evolução Urbana de Colônia do Sacramento durante a colonização lusa

Neste capítulo analisaremos a evolução urbana da Colônia do Sacramento, suas permanências e suas transformações, desde sua fundação com a implantação de uma fortaleza durante o período colonial português – 1680 a 1777. Para isso, buscamos analisar a cartografia histórica existente, a planta cadastral atual, o Inventário Urbano da Colônia do Sacramento e o Trabalho de Reconstituição Digital do arquiteto Marcelo Mayssé. Também foi importante a visita a campo e a bibliografia específica sobre Colônia do Sacramento, destacando a obra do arquiteto uruguaio Fernando Capurro de 1928. Elaboramos uma linha do tempo com os principais fatos históricos e as construções e destruições da Colônia do Sacramento desde a sua fundação aos dias atuais (Figura 59).

Quando usamos o termo evolução urbana estamos nos referindo ao conceito de processo urbano trabalhado por Spiro Kostof (1999, p 245). A construção material da cidade como espaço construído foi se transformando com o tempo, através das intervenções ocorridas, suas permanências, rupturas, construções, destruições. Não estamos utilizando o termo evolução como um processo de mudança ou desenvolvimento gradual, pacífico e progressivo. O processo urbano, sendo histórico, rompe com a noção de tempo linear progressivo e com a noção de história como um processo evolutivo. As permanências dialogam com o presente e são atemporais.

3.1) A escolha do lugar e o traçado da fortificação – o primeiro grande período de ocupação lusa – 1680 a 1704.

Algumas cidades surgem de forma fortuita, outras levam em si necessidades específicas de um povo, um Estado, um Governo. Dentre essas necessidades específicas está a de ocupar um determinado lugar. Colônia do Sacramento nasceu com a missão de ocupar um ponto no extenso território ainda sem dono definido, no lado esquerdo do Rio da Prata. Fazendo chegar até esse “limite natural” a América portuguesa e criando um porto de comércio na região.

Nuno Portas fala sobre o “desígnio” e sobre o “desenho” da forma urbana:

“Só que antes de ser “desenho”, a forma urbana é “desígnio”, isto é, política – ou estratégia, como agora se diz. Isto é, a divisão de Tordesilhas separa dois modos de ver e de explorar os territórios recém-descobertos.... Ora a primeira decisão fundadora, antes da opção do tipo de traçado (que viria a seguir), era a de adequar ao desígnio, ou seja, aos objetivos da missão, a “escolha do sítio”.

“...da sistemática escolha de sítios alcantilados na confluência de baías e linhas de água de fácil penetração, prevendo assentamentos de pequena dimensão e de “baixa” e “alta” – modelo que persiste de Salvador a Florianópolis (já pombalina), passando por Olinda/Recife, Rio de Janeiro, Santos, Sacramento.....”(PORTAS, 2000: página 164)²⁵

Para iniciar a análise da escolha do lugar e o traçado da fortificação inicial, acreditamos ser interessante resgatar dois trechos de duas obras escritas na primeira metade do século XVIII, a de Simão Pereira de Sá de 1737 e a de Silvestre Ferreira da Sylva de 1748, sobre os fatos que ocorreram em Colônia do Sacramento até 1737.

Na obra de Simão Pereira de Sá podemos ler sobre as razões que levaram à escolha do lugar:

*30. Postas as proas na demarcada Balliza da Ilha de S. Gabriel, concluirão a dezejada derrota. Em huma ponta triangular, que faz a terra em trinta e quatro graos, e dois terços, **chegarão omais útil, e acomodado lugar para a Nova colônia, porqué exactamente investigados todos os sítios da grande margem Septentrional, só este se***

²⁵ PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. 2000.

descobriu o mais apto pelas circunstancias de hum porto capacissimo de muitas Armadas, fundo, e limpo de baixos, restingas. A terra sumamente plana se levanta mais nesta parte, para dominar as agoas, senhorear as Campanhas, sem obstáculos de montes, ou outro qualquer padastro, prejudicial à Praça.²⁶

(Sá, [1737], 1993: p. 12)

Colônia, como todas as cidades portuguesas ou de origem portuguesa, foi implantada num local topograficamente dominante e por isso adaptada a ele. O fator geográfico de escolha do lugar de assentamento - baías protetoras para as embarcações e povoações em níveis elevados para proteção da população (PORTAS, 2004) - nesse caso, uma península arenosa emoldurada por pedras, protegida por um escudo de ilhas e mais alta do que os territórios vizinhos (Figura nº 24). Observamos que o forte foi instalado no meio da península, afastado da margem do rio e com uma maior preocupação de defesa da terra firme, do continente, do que do rio. Além de deixar “*chãos*” para o assentamento de casas e outras construções externas ao forte, as invasões ou ataques dos inimigos eram esperados pelo lado da terra firme e não pelo lado do rio, onde havia um conjunto de ilhas que ajudavam a defesa.

Colônia do Sacramento mostrou a capacidade que os portugueses tinham de entender o território e de se articular com ele. A escolha do local a ser ocupado era a parte inicial dessa íntima relação. Sendo uma cidade costeira, quase marítima, se considerarmos as características do Rio da Prata, a escolha do seu sitio de implantação foi norteada pela maneira de fazer cidades costeiras portuguesas: em sítios elevados de núcleos defensivos. Havia três sítios similares com essas características no lado esquerdo do Rio da Prata, onde atualmente estão as cidades de: Punta del Este, Montevideu e Colônia.

A escolha do sítio da Colônia do Sacramento, além do porto abrigado e fundo e do cordão de ilhas protetoras, ocorreu devido à localização estratégica a 250 km da boca do grande estuário, a 100 Km da desembocadura dos rios Uruguai e Paraná e, principalmente, confrontando a Buenos Aires do outro lado do Rio da Prata, cuja largura nesse ponto é de, aproximadamente, 40 km. De acordo com o coronel

²⁶ PEREIRA DE SÁ, Simão. **História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata.** 1737.

Rolando A. Laguarda Trias,²⁷ a escolha deste porto pelos portugueses foi a mais acertada, pois não havia em toda costa do atual Uruguai com melhor localização, que fosse abastecida com abundante água potável, acesso fácil a lenha e madeira nas Ilhas do Rio Uruguai, terras férteis, abundante caça e pesca, e, por último, a localização espetacular para o comércio na região.

Na obra de Silvestre Ferreira da Sylva temos o seguinte trecho sobre a primeira povoação da Colônia do Sacramento em janeiro de 1680:

*Chegado que foy ao porto, e enseada da Colonia, desembarcou com a guarnição, e algumas famílias na manhã do primeiro dia de Janeiro de 1680; e advertindo de que as Praças são a principal defesa dos confins de hum Estado nas invasões, e insultos do inimigo, depois de tomar as medidas necessárias, na melhor fórma que permittia o terreno, cuidou logo em levantar huma muralha, ou reparo com aquelles materiaes, que nestas occasiões se fazem mais promptos à industria, quaes são os de terra, fachina, e madeiras. Sete mezes, e cinco dias havia se tinha occupado **nesta débil fortificação**;*²⁸

(Sá, [1737], 1993: p. 12 e 13)

Colônia do Sacramento nasceu, assim, como uma Praça-Forte ou uma Vila-Fronteira, respondendo à necessidade na defesa de implantação de um novo núcleo colonial português na demarcação da fronteira com a coroa espanhola. É interessante observarmos nessa narrativa de Silvestre Ferreira da Sylva a adaptação da construção do forte ao terreno existente e previamente escolhido²⁹.

Trias, a menciona, ainda, de que coube aos portugueses a iniciativa do envio dos engenheiros militares para a região. Segundo o autor, já na expedição de fundação da Colônia do Sacramento de Dom Manuel Lobo havia sido enviado o Capitão Antonio Correa Pinto³⁰, que atuara como engenheiro na Bahia, e teria sido o responsável pela construção e projeto da primeira fortaleza da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, estando ainda por terminar, quando foi tomada pelas tropas

27 LAGUARDA TRIAS, Rolando A. **Vida y Obra de los Ingenieros Militares Españoles que Actuaron en la Banda Oriental**. Montevidéo: s.n., s.d.

28 SYLVA, Silvestre Ferreira. **Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento**. 1748.

29 Nos dois textos apresentados não foi encontrada indicação do autor ao desenho da fortificação.

30 O Capitão Antonio Correa Pinto foi apadrinhado e discípulo de Serrão Pimentel e considerado por Trias o primeiro engenheiro militar destinado a prestar serviços na região do Rio da Prata

espanholas em agosto de 1680. De acordo com Trias, Buenos Aires só contaria com um profissional dessa categoria no início do século XVIII.

De acordo com a iconografia e a cartografia analisadas, suas explicações e textos, a fortificação de base quadrada com quatro baluartes foi implantada na parte mais alta dessa península. A primeira fundação ainda estava incompleta em seu lado oeste, que dava ao Rio da Prata, no momento da invasão de agosto de 1680, de acordo com o relato do seu fundador, D. Manuel Lobo, ao Príncipe D. Pedro, que se tornaria Rei D. Pedro II de Portugal em 1683: “...*porque a cortina e baluartes que miravam para a baía e porto estavam pouco mais que delineados, pareceu fazer duas estacadas que fechassem de mar a mar nos lados exteriores dos baluartes que miravam para a terra...*” (MONTEIRO, 1937).

Os documentos pesquisados indicam base quadrada, como na planta de levantamento elaborada por Bernardo Antonio Meza a mando da coroa espanhola, desenhado em Madri em 1691 (Figura nº 31), após a primeira destruição da praça. Podemos ler ao pé dessa planta: ... *Escala de 112 varas, que tiene de ancho La fortaleza, los 15 centímetros. Outra de 143 varas, fondo de los baluartes los 20 ½ centímetros...* (CAPURRO, 1927). Considerando a origem espanhola da planta, adotamos a correspondência em metros existente na análise da Lei das Índias onde uma vara espanhola corresponde a 86,6 centímetros, diferente da vara portuguesa que corresponde a 110 centímetros. Então, consideramos que a fortaleza inicial teria 97 metros de largura e 123,80 metros de fundo dos baluartes.

Analisando uma planta anterior, também de origem espanhola, datada de 1680, onde existem indicações de medidas em pés – 1 pé = 33 centímetros – duas escalas indicadas (Petipie): da planta e do perfil, e o desenho geometrizado da fortaleza (Figura nº 32), podemos ler várias informações: 1) A existência de construções fora dos muros da cidadela: *aqui sobre El Rio tenían asta **quarenta casillas** o ranchos de y paja.... Aqui S. Francisco.... Aqui La Iglesia* 2) Sobre os dois braços de cortinas laterais da fortaleza que a liga até as beiras do rio: *Estacada que corria al sur asta la _____ de água y tenía de longitud 600 pies; Estacada que corria por El norte asta la _____ del Rio tenía de longitud 539 pies*. Realizamos a reconstituição digital do que poderia ter sido o desenho original da fortaleza (Figura nº 33). Nota-se a preocupação com a geometria e a simetria no desenho da planta.

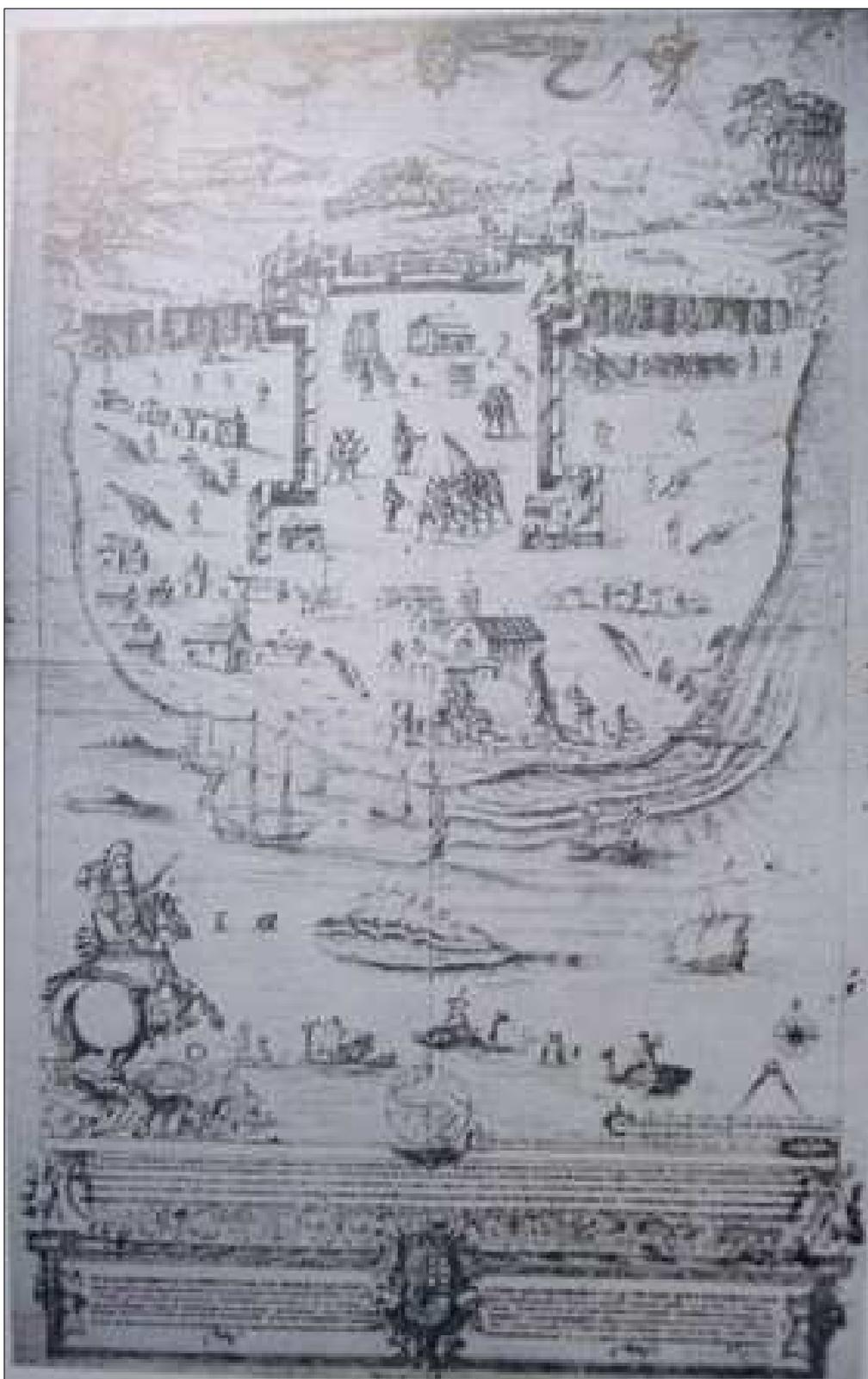


Figura 31: Planta de levantamento da Colonia do sacramento elaborada por Bernardo Antonio Meza. Desenhada em Madri em 1691

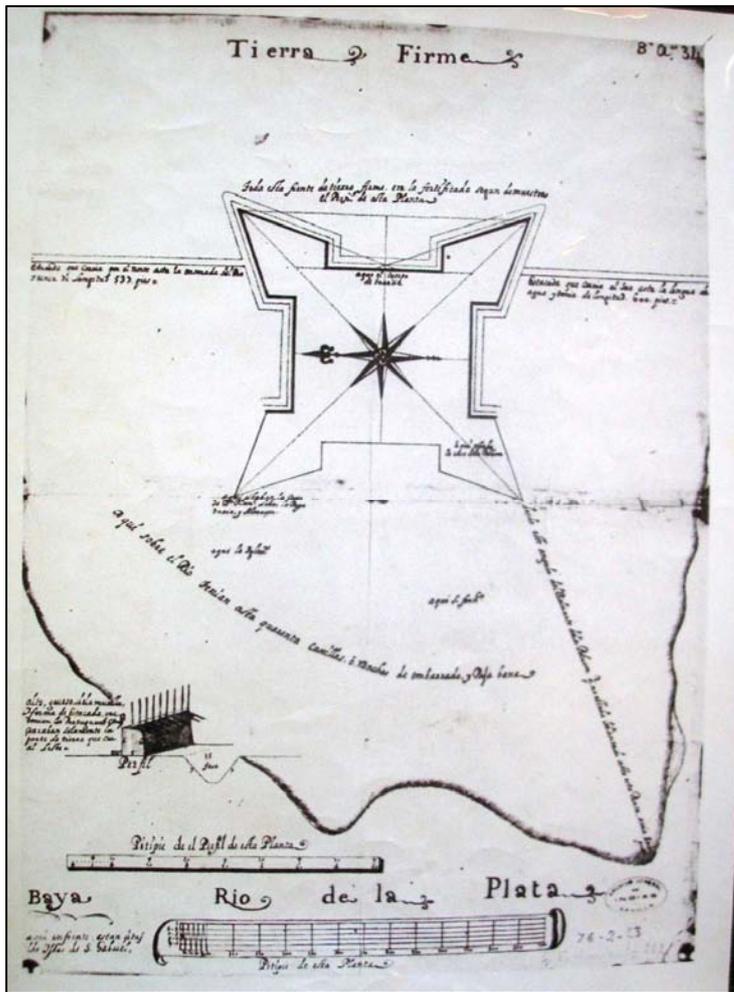


Figura 32: Planta da Colônia do Sacramento de 1680. Desenho de origem espanhol, cópia existente no Arquivo Regional da Colônia.

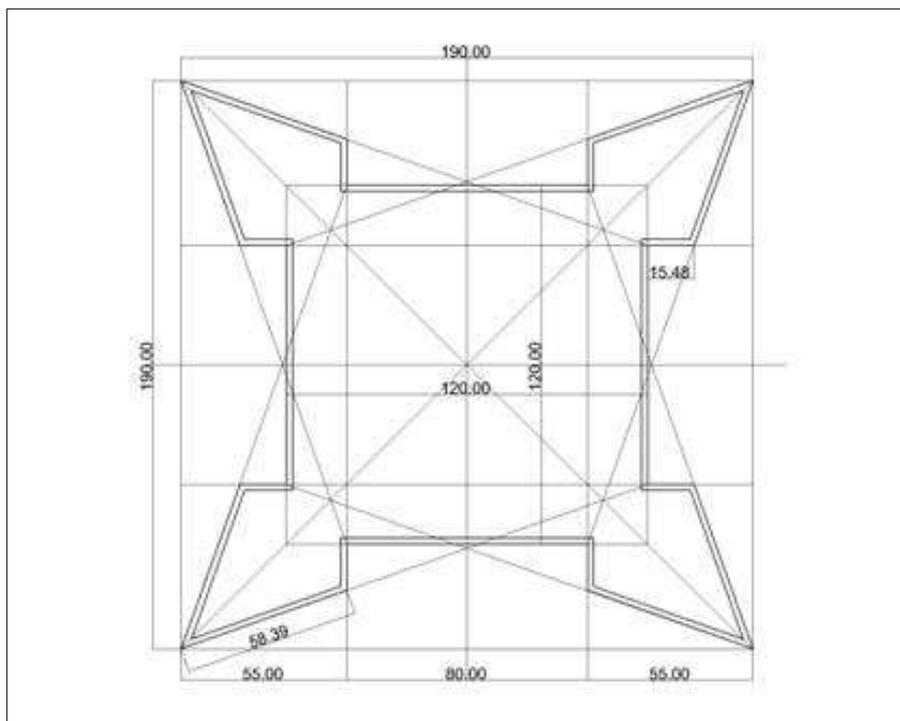


Figura 33: Reconstituição digital da Colônia do Sacramento. Elaborado pela autora.

É importante também o relato deste assentamento feito por Sebastião da Rocha Pitta:

111. A Fortaleza tomou a invocação e o nome das Ilhas de S. Gabriel, que estão no rio fronteiras e huma legoa distantes. **He quadrada, com quatro baluartes;** no tempo da ultima guerra se tirarão duas linhas de comunicação della ao rio, servindo esta estrada cuberta, assim para receber com mayor segurança **os socorros por mar como para lhe aumentar o recinto.**³¹

Podemos comparar esses desenhos à planta do Forte do Príncipe da Beira de 1776, quase um século após a primeira fundação da Colônia do Sacramento, localizado na margem oriental do rio Guaporé, na antiga Capitania de Mato Grosso, na demarcação das fronteiras com a coroa espanhola naquela região (Figuras nº 34 e 35). Na planta retirada da obra de Aurélio de Lyra Tavares consta a seguinte observação: *Planta do Forte do Príncipe da Beira e] “Calculo trigonométrico dos ângulos e Linhas de hum quadrado regular de oitenta braças de Lado fortificado pelo methodo de Vauban”*. Considerando que uma braça corresponde a 2,20 metros, teríamos um quadrado regular de 176 metros.

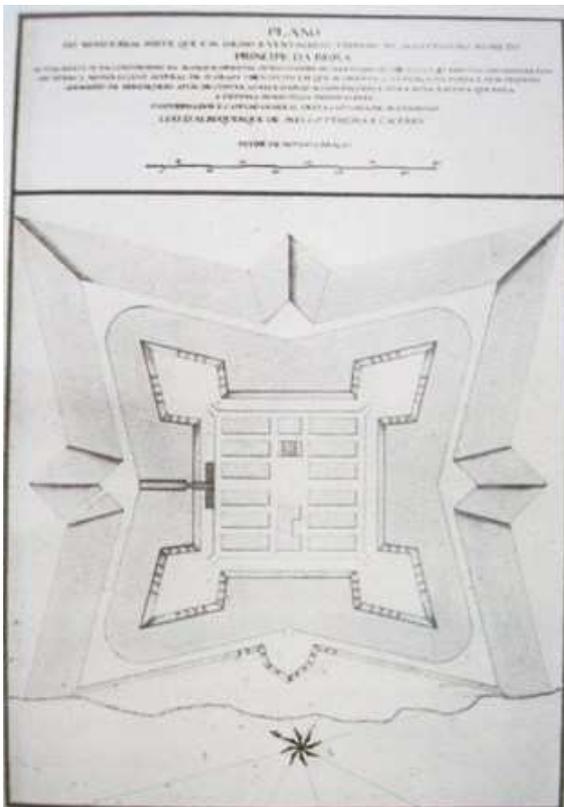


Figura 34: Planta da Praça-forte do Príncipe da Beira. Fonte: Aurélio de Lyra Tavares, A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil.

Figura 35: Praça-forte do Príncipe da Beira. Foto aérea atual



³¹ PITTA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. Lisboa: 1730.



É provável que as cortinas iniciais que ligavam a fortaleza às margens do rio, indicadas nas plantas acima apresentadas, tenham sido feitas com cestões ou gáveas, sistema apresentado nos trabalhos do engenheiro-mor do reino, Luis Serrão Pimentel no século XVII (Figura nº 36).

Figura 36: Material de proteção artificial contra fogos: parapeitos de sacas, gáveas. Fonte: Tratado de Luis Pimentel.

A planta de 1681 (Figura nº 31) apresenta nitidamente um desenho perspectivado que pode estar representando esse tipo de defesa, indicada principalmente como *material de proteção artificial contra-fogos* e em reforços externos e provisórios de defesa, o que nos mostra uma situação ainda muito precária na formação desse núcleo.

Esse primeiro assentamento que começou a ser construído em janeiro de 1680 foi destruído no ataque bélico que se deu à Colônia do Sacramento pelo Governador de Buenos Aires, José de Garro, em agosto do mesmo ano.

É importante mencionarmos que, em carta de 12 de março de 1680 ao Príncipe D. Pedro, Dom Manuel Lobo comunicou que deu o nome de Sacramento à cidadela fortificada que estava sendo construída, e de Lusitânia, à cidade³². Foi a única vez que encontramos o termo Lusitânia para a nomeação desse assentamento. É interessante notar como o termo foi destacado da cidadela, definindo a nomeação de uma cidade. Porém, o termo Lusitânia não foi encontrado

³² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento, 1680-1777. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1937. Página 66.

em outros documentos, prevalecendo sempre o termo Colônia do Sacramento, ou Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, termo utilizado após a primeira reconstrução em 1683. Podemos supor que a cidade Lusitânia foi um projeto de Manuel Lobo, que acabou morrendo em agosto de 1680, quando da tomada da Praça pelos castelhanos. Podemos interpretar que o fundador da Colônia do Sacramento tinha grandes pretensões de desenvolvimento e crescimento para o núcleo urbano que acabava de fundar. Pretensões estas que foram frustradas pelas intenções da Coroa Espanhola de expulsar os portugueses da região.

A evolução urbana da Colônia nos primeiros cem anos foi consequência dessa disputa territorial entre Portugal e Espanha. Por um lado, Portugal construía, por outro, a Espanha destruía. Portugal voltou a construir sobre as ruínas, projetando melhoramentos de infra-estrutura urbana que defendam o núcleo de novos ataques. A Espanha voltou a atacar e a destruir. Portugal voltou a reconstruir e permanecer até a expulsão final. Porém, sempre sob ameaça constante de ataque, o que vai ocasionar um assentamento intramuros cada vez mais adensado e muito limitado territorialmente, pelas muralhas defensoras. Comparando esse panorama com os de outras cidades existentes na região e no sul do Brasil, podemos supor que se Colônia do Sacramento não tivesse sido tantas vezes destruída e atacada, possivelmente teria se tornado uma cidade de grande porte, talvez uma cidade capital como consequência das suas funções comercial e portuária.

Em 1683, Colônia volta a mãos lusitanas pelo Tratado de Lisboa desse ano. Duarte Teixeira Chaves, mestre de campo, assumiu o Governo do Rio de Janeiro a 4 de junho de 1682, mas diante desse fato, partiu para Colônia em janeiro de 1683. Com o falecimento do Governador Manoel Lobo, em 7 de janeiro de 1683, que já estava doente desde a tomada da Praça em 1680, prisioneiro de guerra em Buenos Aires. Teixeira Chaves deixa o Governo a Christóvão De Orneles de Abreu, tenente-general e oficial da Praça. A Praça-Forte, destruída anteriormente, é reconstruída com planta quadrada com quatro baluartes e duas baterias no mesmo sitio e com o mesmo desenho que a anterior. Essa reconstrução ficou sob a responsabilidade do engenheiro militar Felipe Lobo de Araújo. Retiramos da obra de Simão Pereira de Sá um trecho que descreve esse momento da reconstrução - *“103...Comessamos a cobrir de faxinas a Artelharia, levantando pelo **antigo risco novas muralhas na***

mesma matéria insubistente, pois cahião humas quando se principiavão outras....trabalhandose com diligencia nos reparos, e juntam.te na Povoação³³.

Christóvão De Orneles, ao que parece, estava mais preocupado com seus próprios negócios do que com o desenvolvimento da Nova Colônia do Sacramento. Durante seu governo houve algumas denúncias sobre sua má administração o que repercutiu em Lisboa. Nessa época, Colônia demandava o envio constante de recursos e produtos financiados pela metrópole para a sua manutenção. Portanto, a coroa chegou a questionar a validade de se preservar essa colônia. A solução salvadora foi a mudança do governador.

Duarte Teixeira Chaves voltou ao Rio de Janeiro e, por nomeação do Rei, em 1690, Colônia tem um novo Governador, Francisco Naper de Lencastre, que havia sido governador do Rio de Janeiro, com expressas ordens de ocupar a Campanha, até então muito insipiente. Muitos colonos criaram estâncias de gado, além das plantações agrícolas e, em 1694, houve notícia do envio de mais de 6.000 couros ao Rio de Janeiro. No governo de Lencastre houve significativas melhorias no núcleo urbano: aumento das muralhas de 4 a 6 metros, abertura de uma entrada no ramal norte com ponte elevadiça e dois portões extras e torreão para defesa. No extramuros houve a construção de 100 novas casas, muitas sendo de pedra e cal. Criou-se uma fábrica de tijolos, telhas de barro e cerâmicas. Fez-se a reconstrução da Igreja Matriz, agora em pedra e cal e a construção do Convento de São Francisco. Criou-se um moinho de vento para a produção da farinha de trigo, o que possibilitou a panificação própria para o abastecimento da Colônia. Começou uma era de prosperidade para Colônia, com a vinda de povoadores e a construção da “povoação” e chácaras de abastecimento, até o novo sítio imposto pelos espanhóis em junho de 1704.

Em 1699, assumiu o Governador Sebastião da Veiga Cabral. Precavendo-se de possíveis ataques espanhóis, pelas notícias que vinham da Europa, aumentou as defesas da Praça:

124 “... as prezunçoens da guerra, entrando por esta razão Sebastião da Veiga a fortificar a Praça com faxinas, fossos, escarpas, contra escarpas, e hua grande cortadura na cova da tarição. Aumentou os riscos com estas antemurallas.....”

³³ PEREIRA DE SÁ, Simão. **História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata**. 1737. P. 28

129. *“Celebres obras havia fabricado o Governador em utilidade da Praça, e a mais horrorosa para o inimigo, foi uma atalaya fingida fora dos muros. Compunhase de taboado tênue e alguns couros, e hua peça de artilleria da mesma matéria porem também ideada a sua construção, q. nãp seria fácil conoçelha o mais destro e perito engenheiro. A terra que entre ella e as muralhas mediava, toda se encheu do artificioso fogo para os abraçar na marcha ou campamento.....”³⁴*

Nesses relatos vemos que foram feitas obras de defesa fora dos muros da fortificação e, de acordo as estratégias militares da época, com a área expansiva de proteção, afastando o inimigo com a criação de fossos, escarpas, contra-escarpas, estradas cobertas, etc., instalação de um posto avançado tipo atalaia e o campo minado entre esta e as defesas da Praça.

Colônia do Sacramento nessa época era uma praça-forte composta da cidadela de base quadrada com quatro baluartes, cortina, muralhas de lado a lado do rio, fosso profundo, e artilharia de bronze. Dentro da cidadela estava a igreja, a casa do governador, as construções militares. Fora, mas ainda protegidas pelas muralhas (ramais do norte e sul), estavam as casas, algumas de pedra e cal, outras de terra e palha, um hospício dos religiosos de São Francisco, e outro da Companhia de Jesus. Na campanha havia as granjas de abastecimento, as plantações de trigo, milho, lentilha e outros e as estâncias de gado.

Veiga Cabral, uma vez que já se havia instalado o sítio pelos espanhóis, havia pedido reforço à Bahia e ao Rio de Janeiro e, a 18 de outubro de 1704, abandonou a Praça, embarcando a toda a população, peças da artilharia e objetos que conseguiram levar nas naus que vieram ao socorro. As peças de artilharia que não conseguiram levar deixaram enterradas. Ainda, por ordem do governador e capitão geral do Rio de Janeiro, deixou Colônia do Sacramento em chamas. Durante os três dias que demoraram em embarcar deixaram bonecos de palha, como espantalhos, nos lugares da guarda e dos soldados para enganar ao inimigo mantendo-o afastado.

Além do incêndio proposital dos portugueses, Colônia foi totalmente destruída por ordem do Governador de Buenos Aires Juan de Valdez Inclan: *“...y quedaba la*

³⁴ PITTA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. Lisboa: 1730.

resolución de demolerla, por no dejar memoria del enemigo....” Depois de demolida passou dez anos no abandono, assim como toda a margem esquerda do Rio da Prata onde não havia sido construído qualquer núcleo de origem espanhola. Tornou-se claro que os espanhóis não tinham interesse específico sobre essa região – pelo menos naquele momento – ou não tinham condições reais de ocupação. Seus interesses eram o de barrar a ameaçadora expansão da coroa portuguesa que, adivinhavam eles, tinha interesse em ocupar toda a região e controlar o acesso à prata do Peru, como aparece no ofício do Cabildo de Buenos Aires ao Rei espanhol datado de 11 de dezembro de 1699:

*“ Postrada y rendida esta ciudad a los pies de V.M., em nombre de esta Provincia Le suplica se sirva concederla licencia para que, a su costa, a todo trance de armas, **castigue la osadía de los portugueses**, dando las órdenes convenientes a este Gobierno para que, juntando las fuerzas de ellas con las auxiliares de la Provincia de Tucumán, **exterminen la dicha Colonia de San Gabriel**³⁵, **llevándola a fuego y sangre**, supuesto el poco aprecio del tratado provisional³⁶ **Crecerá de suerte la Colonia de San Gabriel, que será en breve como una de las mayores poblaciones, y de pequeña centella no apagada en los principios, pasará a rayo que encienda y devore toda la America**; mayormente si como tiene tratado aquella corona (de Portugal) fortifica y se apodera de la isla de Maldonado, que está sita en la boca de este gran rio..... Y si por nuestros pecados no la merecemos (la licencia de destruir la Colonia), por las superiores razones que tuviera V.M. y sus consejos de estado de Indias para no concederla, se servirá mandar coger el último expediente sobre la precisa declaración de estos domínios, sin permitir por ninguna razón quede en todos los de este rio de la Plata la menor población ni rastro de portugueses.”³⁷*

³⁵ O Governo de Buenos Aires chamava a Colônia do Sacramento de Colonia de San Gabriel, seguramente por causa do nome da Ilha de São Gabriel onde primeiro desembarcou Manoel Lobo antes de construir no continente. A Ilha de São Gabriel conforma o escudo de sete ilhas que protegem esta península e enseada.

³⁶ O pouco apreço ao Tratado Provisional que se refere este ofício do Cabildo de Buenos Aires é devido ao crescimento expansivo da Colônia do Sacramento. O Tratado acordava que as coisas deveriam permanecer tal como estavam antes da destruição, sem acréscimos.

³⁷ Nota escrita por F. Bauzá no livro “Historia de La Dominación Española em El Uruguay” retirado do livro de Fernando Capurro: La Colonia del Sacramento, Montevideo: 1928. p. 19 e 20.

É interessante notar que essa nota foi escrita pelo Cabildo de Buenos Aires, representantes do povo, e não pelo governador, representante da coroa. O medo era pela possível, e provável, intenção expansionista dos portugueses até a margem direita do Rio da Prata, onde se encontrava Buenos Aires. De acordo com eles, a estratégia luso-brasileira seria fundar uma nova fortificação na boca do Rio da Prata, onde hoje está a cidade de Maldonado, que era uma península com porto abrigado, como Colônia. Conquistando todo esse território da Banda Oriental (atual Uruguai) e unindo-o ao território do Brasil, Portugal posteriormente conquistaria toda a região do Rio da Prata. Assim como é notória a percepção que eles tinham do crescimento urbano de Colônia do Sacramento que, segundo eles, deveria ser exterminada ou se tornaria uma das maiores cidades da região.

3.2) A Cidade amuralhada e a Cidade fora muros dos casais agrícolas – o segundo grande período de ocupação lusa.

O Tratado de Utrech, 1715, além de outras providências, devolveu a Colônia do Sacramento para a Coroa portuguesa e, em 11 de novembro de 1716, começou a terceira ocupação. O governador de Santos, Manoel Gomez Barboza, por ordem régia, tomou posse da Colônia do Sacramento e começou a reconstrução da Praça: *“sem descobrir as antigas muralhas, levantou outras de faxina para guardar os peitos, deffender as vidas”*³⁸. Nessa expedição chegaram duas Companhias com seus capitães e subalternos e 60 casais de colonos.

Os casais foram instalados nos “chãos” extramuros para a produção agrícola e pecuária. Cada casal deveria receber de sesmaria 10 jeiras na vizinhança da Praça e mais *uma légua de terra em quadra* também de sesmaria *para nelas poderem fazer roça, currais e o mais que lhes parecessem em benefício próprio*. A questão era como distribuir e legalizar essas terras em um território sempre em conflito com os espanhóis e, limitado por tratados à distância do tiro de canhão. Não há registro da entrega efetiva das sesmarias, mas sim da ocupação territorial do extramuros dividido em “Casais do Norte” e “Casais do Sul” com granjas ou roças de pomares, hortas e jardins nas proximidades imediatas da Praça. A divisão era causada pelo próprio relevo e topografia do terreno. Os do norte eram mais

³⁸ PEREIRA DE SÁ, Simão. **História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata**. 1737. P. 54

numerosos e desenvolvidos que os do sul, possivelmente pelas melhores condições de terreno, pela maior proteção dos ventos dominantes e acesso direto ao porto seguro da enseada. Havia também as grandes plantações agrícolas e criação de gado vacum e cavalariças nas estâncias mais afastadas, estimadas dentro de um raio de 24 léguas - 158 km.

Em 1722, foi nomeado o novo governador de Colônia Antonio Pedro de Vasconcellos, que foi o mais importante e o que mais anos exerceu seu posto, 27 anos, ficando até 1749. A sua substituição por outro governador menos ativo já demonstrava a estratégia política que estaria por vir com o Tratado de Madri de 1750

Durante o período de Vasconcellos, Colônia passou de uma fortaleza-cidadela a uma cidade amuralhada densamente construída. Em 1723, chegou à Colônia o capitão e engenheiro-militar Pedro Gomes de Figueiredo, que será o responsável pelas obras de melhoria da fortificação e pelo projeto do Baluarte de São Pedro de Alcântara.

Pedro Gomes de Figueiredo permaneceu em Colônia pelo menos até 1743 quando teve seu cargo elevado a Mestre de Campo com exercício de engenheiro. É de sua autoria o projeto de uma nova e maior cidadela, realizado em 1732. O projeto tem texto escrito no cabeçalho à direita da planta (Fig. 37 e 38) onde podemos ler:

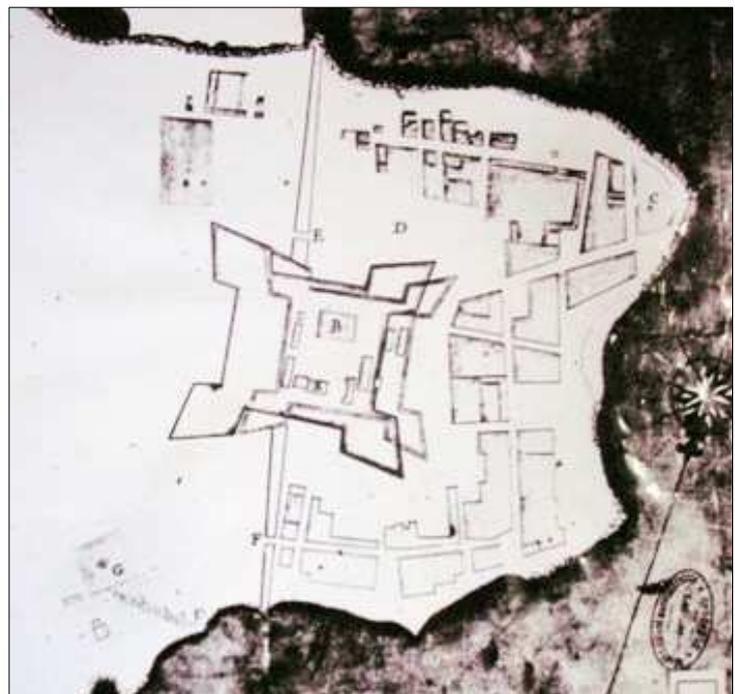
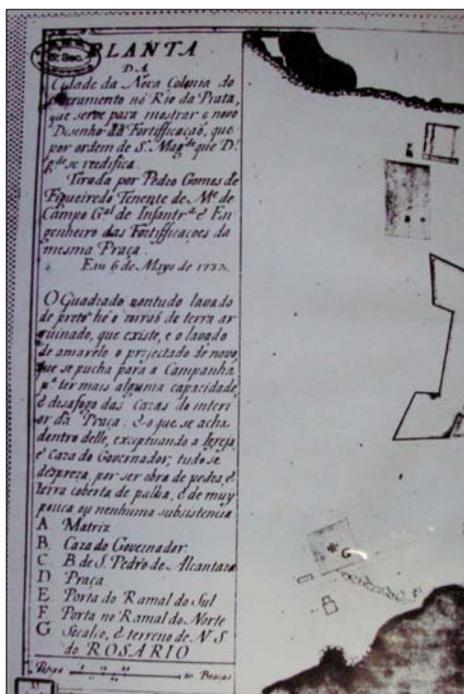


Fig. 37 e 38: Planta da Cidade da Nova Colonia do Sacramento no Rio da Prata. Tirada por Pedro Gomes de Figueiredo, Tenente de Mestre de Campo General de Infantaria e Engenheiro das Fortificações da mesma Praça, no ano de 1732. Cópia encontrada no Arquivo Regional da Colônia do Sacramento.

“Planta da Cidade da Nova Colonia do Sacramento que serve para mostrar o novo Desenho da Fortificação, que por ordem de sua Magestade. Se reedifica. Tirada por Pedro Gomes de Figueiredo Tenente de Me de Campo Gal. De Infantaria e Engenheiro das Fortificações da mesma Praça. Em 6 de Mayo de 1732. O Quadrado ?ontudo lavado de preto He o ?rrão de terra arguinado, que existe, e o lavado de amarelo o projectado de novo, que se pucha para a Campanha p^a ter mais alguma capacidade, e desafogo das cazas do interior da Praça e o que se acha dentro d'elle, exceptuando a Igreja, a Caza do Governador: tudo se despreza por ser obra de pedra e terra coberta de palha, o de muy pouca ou nenhuma subsistencia”.

Foi no governo de Vasconcellos que Colônia do Sacramento ficou sitiada durante dois anos pelas tropas castelhanas – de 1735 a 1737. O cerco teve como consequência direta no seu traçado urbano o adensamento das construções e da população intramuros e a destruição do extramuros. Durante essa guerra, toda a população que até então se dividia em intramuros e extramuros teve que ficar concentrada no intramuros. As chácaras de abastecimento foram arrasadas e todo esse território passou a ser o campo de batalha entre as tropas atacantes castelhanas e as tropas defensivas luso-brasileiras. O abastecimento de alimentos para a população ficou bastante escasso. Ora vinha por embarcações de reforço portuguesas ou brasileiras, ora vinha por terra passando pelos postos de guarda dos castelhanos por contrabando. Mas na maioria do tempo, houve desabastecimento de alimentos e outros produtos básicos para a população.

Vasconcellos conseguiu resistir ao sítio e o cerco dos castelhanos foi desfeito pelo Armistício de Paris de 1737. O extramuros de Colônia voltou a ser reconstruído com as chácaras de abastecimento, ruas e caminhos. Houve reparos também realizados no intramuros, também afetado pela guerra, sobretudo nas suas fortificações.

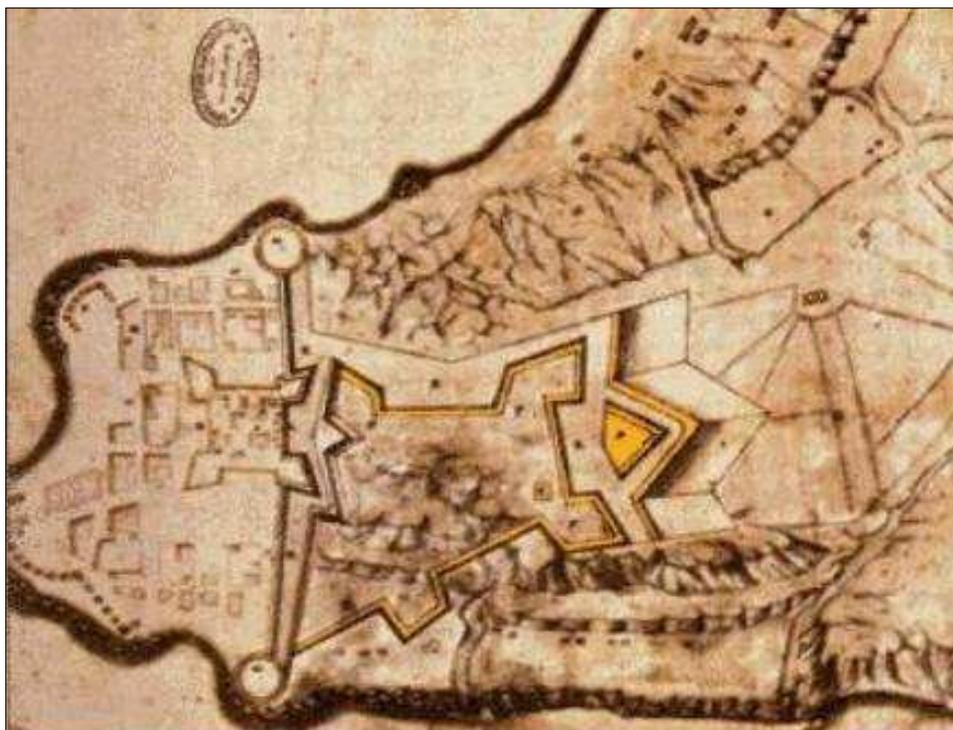
Surgiu, nessa época, possivelmente para melhor proteção contra os recentes ataques bélicos, o projeto de uma nova fortaleza e da remodelação das fortificações existentes, como podemos observar nas plantas realizadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes e pelo Frei Estevão do Loreto (Figuras nº 39 e 40).

A Planta do brigadeiro José da Silva Paes foi intitulada *“Planta Topografica da Praça da Nova Colonia com seu novo Dessenho – Pelo brigadeiro Jozé da Sylva Paes. Anno de 1736”*. Não encontramos na documentação pesquisada o motivo porque esse projeto não foi executado. Podemos pensar que pode ter sido a falta de disponibilidade de recursos, lembrando que o mesmo José da Silva Paes desenhou e construiu o Forte Jesus, Maria, José de Rio Grande, em Rio Grande em 1737.



Figura 39: Planta Topografica da Praça da Nova Colonia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro José da Silva Paes no ano de 1736. Original colorido

Figura 40: Planta da Nova Colônia do Sacramento, do monge beneditino Frei Estevão do Loreto Joassar, do ano 1737. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro.



Talvez os recursos disponíveis tivessem que ser concentrados para essa fundação, que era estratégica na comunicação marítima entre Colônia do Sacramento e o Rio de Janeiro e na posse desse imenso território.

Mesmo que esse projeto de uma nova fortaleza fora dos muros da cidade não tenha sido realizado, a cidadela original foi destruída e dois de seus baluartes – o Baluarte de São João e o Baluarte da Bandeira – ficaram incorporados às muralhas protetoras da cidade. Foram criados e reforçados outros baluartes, ficando assim a cidade intramuros completamente fortificada – na mesma linha da muralha, o Baluarte do Carmo e o Baluarte de São Miguel (chamado de San Diego nos mapas castelhanos), além dos Baluartes de Santa Rita e São Pedro de Alcântara e suas baterias. Estes dois fatores - a demolição dos antigos muros internos da cidadela e a fortificação completa da cidade - modificaram o traçado intramuros. Criou-se uma nova área de ocupação central que se incorporou ao

traçado do resto da cidade como podemos observar na planta de José Custódio de Sá e Faria de 1753. (Figura nº 41).



Figura 41: Plano da Praça e Território da Colonia de S.º Sacramento situada na margem Septentrional do Rio da Prata por José Custódio de Sá e Faria, Tenente Coronel do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, no ano de 1753. O original arquivado na Mapoteca do Itamaraty .

Nuno Portas (2000) fala sobre essas necessidades de modificações das cidades “*de fundação*” e especificamente as cidades fortificadas:

E as próprias fortificações – que nos modelos ideais encerravam física e formalmente o espaço urbano – se integram quase sempre nessa lógica de assemblagem, permitindo que as cidades de fundação possam reformar-se e crescer com as necessidades, sem o obstáculo de limites pré-estabelecidos.... nos ensanches lusos, representados nos finais dos séculos XVI e XVII, serão ainda os obstáculos naturais (água e monte) os limites efectivos que apertam ou dificultam as desejadas expansões. (PORTAS, 2000: página 165)³⁹

Colônia do Sacramento teve desde seu início as funções militar e comercial-portuária. Tendo o comércio de contrabando aumentado durante o século XVIII, é possível que este fato tenha impulsionado uma reorganização urbana. Essa necessidade de reorganização do traçado requereu a demolição dos antigos muros da cidadela. Essa nova organização central foi se consolidando até 1777 quando da tomada final da Praça. (Figura nº 42).

Pelo texto de explicação da planta de origem espanhola, de 1805-1806, da cidade da Colônia de Sacramento temos o conhecimento do tamanho da destruição causada pelo ataque bélico a mando do governador de Buenos Aires, Pedro Ceballos. Há a descrição da destruição da Igreja Matriz, do baluarte de São Pedro



de Alcântara, das Igrejas (ou Capelas) do Carmo e de Santa Rita, dos quartéis da cavalaria e da infantaria, da prisão, do teatro que estava sendo construído, do Trem da Alfândega, e de grande parte das muralhas, além das ruínas do Convento de São Francisco que acreditamos já havia sido destruído e incendiado no ataque de 1704 e nunca recuperado.

Figura 42: Plano de La Plaza de Colonia del Sacramento. Por George de Bois, 1762. Original Mapoteca do Itamaraty

³⁹ PORTAS, Nuno. Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. 2000.

3.3) O traçado urbano, os espaços públicos, a praça de armas e o arruamento.

Desde as primeiras plantas a que tivemos acesso desse segundo grande período de ocupação lusitana, podemos observar a existência de uma grande praça. Esta enorme praça permanece lá até os dias de hoje. Ela surgiu no terreiro ao lado das muralhas da cidadela e protegida pelas muralhas externas da cidade, onde se localizava uma das portas de acesso à Praça. Possivelmente surgiu como terreiro militar, espaço amplo e sem construções para o movimento das tropas. Mas acreditamos que também tenha tido a função comercial de feira livre. Espaço utilizado pelos proprietários das chácaras de abastecimento extramuros para a venda dos seus produtos à população. Espaço de comercialização de outros produtos que vinham do Brasil ou de Portugal, ou de feira de animais. Enfim, acreditamos que esse grande terreiro tenha tido tanto a função militar como a função comercial.

Analisando a Planta de Bernardo Antonio Meza⁴⁰ (Figura nº 31) da primeira fundação da Colônia, podemos observar que a atual praça já era usada como terreiro para manobras militares e que as construções ficaram concentradas para o lado do porto abrigado – lado norte – e para o lado da praia – lado oeste. No setor



do lado sul não vemos, no desenho, a indicação de construções. Esse é o lado onde temos grande incidência de ventos dominantes e frios e onde não temos um porto abrigado nem praia de areias. Nesse setor há presença de pedras na beira do rio (Figura nº 43).

Figura 43: Pedras na beira do rio, lado sul. Foto da autora.

Ao analisarmos outras plantas históricas, de outras épocas, observamos o desenho de ruas e quarteirões nesse setor. Confrontando essas plantas com a visita

⁴⁰ Desenho realizado, a mando da Coroa Espanhola, em Madri por Bernardo Antonio Meza em 1691 retratando a primeira tomada da Praça em agosto de 1680.

a campo, podemos perceber que o traçado foi feito para proteger a praça e as moradias dos ventos frios e dominantes. Na planta do engenheiro-militar de Colônia Pedro Gomes de Figueiredo, de 1732, aparece no texto a denominação de praça e na planta do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria a denominação de praça de armas. Em outras plantas históricas de origem espanhola temos, também, o termo “*Plaza Mayor*”. Sua função principal era militar, embora acreditamos que tenha sido muito usada comercialmente nos períodos de paz. Havia outras praças para as funções religiosas e civis, como a praça defronte à Matriz e à Casa do Governador. Hoje, esta grande praça é a principal do chamado “*Barrio Histórico*”. (Figuras nº 44 e 45)



Figura 44: Vista aérea do Bairro Histórico da Colônia do Sacramento tirada do farol. Foto da autora.



Figura 45: Vista aérea da Colônia do Sacramento, tirada do farol, início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.

O traçado das ruas, ora em diagonal, ora perpendicular, conformando quarteirões irregulares, tinha a finalidade de proporcionar um melhor conforto ambiental para os seus usuários e de protegê-los durante os ataques bélicos. Esse traçado ia se adaptando estrategicamente ao terreno e às necessidades de defesa da cidade. Encontramos essas estratégias de proteção dos ventos no traçado das antigas cidades marítimas portuguesas. O traçado de origem implantado na Colônia do Sacramento era muito diferente do traçado das cidades coloniais de origem espanhola resultantes da Lei das Índias. Estas de fácil crescimento por acréscimo de novas quadras e, conseqüentemente, de preservação menos provável, aquelas com características tão fortes e tão arraigadas ao território que, talvez, torne o conjunto menos vulnerável a mudanças, pelo menos no referente à morfologia do seu traçado.

Podemos comparar Colônia a Montevideú, de origem espanhola, com traçado regular de quarteirões quadrados, mas com características topográficas e de localização muito similares à Colônia (Figura nº 46).

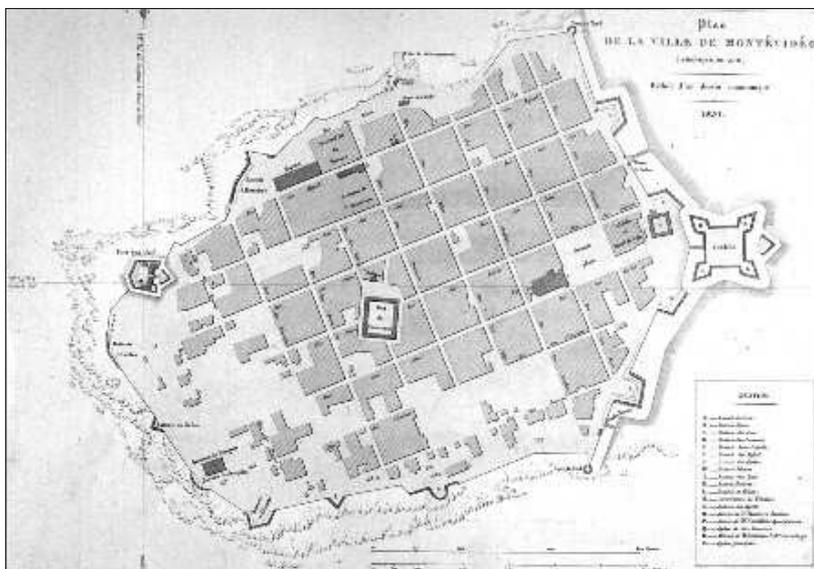


Figura 46: Planta da cidade de Montevideú elaborada em 1820. Fonte: www.fortalezasmultimidia.com.br.

Montevideú foi fundada pelo governador de Buenos Aires Bruno Mauricio de Zapala em 1724, com o objetivo de assegurar a posse territorial que estava permanentemente sob a ameaça da invasão luso-brasileira. Analisando a planta da cidade de Montevideú elaborada em 1820 (Figura nº 46), quase um século depois da sua fundação, vemos em um dos extremos da cidade a uma cidadela quadrada de quatro pontas com características similares à fortaleza original de Colônia do Sacramento. Observamos, também, a conformação de aproximadamente 45 quarteirões quadrados com traçado regular. Comparando com Colônia, notamos que

Montevideu teve um crescimento urbano maior durante os 100 primeiros anos de existência. Possivelmente como uma das consequências, o crescimento urbano da Colônia do Sacramento foi interrompido várias vezes pelas destruições causadas pelas guerras.

Os quarteirões da cidade de Colônia do Sacramento foram conformados com as edificações situadas no seu contorno externo, sem afastamentos frontais. No interior dos quarteirões, foi deixado o espaço livre para jardins e quintais com pequenas hortas e pequenos pomares. Esse tipo de conformação dos quarteirões cria um interior arborizado e protegido das inclemências climáticas e da poeira das ruas.

As ruas foram desenhadas, na sua maioria, com largura de 30 palmos, aproximadamente 6 metros, entre construções. A pavimentação era de pedra com canal de águas pluviais no centro (Figura nº 47).

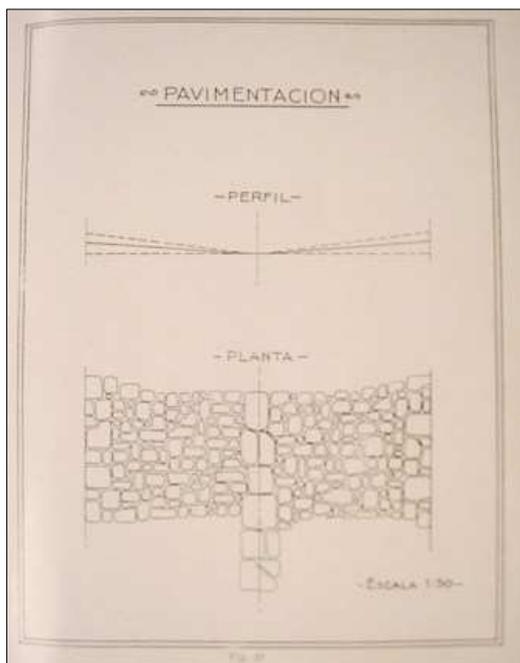


Figura 48 Colônia do Sacramento, pavimentação colonial.
Foto da autora.

Figura 47: Pavimentação das ruas da Colônia do Sacramento. Desenho do livro de Fernando Capurro de 1928

Algumas dessas pavimentações permanecem até hoje (Figura nº 48). Esse tipo de arruamento, de ruas estreitas e construções sem afastamentos, proporcionava também, às ruas e passagens, espaços públicos de circulação protegidos do sol e do calor no verão e dos ventos frios no inverno.

“A cidade portuguesa foi em todas as épocas uma cidade concreta que procurava responder a realidade objetiva e material de cada momento e de cada situação, não se limitando a reproduzir modelos abstratos. Mesmo quando se

estruturava segundo modelos planeados, eruditos, racionais e geométricos, procurava sempre adaptar-se à realidade material, ecológica e cultural em que se situava, sendo essa característica que acabava por prevalecer.” (REVISTA Urbanismo de Origem Portuguesa, 2000)

3.4) As construções da Colônia do Sacramento

No extramuros, Colônia possuía casas de moradia nas chácaras de abastecimento. Essas chácaras, como já comentamos, estavam formadas em dois grandes grupos – o grupo dos casais do norte e o grupo dos casais do sul. Durante a ocupação lusitana, esse foi o setor mais modificado, do qual não há restos, sempre arrasado nas diversas batalhas e invasões sofridas. Silvestre Ferreira da Silva relata que havia 240 quintas nos arredores da Praça⁴¹. Foi sobre esse setor que se construiu a cidade de origem espanhola, de traçado regular, do século XIX. Sua arquitetura habitacional era de ranchos térreos com paredes de barro ou pedra e telhados de palha ou telha cerâmica, dependendo da riqueza do seu proprietário ou da época de sua construção. Nos primeiros anos, os recursos eram menos abundantes e os ranchos eram feitos com os materiais disponíveis, muitas vezes escassos. No extramuros também se encontrava o moinho de vento, o curral, a olaria, a curtidura, as atafonas – engenhos de moer grãos por tração animal, forno de cal, algumas capelas e igrejas, assim como o hospício de N.S. da Conceição.

No intramuros tínhamos como edificações principais a Igreja Matriz, o Palácio do Governador, o Colégio da Companhia de Jesus, o Trem da Alfândega, o Convento de São Francisco até 1704, ano em que foi destruído e incendiado, a Igreja de Santa Rita com seu local de sepultamento, a Capela de São Pedro de Alcântara e a Capela de N.S. da Conceição. Há referência a um teatro que estava sendo edificado, mas não encontramos informações sobre sua inauguração. As edificações militares eram os barracões dos soldados e militares, os Armazéns da Pólvora, a Casa de Armas, os Quartéis de Infantaria e da Cavalaria, a prisão e as fortificações correspondentes aos baluartes e muralhas. As moradias eram na sua maioria térreas, havendo alguns sobrados, todas com paredes de pedra e telhado com telha de barro (Figura nº 49).

⁴¹ SYLVA, Silvestre Ferreira. **Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento**. 1748.



Figura 49: Colônia do Sacramento, casa portuguesa, conhecida atualmente como Museu Casa de Nacarello. Foto da autora

Quase todas as construções, incluindo as moradias, eram utilizadas no armazenamento das mercadorias destinadas ao comércio. As embarcações carregadas chegavam do Brasil ou da Metrópole e, por razões de segurança, tinham que descarregar e armazenar suas mercadorias dentro do intramuros. Depois, dependendo das condições para o contrabando, eram comercializadas com Buenos Aires. Alguns mercadores possuíam casas de comércio na Colônia, mas não existiam armazéns específicos para esta função de entreposto comercial. As mercadorias eram armazenadas onde fosse possível, usando-se também as moradias.

As funções militar e comercial se impunham a outras funções específicas de uma cidade colonial, como a religiosa. Muitas vezes, as armas e munições eram armazenadas no interior de outras edificações que não as militares como, por exemplo, no interior das igrejas. Por esta razão, a Matriz foi destruída durante uma tormenta, cujo raio explodiu a pólvora que havia sido lá guardada, no início do século XIX.

3.5) O estudo da evolução urbana de Colônia do Sacramento através da sua cartografia.

Na revisão cartográfica realizada, encontramos 29 plantas da cidade de Colônia do Sacramento, das quais quatro são do primeiro grande período de ocupação lusa (1680/1704). Seguindo a ordem cronológica, há mais 25 plantas do segundo grande período de ocupação portuguesa, de 1722 a 1777.

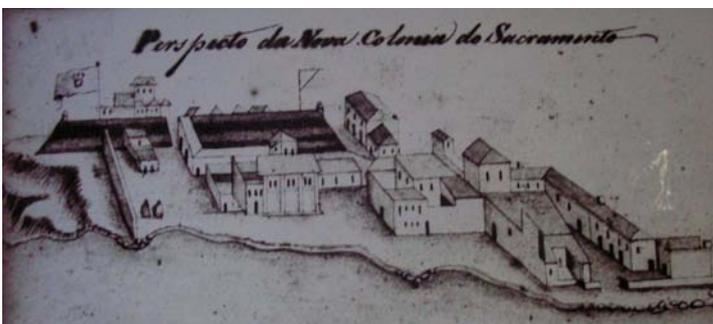
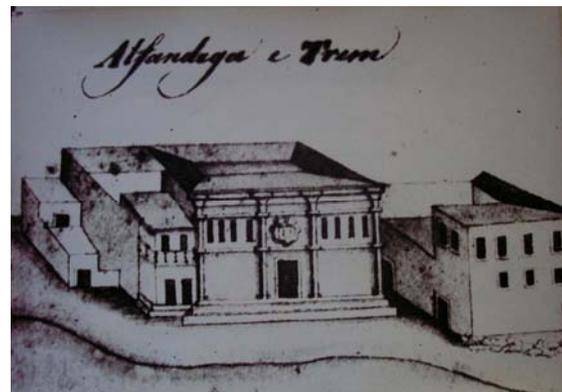
Dessas, escolhemos oito plantas, todas do segundo grande período. Concentramo-nos nesse período porque quase todo o núcleo original do primeiro período foi arrasado. Nelas podemos observar as modificações que foram ocorrendo

durante a colonização portuguesa. Dentro do leque que dispomos, escolhemos as seguintes plantas:

1) Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo padre matemático Diogo Soares no ano de 1731. Trata-se da planta e de perspectivas das principais construções. Dedicada ao poderosíssimo senhor Rey e Senhor D. João V. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro. (Figuras nº 50, 50^a, 50b, 50c, 50d, 50e)



Figura 50: Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731. Trata-se da planta e de perspectivas das principais construções. Dedicada ao poderosíssimo senhor Rey e Senhor D. João V. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro.



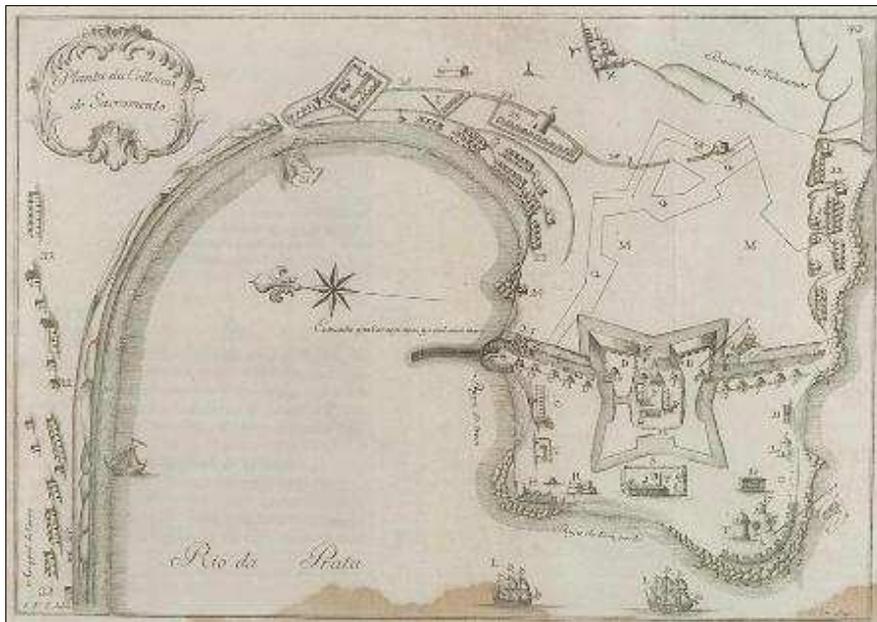
Figuras 50a, b, c, d, e, f, da esquerda para direita e de baixo para cima: Igreja Matriz , Palácio do Governador, Casa do Secretário, Alfândega e Trem, Prospecto da Nova Colônia do Sacramento, Cidadela, desenhos da Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata, pelo Padre matemático Diogo Soares no ano de 1731.

2) Planta da Cidade da Nova Colonia do Sacramento no Rio da Prata. Tirada por Pedro Gomes de Figueiredo, tenente de mestre de campo general de infantaria e engenheiro das fortificações da mesma Praça, no ano de 1732. Cópia encontrada no Arquivo Regional da Colônia do Sacramento. (Figuras nº 37 e 38)

3) Planta Topografica da Praça da Nova Colonia com o seu novo desenho pelo Brigadeiro José da Silva Paes no ano de 1736. Original colorido. (Figura nº39)

4) Planta da Nova Colonia do Sacramento, do monge beneditino Frei Estevão do Loreto Joassar, do ano 1737. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército – Rio de Janeiro. (Figura nº40)

5) Planta da Colonia do Sacramento da Relação do sitio em que o Governador de Buenos Aires pôs a Praça da Nova Colonia do Sacramento no ano de 1735. Elaborada pelo alferes Silvestre Ferreira da Sylva no ano de 1748. Retirada do livro



do mesmo autor do desenho. Original em água-forte preto e branco de 19,2x27,2 cm. (Figura nº51).

Figura 51: Planta da Colonia do Sacramento da Relação do sitio que o Governador de Buenos Aires pôs a Praça da Nova Colonia do Sacramento no ano de 1735. Elaborada pelo Alferes Silvestre Ferreira da Sylva no ano de 1748.

6) Plano da Praça e Território da Colonia de S.mo Sacramento situada na margem Septentrional do Rio da Prata por José Custódio de Sá e Faria, tenente coronel do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, no ano de 1753. O original se encontra arquivado na Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro. Aquarela colorida sobre papel de 74x61 cm. (Figura nº41)

7) Plano de La Plaza de La Colonia del Sacramento. Demonstração do ataque dos espanhóis em outubro de 1762, por D. Tomás Lopez, elaborado em Madri em 1777. Existe cópia arquivada na Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro na qual se lê no canto inferior direito: Copiado do Arquivo Militar por D. Martinho da França Coutinho em 1864. Original a nanquim sobre papel de 49x54 cm. (Figura nº52).

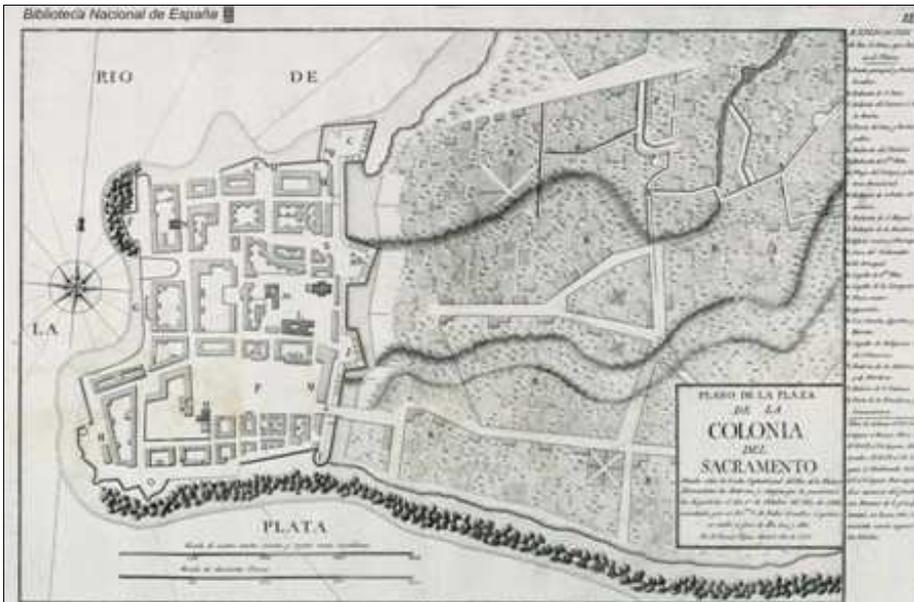


Figura 52: Plano de La Plaza de La Colonia del Sacramento. Demonstração do ataque dos espanhóis em outubro de 1762, por D. Tomás Lopez, elaborado em Madri em 1777. Existe cópia arquivada na Mapoteca do Itamaraty

8) Plano Topográfico da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento. Elevado em dezembro de 1776. Original arquivado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cor: 10 x64 cm. (Figura nº 53).

Procuramos trabalhar com as plantas elaboradas pelos principais engenheiros militares ou profissionais que participaram ativamente do desenvolvimento de Colônia do Sacramento, não só pela relevância do personagem na história, mas porque, geralmente, eram as mais bem detalhadas e que nos transmitiram maior confiança, como as plantas de José Custódio de Sá e Faria, do brigadeiro José da Silva Paes, do Mestre de Campo e engenheiro militar da Colônia Pedro Gomes de Figueiredo ou do alferes Silvestre Ferreira da Sylva. Estudamos e confrontamos umas com as outras, seguindo a sequência cronológica. Sentimos alguma dificuldade pelos diferentes tipos de representações e de escalas existentes nas plantas. Procuramos detectar diferenças no traçado urbano entre elas ou anotações em épocas importantes, como o sítio de 1735 a 1737, ou quando aparecia na cartografia uma mudança importante, como a desaparecimento da cidadela.



Figura 53: Plano Topográfico da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento. Elevado em dezembro de 1776. Original arquivado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A reconstituição digital das plantas históricas confrontada com uma planta atual da cidade nos assegurou uma mesma escala para todas (Figuras nº 54, 55, 56, 57 e 58). Utilizamos como “layer” de apoio o traçado urbano atual do bairro histórico retirado da planta cadastral e do “Inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico”⁴² e nos apoiamos também na reconstituição digital do arquiteto Marcelo Payssé. Realizamos uma análise, em planta, das transformações e das permanências do traçado.

Para a análise da evolução urbana no período colonial português, de 1680 a 1777, confrontamos o estudo das plantas históricas listadas acima com as plantas digitalizadas e com o trabalho de reconstituição digital realizado pelo arquiteto Marcelo Payssé (Figuras nº 60, 61 e 62).

⁴² Inventario del Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico – Barrio Histórico Colonia del Sacramento, Colonia, Uruguay, Setiembre de 2007. Secretaria de Planeamiento y Ordenamiento Territorial. Unidad de Patrimonio, Intendencia Municipal de Colonia, Material digitalizado em CD.

Desse confronto tentamos definir quais foram as permanências e quais foram as modificações sofridas pelo traçado nesse período, o que está descrito no capítulo da conclusão.

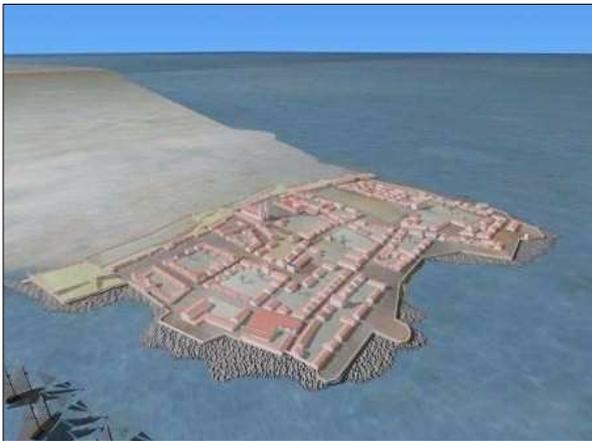
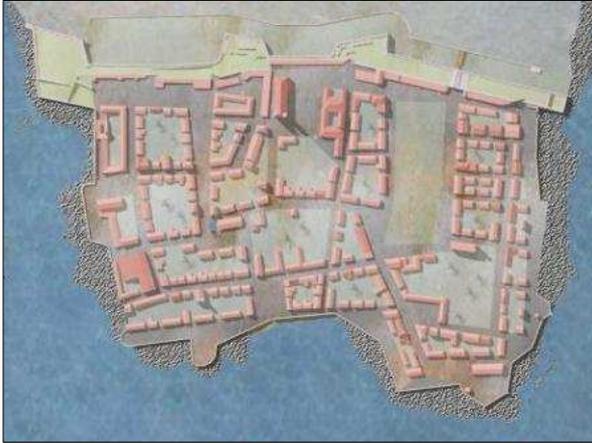


Figura 60: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.

Figura 61: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.

Figura 62: Colônia do Sacramento, 1762. Maquete digital. Reconstituição do arquiteto Marcelo Payssé.

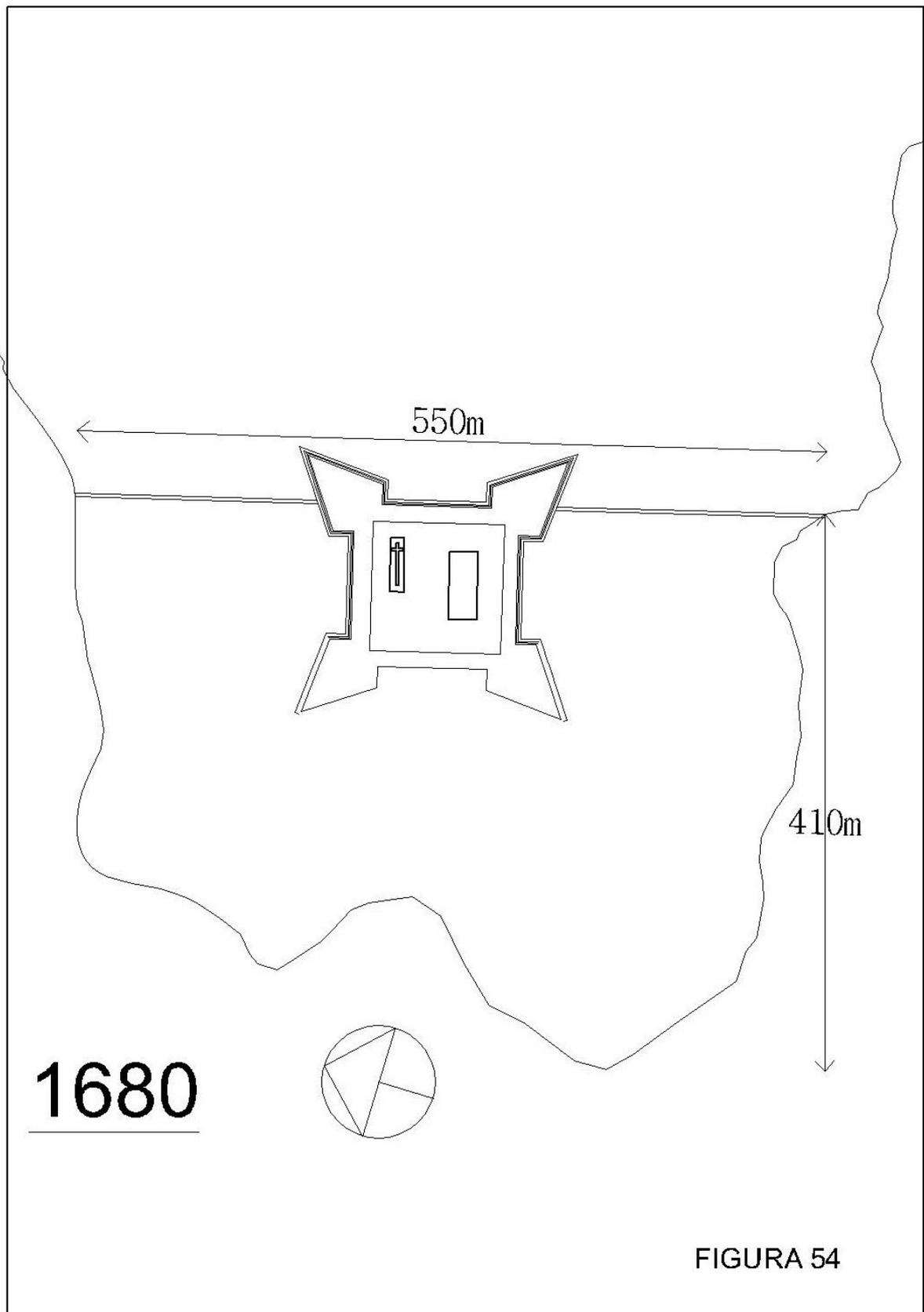
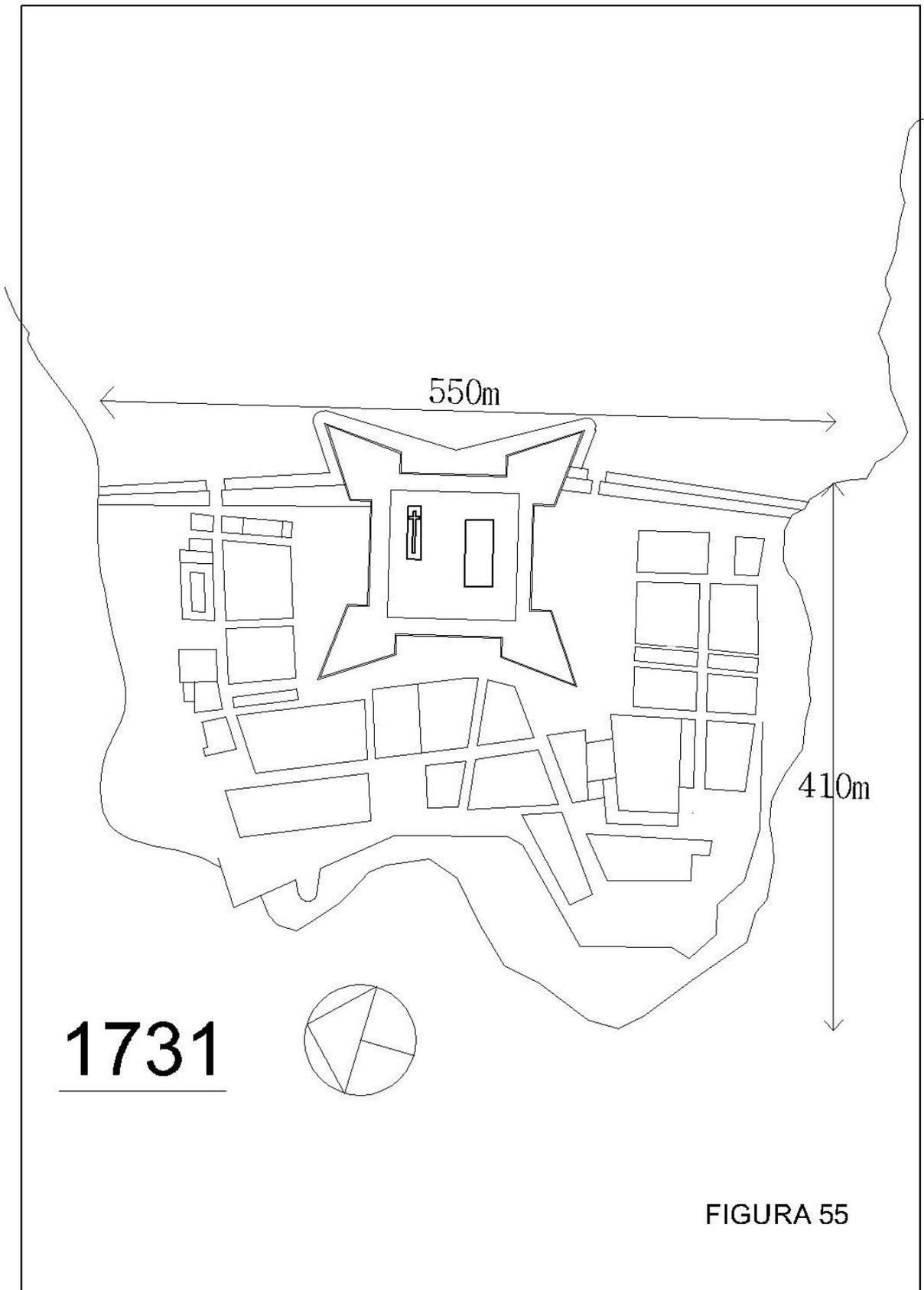
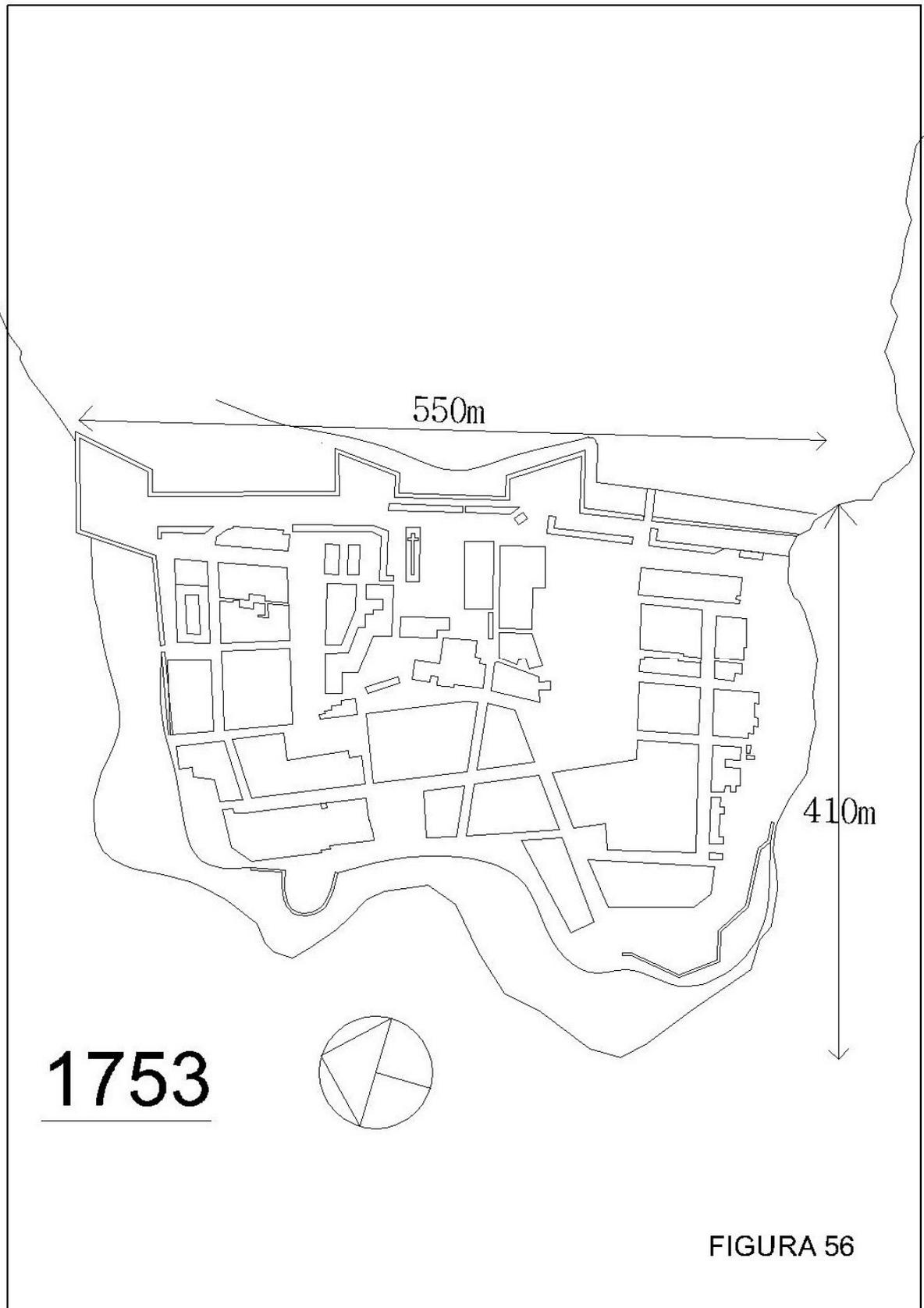
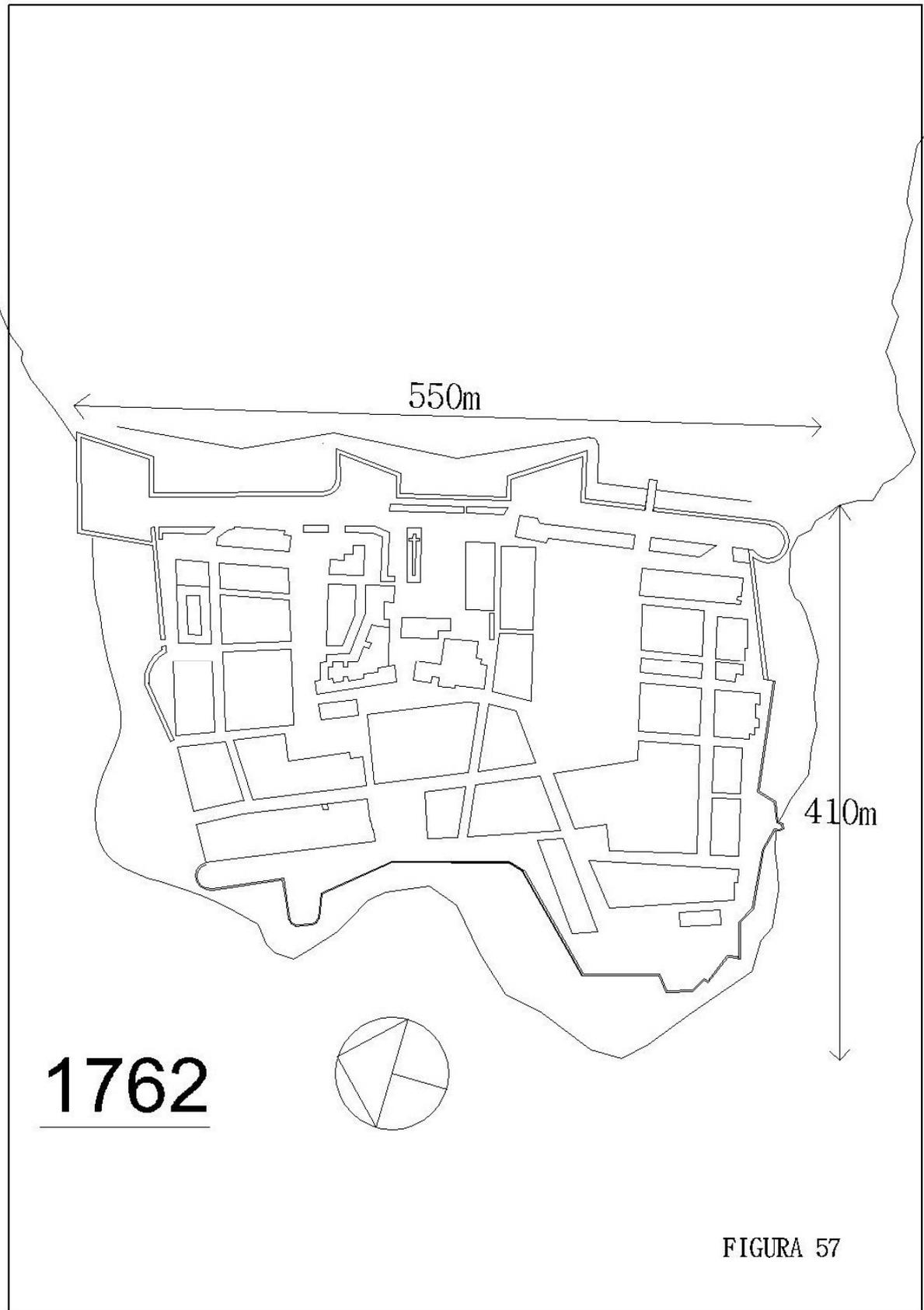
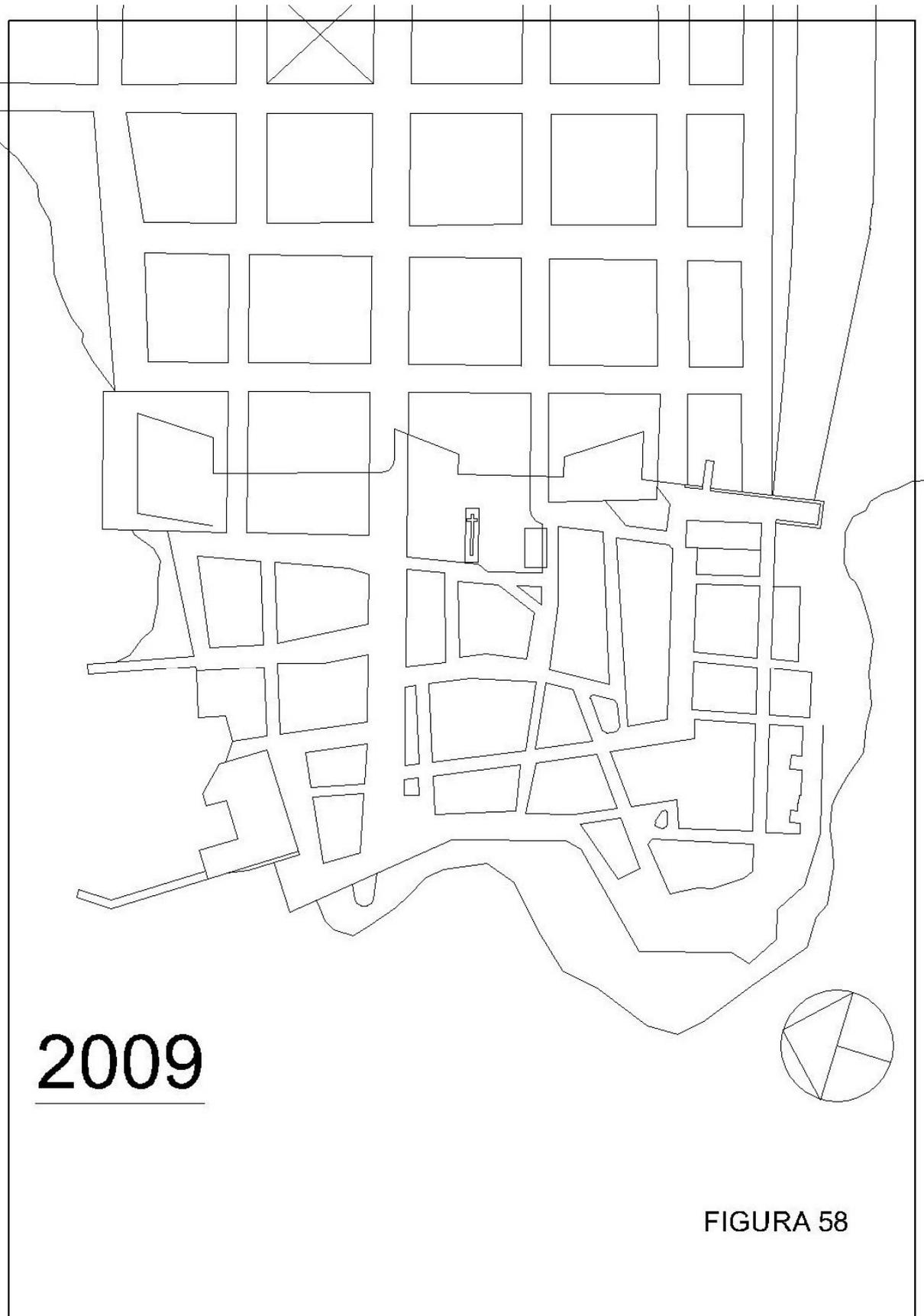


FIGURA 54









2009

FIGURA 58

CAPÍTULO 4

Da cidade em ruínas às ruínas da cidade Patrimônio da Humanidade

Este capítulo tem por objetivo analisar a evolução urbana da Colônia do Sacramento desde 1777, quando ficou em ruínas e abandonada, até os dias de hoje a partir do resgate do patrimônio urbano e arquitetônico durante o século XX, à consequente declaração da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1995. Veremos os processos de gentrificação e museificação, surgidos com a renovação e reabilitação urbana, as relações diretas e de tensões entre o patrimônio e a indústria do turismo cultural, as ameaças externas ao patrimônio, como o projeto de turismo de uma marina internacional no entorno de proteção, ou a possível construção da ponte entre Buenos Aires e Colônia.

Entendemos por Patrimônio Cultural o conceito desenvolvido pela UNESCO: sendo a nossa herança vinda do passado, com que vivemos hoje, e que passaremos às gerações vindouras. É o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

O termo gentrificação é um neologismo do inglês *gentrification* que poderíamos traduzir como enobrecimento. *Gentry* significa aristocracia ou pequena nobreza. O termo foi introduzido pela socióloga Ruth Glass em 1964 para descrever o movimento populacional de invasão dos bairros operários de Londres pelas classes média-altas (CHOAY, 2001). O conceito de gentrificação utilizado nesta dissertação é o encontrado no SIRCHAL (*Sitio Internacional sobre la Revitalización de Centros Histórico de Ciudades de América Latina y del Caribe*): forma de apropriação das camadas afluentes e do capital privado do espaço público, "requalificando" concertadamente com outros atores, inclusive o poder público, e criando uma situação de exclusão e especulação, convertendo espaços privilegiados remanescentes degradados em espaços de consumo de uma classe social ascendente. A maior crítica a esse processo é quanto da expulsão das classes menos favorecidas desses espaços que se "refinaram", se valorizaram, como consequência da valorização dos seus imóveis.

Museificação diz respeito ao espaço urbano revitalizado, abandonado pela população existente, como consequência da gentrificação, transformado em espaço de uso público e turístico e sem vida cotidiana própria de uma população local.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986) não utiliza o termo, mas descreve o processo no artigo “Preservar é não tomar, renovar não é por tudo abaixo”:

“Há cidades que param. Deixam de se transformar através dos diálogos, nem sempre mansos, entre espaço e tempo. A rigor, não deveriam mais ser chamadas de cidades (...) viram museus, cemitérios, cenário e turismo, o que se quiser...”
(SANTOS, 1986: p 59)⁴³

Esse conceito, de acordo ao SIRCHAL, está no centro da problemática da revitalização de centros históricos. A museificação se opõe ao desenvolvimento sustentável e à boa governabilidade. Ela é resultante do desenvolvimento em excesso do turismo provedor de riqueza, que fabrica centros históricos onde cada monumento se transforma em museu ou centro cultural, cada casa antiga uma loja de *souvenirs* com andares vazios ou transformados em depósito. Como consequência primeira desse modelo de preservação do patrimônio, o espaço urbano é abandonado pela população residente, transformando-se em espaço de marginalização.

Françoise Choay aborda o tema sem utilizar o termo:

“A estrutura urbana pré-industrial e, sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deviam ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museu.”⁴⁴

4.1) A cidade destruída e abandonada

Nos primeiros anos após a conquista espanhola, Colônia ficou abandonada e com muitas das suas construções destruídas. Analisando a planta de origem espanhola “*Plano de La ciudad de la Colonia de Sacramento – Posesión española 1805-1806*” (Figura nº 63), já mencionada anteriormente no capítulo 3, podemos ter alguma noção do grau de destruição da cidade caudada pelo ataque de 1777.

Podemos afirmar que Colônia antes desse ataque chegou a ser uma cidade de grande importância econômica e, conseqüentemente, uma cidade rica. Tinha todas as suas ruas pavimentadas com pedras e com calha central de escoamento

⁴³ SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Revista Projeto 86, Ensaio e Pesquisa. São Paulo, p 59, abril de 1986.

⁴⁴ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. Editora UNESP, 2001. P 193.

das águas servidas, que corriam diretamente para o rio. Todas as moradias do intramuros eram de pedra e cal e com cobertura de telhas de barro. Todas as casas tinham pátio interno arborizado e com cultivos de hortas e flores. Havia algumas residências assobradadas, sendo a principal o Palácio do Governador na praça da antiga cidadela. Possuía edifícios importantes, como o Trem da Alfândega, a Casa do Secretário, a Casa da Justiça e a Prisão, o Hospital Real, o Colégio – que havia sido dos Jesuítas, algumas capelas e igrejas, a Igreja Matriz, a residência dos Franciscanos, entre outros. Os Franciscanos geralmente se instalavam no extramuros, o que ocorreu também em Colônia, como em outras colônias portuguesas, porém, por causa dos ataques bélicos, os Franciscanos acabaram sendo transferidos para o intramuros. Há indícios de um teatro que estava em construção. Colônia tinha uma vida social ativa, onde ocorriam muitas festas, feiras e recitais⁴⁵. Muitos dos festejos eram promovidos a mando do próprio rei para propaganda e afirmação da sua coroa em terras de fronteira. Esses fatos confirmam a importância e a riqueza desta cidade, ou do que ela representava. Podemos afirmar que Colônia foi construída, ou melhor, foi se construindo, com a clara intenção da permanência.

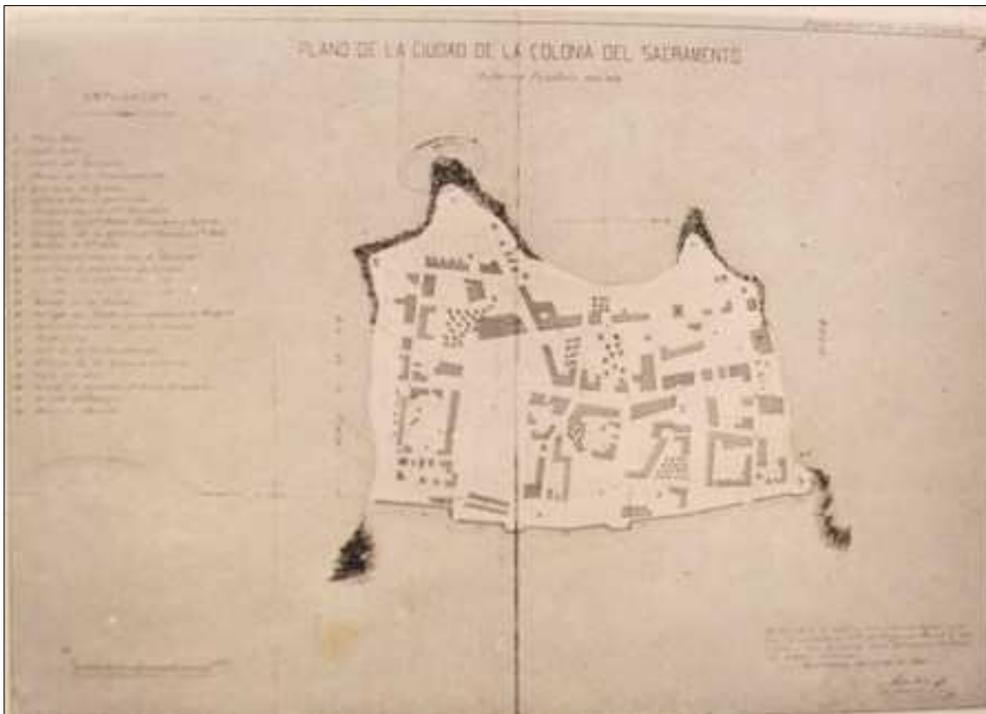


Figura 63: Plano de La ciudad de la Colonia de Sacramento – Posesión española 1805-1806. Fernando Capurro de 1928.

⁴⁵ Para maiores informações sobre as celebrações na Colônia do Sacramento ver *A VIDA QUOTIDIANA NA COLÔNIA DO SACRAMENTO (1715-1735)* de Paulo César Possamai. Lisboa: 2006. Item 3.4 Uma Praça Muito Especial do Capítulo 3.

O governador de Buenos Aires, Ceballos, não a tomou para si, mas a destruiu para que não voltasse a existir. Ceballos, representando a coroa espanhola, não tinha interesse na cidade existente, mas em destruir o que essa cidade representava e o que esta cidade proporcionava para a coroa portuguesa – a ocupação do território e a riqueza gerada pelo comércio no Rio da Prata. É importante entender os objetivos da coroa espanhola para entender porque Colônia ficou em ruínas e abandonada por muitos anos. Desde que tomou posse do governo de Buenos Aires, Pedro de Ceballos, teve o objetivo de atacar e destruir a Colônia do Sacramento e de expulsar os portugueses da região. Suas ações de conquistas nesse sentido, incluindo ataques ao sul do Brasil, devem ter contribuído para que Buenos Aires se tornasse a capital do Vice-Reino do Rio da Prata o qual surge em 1776. Até então, toda essa região fazia parte do Vice-Reino do Peru e havia ficado no semi-esquecimento para a Coroa Espanhola. As relações comerciais e sociais com Colônia do Sacramento durante o século XVIII contribuíram para dar importância a Buenos Aires e para a criação do Vice-Reino do Rio da Prata.

Nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do século XIX, começou um lento processo de reocupação do setor por parte da Espanha, porém fora das muralhas. A coroa espanhola resolveu enviar levas de imigrantes espanhóis para assegurar a conquista. Esses imigrantes chegaram à região, mas não ocuparam nem reconstruíram a cidade conquistada. Uma das causas pode ter sido porque o Tratado de Santo Ildefonso, que ordenou a entrega da Colônia aos espanhóis, definia que a propriedade privada continuasse sendo dos luso-brasileiros e de seus descendentes. A cidade fortificada passou a ser chamada de “*Ciudad Vieja*” e permaneceu praticamente desocupada por quase um século. A nova cidade foi traçada com quadras regulares em direção norte – sul, fora dos muros, da cidade, criando-se uma nova centralidade. Em 1859, a população local solicitou a demolição da muralha da velha cidade para que esta fosse incorporada à nova trama urbana. Porém podemos observar na Planta Cadastral de Colônia de 1867 (Figura nº 64) a demarcação de uma linha escura, entrecortada, no setor das antigas muralhas, o que pode estar indicando as ruínas da muralha ou partes destas.

A antiga cidade se torna o bairro pobre e degradado da nova cidade (GARCIA, 2001). Durante o século XIX, esse permanece sem muitas alterações e muitas das suas construções ainda estão em ruínas como podemos observar em duas gravuras (Figuras nº 65 e 66), de 1845 e 1860 respectivamente.



Figura 64: Planta Cadastral de Colônia de 1867. Fernando Capurro de 1928.

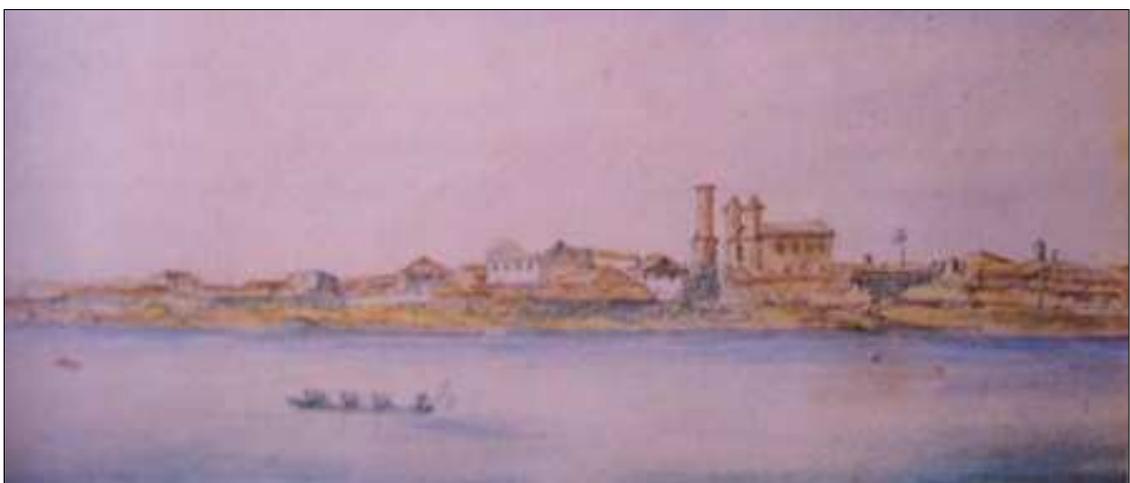


Figura 65: Gravura de Colônia do Sacramento cerca de 1845. Fonte: livro Colonia del Sacramento Patrimonio Mundial. Cravotto, Assunção, Sanguinetti, Mayor. Ediciones Unesco, 1996.



Figura 66: Gravura de Colônia do Sacramento cerca de 1860. Fonte: livro Colonia del Sacramento Patrimonio Mundial. Cravotto, Assunção, Sanguinetti, Mayor. Ediciones Unesco, 1996.

Nessa última, vemos o farol construído em 1857 e existente até hoje, sendo também usado como ponto turístico. Ele foi construído em uma das esquinas das ruínas do Convento de São Francisco (Figura nº 67).



Figura 67: Ruínas do Convento de São Francisco Xavier. Colônia do Sacramento. Farol ao fundo. Foto da autora.

4.2) O resgate da identidade pelo resgate do patrimônio histórico

Esse estado de degradação prossegue por várias décadas, como podemos notar nas fotografias do início do século XX (Figuras nº 68, 69, 70 e 71).



Figura 68: Rua da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia.



Figura 69: Ruínas na Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia



Figura 70: Praça de Armas da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.

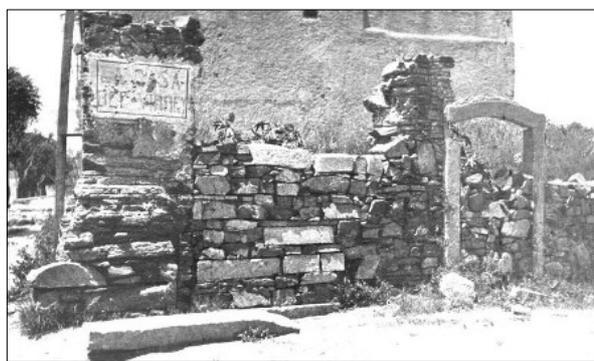


Figura 71: Ruínas na Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento

Na segunda década deste século teve início um movimento de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico colonial de Colônia do Sacramento com várias tentativas de tombamento do Centro Histórico. Analisando a Planta da Cidade de Colônia de 1927 (Figura nº 72), do livro de Fernando Capurro, podemos observar uma melhor integração da cidade antiga com a cidade nova. Nela vemos a intervenção urbana da prolongação da Avenida General Flores – principal via da malha urbana. Essa intervenção teve como consequência a demolição de alguns quarteirões históricos.



Figura 72: Planta de Colônia de 1927. Fonte: Fernando Capurro de 1928

A própria realização da obra de Fernando Capurro, publicada em 1928, está inserida nesse movimento de resgate do Patrimônio Cultural da antiga Colônia do Sacramento. Nela, o autor fez uma descrição das construções e ruínas civis, religiosas e militares remanescentes do período colonial português e uma lista com 19 propriedades que deveriam – usou o termo merecem – ser conservadas (Ver a lista no Anexo 06). Capurro dedicou um capítulo à apresentação dos antecedentes relativos à conservação da cidade histórica, uma série de cartas, decretos e notas, trocadas entre as autoridades pertinentes do município de Colônia e do governo do Uruguai. A primeira carta foi do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em março de 1921⁴⁶, para a administração local. Nela o IHGU expôs a necessidade do cuidado com a preservação de alguns edifícios e restos de ruínas que deveriam ser

⁴⁶ Nota escrita pelo presidente Silvestre Mato e pelos secretários Raul Montero Bustamente e Gustavo Gallinal do Instituto Histórico y Geografico del Uruguay AL Concejo de Administración local de La Colonia, em Montevideo a 21 de março de 1921.

preservados, de conservar na cidade o seu caráter típico, de restaurar para salvar alguns edifícios importantes, dando a eles um uso compatível, e de se reunir, em um pequeno museu, os objetos dispersos que tenham algum valor histórico. Salientou, também, que essa preservação não deveria impedir o progresso dessa capital regional.

A segunda carta⁴⁷ foi a descrição do projeto de preservação do bairro histórico, de Julio M. Sosa. Nela ele defendeu o projeto de restauração e preservação da cidade, argumentando que Colônia é um exemplo único de um núcleo com antigas construções da época colonial⁴⁸ no território uruguaio. Ele descreveu o bairro antigo como sendo aquele onde a Igreja Matriz, o Farol, algumas residências de ilustres personalidades e muitos outros edifícios que, embora modestos ou em ruínas, poderiam oferecer um grande atrativo para um investigador ou um turista. Propôs ao Conselho Nacional que o Estado adquirisse os imóveis do bairro histórico, a baixo custo, pelas condições em que se encontravam, para poder realizar o projeto de restauração. Este seria o de restaurar inteligentemente os imóveis que assim fossem determinados, de demolir os que não fossem da época colonial e o de realizar obras de higienização. Estaríamos falando de um processo de “*diradamento*” ou “*curetagem*” e de “*reabilitação urbana*” promovida e patrocinada pelo poder público.

Usamos o termo de origem italiana “*diradamento*” ou “*curetagem*” com o significado de desbastamento. Em uma operação de reabilitação de um bem cultural, estamos nos referindo à destruição de partes de construções parasitas estabelecidas nos espaços internos ou sobre os bens, pátios e jardins antigos, que contribuem muito à degradação do conjunto urbano e de suas condições de habitabilidade.⁴⁹

Utilizamos o termo “*reabilitação urbana*” com o significado das operações realizadas sobre um bairro, cidade ou centro histórico com a finalidade de devolver suas qualidades desaparecidas, sua dignidade, assim como sua aptidão em desempenhar um papel social e de procedimentos que visem a reintegração física

⁴⁷ Texto de descrição do projeto de preservação do Bairro Histórico da Colônia elaborado por Julio M. Sosa e direcionado a *Honorable Asamblea General*, em 13 de novembro de 1924.

⁴⁸ Chamamos de época colonial com relação ao Brasil e à Argentina que foram colônias de Portugal e Espanha respectivamente. Pois Uruguai como país jamais foi colônia de qualquer metrópole. Uruguai nasce como um Estado-Tampão para resolver de vez a disputa territorial entre luso-brasileiros e espanho-argentinos.

⁴⁹ SIRCHAL.

de um patrimônio arquitetônico e urbano por muito tempo desconsiderado.⁵⁰

O projeto proposto por Julio M. Sosa foi aprovado como Projeto de Lei em 1927 com a declaração de Monumento Nacional “*El barrio de construcción y demarcación antiguas, situado El Sur de La Avenida General Flores de La ciudad de Colonia y que limita com El Rio de La Plata*”. Também determinava que o Conselho Nacional de Administração dispusesse de cem mil pesos para a aquisição das propriedades e tivesse um orçamento anual para as obras e manutenção. Nessa época foi fundada a Sociedade dos Amigos da Arqueologia que realizou diversos estudos sobre as ruínas e a pavimentação encontradas.

As iniciativas de recuperação do Patrimônio Histórico - Arquitetônico e Urbanístico – da Colônia do Sacramento foram frutos da junção de dois grupos com interesses distintos. De um lado estavam as três esferas públicas com políticas de busca da identidade nacional uruguaia, do outro, estavam os intelectuais e artistas, muitos deles argentinos que buscavam o resgate de um patrimônio que havia pertencido ao passado da história de Buenos Aires (AMARO, 2006).

Kevin Lynch (1975), em *De que tiempo es este lugar?*, fala sobre a importância da preservação da história da cidade em relação ao sentimento humano, neste caso específico de Colônia do Sacramento houve em primeiro lugar o resgate do patrimônio histórico existente:

“...o passado é uma dimensão conhecida e familiar na que podemos nos sentir seguros.”;

“... grandes setores da população chegaram ao convencimento que a conservação é algo bom em si mesmo e aqueles entornos ricos em tais condições são lugares mais agradáveis para viver.”. (LYNCH. 1975: p34-36)⁵¹

Esses movimentos culminam com a criação, em 1968, do Conselho Honorário Executivo das Obras de Preservação e Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento⁵². Durante quatro anos foram realizados trabalhos de pesquisa, resgate de documentos, catalogação dos bens preservados ou reconstruídos, escavações

⁵⁰ SIRCHAL.

⁵¹ LYNCH, Kevin, *De que tiempo es este lugar?* Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, p. 34-36, 1975.

Tradução da autora “...el pasado es una posesión conocida y familiar en la que podemos sentirnos seguro.”;

“...grandes sectores de la población hayan llegado al convencimiento de que la conservación es algo bueno en sí mismo y aquellos entornos ricos en tales rasgos son lugares más agradables para vivir.”

⁵² Consejo Ejecutivo de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia Del Sacramento

arqueológicas, restauração e reconstrução do centro histórico (Figuras nº 73, 74, 75 e 76).

Figura 73, 74, 75 e 76: Ruínas das fundações do Palácio do Governador. Escavações arqueológicas de Colônia do Sacramento. Fundações do porta elevadiça da antiga Praça da Colônia do Sacramento. Escavações arqueológicas e reconstituição da mesma. Escavações arqueológicas de Colônia do Sacramento, década de 1960. Fonte: trabalho do arquiteto Marcelo Payssé



Dos estudos e projetos preliminares foram criados os critérios utilizados nos trabalhos do Conselho. Algumas construções foram demolidas, outras, como partes das antigas muralhas de proteção da cidade sofreram o processo de restituição, foram reconstruídas (Figuras nº 77 e 78).

Entendemos por restituição a reconstituição, ao conjunto de operações para a recuperação da totalidade ou de uma parte de um monumento ou de uma obra com materiais novos, tal como ele existia, de acordo com testemunhos materiais complementados por deduções lógicas. A restituição pode ser alcançada por remoção de partes espúrias ou por reconstrução de partes que não mais existem, supostamente originais, destruídas ou que desapareceram. O termo também é utilizado para a representação, em desenhos ou maquetes, de um monumento ou obra, tal qual existia originalmente.(SIRCHAL)⁵³

⁵³ SIRCHAL



Figura 77: Ruínas das muralhas da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento.



Figura 78: Porta de acesso da antiga cidade de Colônia do Sacramento. Foto da autora

Ruínas e fundações de importantes construções foram descobertas. Muitas construções e espaços públicos, como a Praça de Armas, foram restaurados.

A Carta de Veneza de 1964 (ver anexo 08) faz parte das cartas patrimoniais da UNESCO, conclusão do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, descreve sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Há nela a definição de monumento histórico como sendo a arquitetura isolada ou o sítio urbano ou rural que traz em si a cultura de uma civilização particular, de um acontecimento histórico ou de uma evolução significativa. Incluindo não só as grandes criações, mas também as modestas que tenham adquirido significado cultural.

Dentro das referências dos estudos preliminares do Conselho estava a participação da população residente no então bairro pobre que deveria ser consultada (Figura nº 79).

Porém, a partir da década de 1970, e durante todo processo de transformação do bairro pobre em centro histórico, ocorreu um processo de gentrificação da área. A população residente – a maioria pobre – migrou e o bairro

foi ocupado por artistas e intelectuais, em grande parte, argentinos. Outras propriedades foram compradas pelo governo, transformadas em museus, em repartições públicas e culturais tais como o arquivo e a biblioteca. Outras viraram sítios arqueológicos como as ruínas da Casa do Governador ou do Convento de São Francisco Xavier.



Figura 79: Rua da Colônia do Sacramento, foto do início do século XX. Arquivo do Museu Municipal da Colônia do Sacramento

4.3) A declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade, a museificação e a gentrificação

O Centro Histórico passa a ser, novamente, depois de um período de quase duzentos anos, a área mais valorizada da cidade, consequência do seu processo de revitalização. Observamos nesse processo a museificação desse centro, transformando-o em um grande museu a céu aberto e frequentado por uma população flutuante de turistas nas temporadas de férias ou nos fins-de-semana. Existe uma grande porcentagem de casas destinadas ao turismo – residências de veraneio ou hotéis – e outras que se encontram desocupadas, além das destinadas a restaurantes, lojas, museus, entre outras atividades que não geram uma população residente permanente. A baixa ocupação de população moradora trouxe um vazio em termos de população participativa e atuante, o que reforçou sua atual característica de grande espaço de turismo, vivenciado agora por uma população visitante, temporária. Isso confirma seu perfil de cidade museu, na qual a antiga cidadela se converteu.

Devido, em grande parte, às características geográficas de localização da cidade em frente à capital argentina e à facilidade de transporte entre ambas, existe uma maior influência desta em comparação à própria capital uruguaia que se encontra a 170 km de distância. Buenos Aires e Colônia estão ligadas pelo

transporte fluvial regular e diário de passageiros e veículos, que une as duas cidades em aproximadamente uma hora⁵⁴.

Utilizando esse serviço de transporte fluvial, Colônia também funciona como porto de conexão entre Buenos Aires e Montevideu, e entre Buenos Aires e as praias atlânticas uruguaias e brasileiras, o que gera um fluxo diário de turistas bastante intenso, principalmente nos meses de verão ou feriados. Devido às características geográficas dessa região, com a existência do próprio Rio da Prata e



seus principais afluentes – o Rio Paraná e o Rio Uruguai, a viagem por terra entre Buenos Aires e Montevideu, como também de Buenos Aires até a costa brasileira, percorre aproximadamente 345 km a mais do que cruzando o Rio da Prata em barco (Figura nº 80).

Figura 80: Barco que cruza o Rio da Prata levando passageiros e automóveis

Esse fato contribui para que Colônia receba em média – média dos últimos dez anos – 130.000 turistas ao ano, sendo: 70% argentinos - dos quais 70% são de Buenos Aires - 20% uruguaios, 5% brasileiros, paraguaios e chilenos e os restantes 5% de outros países. Colônia do Sacramento passou a ser um roteiro a mais que oferece a cidade de Buenos Aires.

Em dezembro de 1995, a UNESCO declarou o Bairro Histórico de Colônia do Sacramento Patrimônio Cultural da Humanidade, inscrito no critério IV – “O monumento ou conjunto de monumentos ou sítio, deve oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ilustrativo de um período histórico significativo”. Na sua justificativa a UNESCO declara que:

a) Colônia é o único exemplo regional do conjunto conformado pelo tecido urbano e a sua arquitetura, tendo participado da elaboração dos seus projetos um número de distinguidos arquitetos portugueses que serviram à coroa, como José Custódio de Sá e Faria ou João Bartolomeu Howell ou Havelle.

⁵⁴ Atualmente o transporte cruzando o Rio da Prata entre Buenos Aires e Colônia e vice-versa é feito por duas empresas. As duas juntas oferecem nove horários diferentes por dia. O tipo de embarcação utilizado permite o transporte de pessoas e de automóveis.

- b) Preservou, no conjunto arquitetônico, sua linha horizontal das construções, mantendo na paisagem colonial sua escala original.
- c) Existem poucas vilas-fronteira com esta natureza na América do Sul e nenhuma foi tão bem conservada e com as provas de sua trajetória histórica e particular.
- d) O Bairro Histórico constitui uma testemunha importante por seu traçado e suas construções, da natureza e dos objetivos de uma vila colonial européia no curso do período determinado pelo fim do século XVII

A UNESCO reforça cada vez mais a relação entre patrimônio natural e cultural, formando parte do patrimônio comum da humanidade, passando a se preocupar mais com os conjuntos e não com os elementos individuais⁵⁵.

A UNESCO definiu o termo Patrimônio Cultural na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, reunida em Paris no período de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua 17ª sessão, estabelecendo no seu artigo primeiro que: *“Para os fins da presente convenção serão considerados como "patrimônio cultural": - Os monumentos: obras arquitetônicas, de esculturas ou de pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”*.

4.4) Ameaças externas – a ponte Buenos Aires-Colônia

As cidades de Buenos Aires e Colônia do Sacramento compartilham uma história de relações comuns. Essas relações existem há mais de trezentos anos, conformando uma “ponte” social, comercial e política que, nas últimas décadas, foi

⁵⁵ “En todo o caso, señala El ICOMOS, con una perspectiva de futuro, El respeto AL patrimonio mundial, cultural y natural, es lo que debe prevalecer sobre cualquier otra consideración, por muy justificada que ésta se halle desde el punto de vista social, político o económico. Tal respeto solo puede asegurarse mediante una política dirigida a la dotación del necesario equipamiento y a la orientación del movimiento turístico, que tenga en cuenta las limitaciones de uso y de densidad que no pueden ser ignoradas impunemente. Además, es preciso condenar toda dotación de equipamiento turístico o de servicios que entre en contradicción con la primordial preocupación que ha de ser el respeto debido al patrimonio cultural existente”.

acrescida pela atividade turística. Os 40 quilômetros que separam uma ribeira da outra do Rio da Prata, têm sido superados pela navegação fluvial ao longo de todos esses anos, desde a época colonial.

O primeiro a propor, publicamente, a concretização física da ponte Colônia-Buenos Aires foi o presidente argentino Domingo Faustino Sarmiento no século XIX, dentro do seu projeto de união Rio Platense entre Argentina e Uruguai, “Argirópolis”, teria sua capital na Ilha de Martin Garcia por onde se uniriam por pontes ferroviárias os dois lados do rio. Posteriormente, já no século XX, existiram outros projetos de concretização da ponte. Atualmente, há um projeto bastante avançado, e já aprovado por ambas nações, que unirá ambas ribeiras através de uma estrutura formada por cinco pontes com diferentes desenhos, ficando a cabeceira argentina na localidade de Punta Lara, 40 km ao sul de Buenos Aires, próxima à cidade de La Plata e a cabeceira uruguaia em Colônia do Sacramento, a sete quilômetros do centro histórico. Esse projeto está inserido dentro de planos estratégicos territoriais do Mercosul. Sua principal justificativa é a redução das distancias entre Buenos Aires e Montevideu em 345 km; e entre Buenos Aires – Porto Alegre – São Paulo em 203 km, afirmando o eixo do Mercosul desde Rio de Janeiro / São Paulo até Santiago do Chile, transformando Colônia do Sacramento na capital cultural do Mercosul. (Figura nº 81)

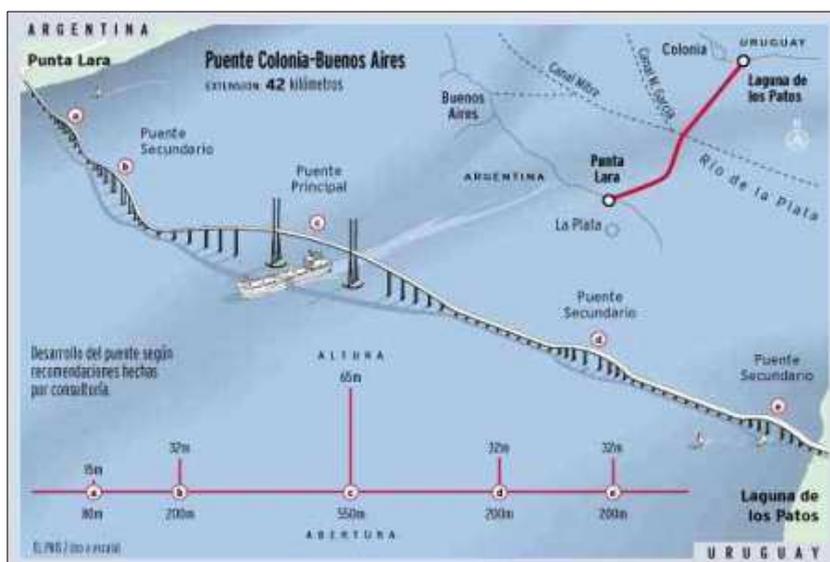


Figura 81: Projeto da ponte Buenos Aires-Colônia

Apesar das razões do projeto da ponte estarem em nível estratégico territorial do Mercosul, as influências sobre a pequena cidade de Colônia do Sacramento não serão desprezíveis. Atualmente, Colônia tem uma população aproximada de 25.000 habitantes e, como a maioria das cidades latino-americanas, possui problemas de

segregação social, exploração imobiliária, falta de planejamento urbano ou falta de recursos para a sua implantação, déficit de infra-estrutura básica, entre outros. Caso a ponte seja construída existe uma estimativa do aumento populacional, nos primeiros cinco anos, de 25.000 para 60.000 habitantes. As principais atividades econômicas atuais - indústria do turismo, porto, zona franca e sede administrativa municipal e regional - sofrerão modificações, principalmente uma diminuição drástica da atividade portuária e um aumento significativo do turismo.

4.5) A relação e a tensão entre patrimônio e turismo

Existe uma relação direta entre a atividade turística e o patrimônio histórico⁵⁶ da cidade. O título de Patrimônio Cultural da Humanidade e o patrimônio preservado e reconstituído do Bairro Histórico são as causas principais da atividade turística atual. O Bairro Histórico se tornou o principal produto dessa atividade. Essa relação gera uma tensão com relação aos cuidados de preservação do patrimônio e da proteção do entorno⁵⁷. Stephen Boyd (2002)⁵⁸ cria a expressão *Heritage Tourism* ao estudar alguns casos no Canadá para definir o turismo cultural ou turismo patrimonial existente na maioria dos centros históricos que são Patrimônios Culturais da Humanidade.

O ICOMOS⁵⁹ realizou em junho de 2008 uma visita técnica que teve como missão avaliar o estado de preservação do Centro Histórico e a implantação de um projeto para a construção de uma marina turística com hotel – “Marinas del Sacramento” (Figuras nº 86 e 87) – situada no entorno de proteção – também chamada de Zona Tampão. No seu relatório o representante⁶⁰ do ICOMOS expõe que desde que Colônia se tornou Patrimônio da Humanidade, em 1995, houve um

⁵⁶ Patrimônio Histórico termo que retirado do SIRCHAL significa Conceito cuja noção e práticas evoluem continuamente, passando do simples valor de antigüidade a um valor simbólico para a sociedade atual. Ele evolui do estatuto de objeto isolado: o monumento, ao estatuto de objeto constitutivo de um conjunto territorial complexo: a cidade, a paisagem. A sociedade deve esperar fazer de sua população, não espectadores, mas habitantes do patrimônio. O espaço protegido enquanto patrimônio não é nunca simplesmente histórico, ele é ao mesmo tempo identitário, relacional e histórico.

⁵⁷ Entorno: termo retirado do SIRCHAL que significa conjunto de lugares e imóveis que constituem os arredores paisagísticos de um monumento histórico e necessita de uma regulamentação que vise a sua proteção. Proteção do Entorno: Servidão exercida sobre uma zona próxima a um monumento que visa manter e melhorar a qualidade da sua ambiência.

⁵⁸ BOYD, Stephen. Cultural and Heritage Tourism in Canada: opportunities, principles and challenges. Tourism and Hospitality Research. Londres. 2002.

⁵⁹ ICOMOS - é uma organização civil internacional, o International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ligada à UNESCO, criada em 1964 que tem como principal atribuição o aconselhamento no que se refere aos bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade e as suas posteriores missões de preservação.

⁶⁰ Esta missão do ICOMOS foi realizada por Edgardo J Venturini entre os dias 9 a 11 de junho de 2008.

substantial incremento da quantidade de turistas. Este número, segundo ele ,ultrapassaria 1.500.000 (um milhão e meio) de pessoas anualmente. Esse fenômeno estaria modificando o uso dos edifícios preservados, principalmente com relação à população residente.



Figura 82: Maquete do projeto Marinas del Sacramento vetado pelo ICOMOS. Foto do Relatório do ICOMOS



Figura 83: Perspectiva do projeto Marinas del Sacramento vetado pelo ICOMOS. Foto do Relatório do ICOMOS

Analisando as estatísticas referentes ao centro histórico, vemos que a população residente migrou significativamente – em 1975 havia 1.290 residentes, em 1995, 763 habitantes e em 2005, somente 330 pessoas residentes. Estamos observando que o centro histórico perdeu grande parte da sua população residente para a atividade turística – hotéis, restaurantes e lojas. No relatório também observamos que, ao mesmo tempo, há a intenção de grupos privados em realizar grandes inversões no entorno de proteção – um cassino hotel e uma marina turística. Projetos vetados no relatório do ICOMOS: ... *“em razão da sua localização do lado sul da Baía do Sacramento dentro da zona tampão iria causar um impacto visual, físico e ambiental que ameaçaria o valor universal excepcional e as condições de autenticidade e integridade do sítio histórico Patrimônio Mundial e iria atingir a Baía do Sacramento inscrita na Lista Indicativa para Patrimônios Culturais Mundiais”*.

ICOMOS expõe que a falta de um Plano de Gestão deve ser resolvida em curto prazo para garantir uma melhor situação normativa para a conservação do

patrimônio e a proteção do seu entorno. Salienta que a administração pública tem conseguido realizar as gestões necessárias até o momento, mas que acredita ser importante a criação de um órgão específico para a realização do Plano de Gestão e da articulação entre os diversos autores responsáveis pela conservação do patrimônio. Em 2003 foi criada uma comissão para realizar o Plano de Gestão que funcionou até 2007, mas não o concluiu. Realizou, porém, outros trabalhos importantes para a preservação do Centro Histórico: 1) Diagnóstico do Bairro Histórico realizado conjuntamente com a população residente. 2) Aprovação do projeto de sinalização e comunicação visual para o Bairro Histórico. 3) Realização do Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Bairro Histórico. 4) Criação do projeto de ordenação e utilização do solo – para o controle da expansão das atividades comerciais e turísticas e o favorecimento da atividade residencial.

Parece-nos que essas ações são as respostas que estão sendo dadas por grupos interessados na preservação do patrimônio, com o apoio do ICOMOS, e que engloba também políticas do uso desse patrimônio tendo em vista sua vivência por uma população residente. Seriam ações que amenizariam os processos de museificação e gentrificação observados na Colônia do Sacramento.

Muitas dessas ações foram estabelecidas pela UNESCO através da Carta de Recomendação de Nairobi de 1976 (Ver anexo 09), relativas à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea. De acordo a Françoise Choay (2001):

“...continua sendo a exposição de motivos e argumentação mais complexa em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas. Esse documento constitui também o texto mais lúcido sobre os perigos inerentes a essa política.”(CHOAY, 2001: p 222)⁶¹

A Carta de Recomendações de Nairobi define que: “preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização” de um bem, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda deste bem. O termo preservação vem do latim praeservare,

⁶¹ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. Editora UNESP. 2001. P. 222.

observar previamente, e diz respeito às ações que visam salvaguardar e proteger bens culturais. A preservação de um patrimônio cultural deve estar de acordo com o contexto e com os valores culturais dos bens que se pretende preservar, devendo garantir a autenticidade do sítio cultural auxiliando na sua permanência e garantindo seus significados para a coletividade. A autenticidade tem a ver com o grau de originalidade dos seus elementos, se estes têm um grau de originalidade preservado, pode-se dizer que o bem é autêntico.

No que se refere à análise do patrimônio o ICOMOS relatou que este se encontra, de uma maneira geral, em bom estado e com as suas características de excepcional valor universal preservadas. Porém salienta que devem ser realizadas algumas intervenções em imóveis específicos que hoje representam uma ameaça ao título de Patrimônio da Humanidade. É importante para a preservação do Bairro Histórico a regulamentação, pelo Plano de Gestão e pela ação do ICOMOS, dos diversos interesses econômicos, sociais e culturais que estão se dando entre a iniciativa privada, as imobiliárias, as empresas internacionais de turismo e a população local. O processo de resgate patrimonial do Bairro Histórico, que culminou com a declaração de Patrimônio da Humanidade, transformou Colônia do Sacramento em um grande museu a céu aberto, um grande espaço público que a indústria do turismo poderá estar transformando num produto de consumo de turismo cultural. Serão importantes haver estudos futuros que analisem como irá o centro histórico de Colônia do Sacramento seguir sua evolução. Será capaz, ou não, de manter certo grau de preservação do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico como conjunto urbano colonial – na condição de Patrimônio Cultural da Humanidade - que se encontra transformado em produto de consumo turístico cultural. Mesmo que se considerem ações externas como a Ponte Buenos Aires – Colônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência e a construção da Cidade Patrimônio

Uma primeira consideração possível de se destacar a partir das nossas pesquisas é que existiram várias Colônias do Sacramento nos seus 329 anos de existência. E, em seu atual momento de existência, a Colônia do Sacramento é o resultado do seu próprio processo de construção, e de destruição. Qual é a sua permanência? O que permaneceu e por quê? O que hoje podemos ver, tocar, pisar, estar dentro, estar envolvido, perceber e sentir de sua arquitetura, o que lá está construído, é uma permanência? Podemos falar de uma permanência? Ou devemos falar das permanências? Ou será uma invenção de um patrimônio histórico restituído e recuperado para ser visitado por turistas? O “Bairro Histórico⁶²,” Patrimônio da Humanidade, está legalmente preservado para a humanidade, para o futuro, para a posteridade. Mas o que deste Bairro Histórico, que virou ele próprio um Patrimônio da Humanidade, tem da Colônia do Sacramento do século XVIII? O que permaneceu? Por que a UNESCO declarou o Bairro Histórico um Patrimônio Cultural da Humanidade? E agora, como irá ele seguir o seu processo urbano? Permanecerá preservado para a eternidade? A quem interessa a sua preservação? A sua permanência?

Acreditamos que existam elementos, construções, que permaneceram desde a época da colônia portuguesa. Mas Colônia do Sacramento traz construções de



outras épocas e de outras culturas. Podemos observar várias tipologias de diferentes períodos. Os 33 quarteirões que formam o Bairro Histórico possuem exemplos de arquitetura colonial, portuguesa e espanhola, neoclássica, moderna, entre outras. (Figuras nº 84, 85 e 86).

Figura 84: Exemplos de arquitetura existente na Colônia do Sacramento. Fonte: Marcelo Payssé.

⁶² A Unesco declarou Patrimônio Cultural da Humanidade ao “Quartier historique de La ville de Colonia del Sacramento”, Bairro Histórico da Colônia do Sacramento, que corresponde territorialmente ao que foi a cidade colonial portuguesa, fortificada, do século XVIII, aproximadamente 15 hectares.



Figura 85: Colônia do Sacramento, casa portuguesa, atual Arquivo Regional. Foto da autora.



Figura 86: Vista aérea do Bairro Histórico da Colônia do Sacramento tirada do farol. Foto da autora

Sob este aspecto estético e morfológico, ao conjunto de construções que hoje encontramos no Bairro Histórico poderíamos chamar de “*uma colcha de retalhos*”. Cada uma dessas construções existentes, em cada propriedade, são chamadas de “padrón⁶³” no importante trabalho de levantamento de todo o Bairro Histórico intitulado de “Inventario del Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento”⁶⁴.

Então, sob que aspecto podemos falar de permanência? Da permanência do seu traçado urbano? Ao analisarmos as plantas elaboradas nesta dissertação, Capítulo 3, utilizando como base as plantas cadastrais e as plantas históricas, podemos falar da permanência do seu traçado urbano. Confirmamos a permanência do traçado pela pavimentação de pedras, original do período colonial português, que ainda revestem várias ruas. Destacamos, também, a permanência do traçado da Praça de Armas, de enormes proporções.

Confrontando as plantas digitalizadas da antiga cidade, observamos algumas modificações com relação ao traçado do século XVIII, concentradas na prolongação da Avenida General Flores. Há modificações dos seus antigos quarteirões nesse setor. Essa avenida é o eixo viário principal da região central da cidade nova, construída fora das muralhas no século XIX. Quando os imigrantes espanhóis chegaram para ocupar o setor, eles não o fizeram dentro da antiga cidade. Os desígnios conceituados por Nuno Portas e mencionados nesta dissertação no capítulo 3 eram outros. E como primeiro estão os desígnios para depois virem os

⁶³ Padrón, em espanhol podemos considerar como o registro das propriedades.

⁶⁴ **INVENTARIO DEL PATRIMONIO ARQUITETONICO Y URBANISTICO** – Bairro Histórico Colonia Del Sacramento. CD Interativo. Colônia do Sacramento: Secretaria de Planeamiento y Ordenamiento Territorial – Unidad de Patrimonio – Intendencia Municipal de Colonia, 2007.

desenhos, eles, os imigrantes espanhóis com novos desígnios criaram uma nova cidade situando-a no antigo extramuros. Essa nova cidade foi traçada com quarteirões regulares de aproximadamente 80 x 80 metros e ruas com 20 metros de largura dispostas ortogonalmente nos eixos norte-sul, com exceção da avenida principal, que tem 28 metros de largura.

Este fato, ou seja, o abandono inicial da antiga cidade em ruínas, permitiu a sua permanência nesse momento e durante quase todo o século XIX. Talvez tenha sido mais fácil criar uma nova urbanização sobre terrenos praticamente livres do que reconstruir o núcleo destruído e cheio de escombros. Soma-se a isto a problemática da propriedade mencionada do Tratado de 1777. Nesse período o abandono teve como consequência a permanência. Se pensarmos a cidade como um ser vivo em constante transformação, estaremos pensando que a não-modificação morfológica da cidade indica uma cidade morta, sem vida própria. A morfologia urbana foi o resultado de uma reconstrução permanente da cidade sobre si mesma, por superposição, acumulação, desaparecimento e substituição⁶⁵.

Então, pensando no Bairro Histórico da atual Colônia do Sacramento, assim como outros centros históricos tombados, a preservação e a permanência são uma construção imposta por grupos ou instituições preservacionistas? O engessamento do centro histórico e a permanência da sua morfologia estarão diretamente relacionados com as problemáticas da gentrificação, da museificação, da ausência de uma população residente atualmente na Colônia do Sacramento?

Observamos a permanência de algumas construções da época colonial portuguesa, como algumas casas e a Igreja Matriz que, apesar de algumas destruições sofridas em sua volumetria, foram reconstituídas (Figuras nº 87 e 88).



Figuras 87 e 88: Igreja Matriz, fotos do início do século XX e atual

⁶⁵ Conceito sobre morfologia urbana do SIRCHAL,

Estudamos, também, a permanência de pedaços de fortificações e de ruínas, algumas descobertas na segunda metade do século XX, como as das fundações do Palácio do Governador (Figura nº 76). A maioria das construções ou restos de construções existentes originárias do século XVIII foram “redescobertas” durante o século XX. Nesse processo, além da restauração, também se utilizou os conceitos de diradamento ou curetagem, e o conceito de restituição – descritos no capítulo 4. A finalidade foi o resgate e valorização dos bens considerados históricos, um trabalho que durou anos e foi realizado por grupos interessados em recuperar o seu patrimônio e resgatar a sua memória na busca da sua própria identidade cultural. Muitos desses participantes eram intelectuais argentinos, o que nos mostra o vínculo histórico que Colônia sempre teve com Buenos Aires. O grupo que teve maior destaque e que se preserva até hoje é aquele formado pelo “Conselho Honorário Executivo das Obras de Preservação e Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento”⁶⁶. Nesse processo devemos destacar o papel do arquiteto local Miguel Ángel Odriozola.

Podemos falar de uma permanência da volumetria do conjunto arquitetônico colonial. Traduzindo a descrição da UNESCO: *Preservou, no conjunto arquitetônico, sua linha horizontal das construções, mantendo na paisagem colonial sua escala original.*

Os portugueses que construíram e reconstruíram a antiga Colônia do

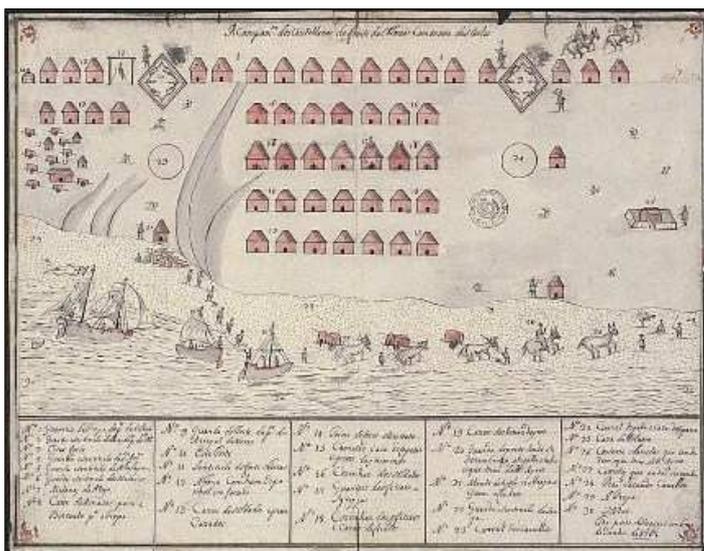


Figura 89: Acampamento de guerra dos castelhanos, Real de San Carlos, 1762. Original existente Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.

Sacramento, o fizeram com o objetivo da permanência. Eles não construíram um acampamento de guerra, como o fizeram os castelhanos no campo de batalha – o Real de San Carlos (Figura nº 93) - com materiais de pouca durabilidade.

⁶⁶ Consejo Ejecutivo Honorario de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento, criado em 1968.

Aqueles utilizaram materiais duráveis para construção da sua cidade. Protegeram a cidade com fortificações, com muralhas e outros elementos de arquitetura militar, com o objetivo da sua permanência, para evitar sua destruição. Construíram uma cidade com as preocupações de conforto ambiental e segurança para os seus habitantes. A existência de pavimentação com sistema de deságue das águas servidas em todas as ruas da cidade intramuros durante o século XVIII na América colonial, indica uma cidade rica e consolidada. A existência, em Colônia do Sacramento, de construções importantes – Igreja Matriz, Palácio do Governador, Casa do Secretário, Casa da Justiça e prisão, Colégio da Companhia de Jesus, Convento de São Francisco de Assis, Trem da Alfândega, Hospital Real, Hospício de N.S. da Conceição, capelas, igrejas, teatro, sobrados e casas de pedra e cal, moinhos de vento, fábrica de cerâmica, tijolos e telhas, entre outras - indica uma cidade rica, consolidada e ativa social e economicamente. Consolidada mas em permanente tensão com as destruições causadas pelas guerras. O objetivo de perdurar dos portugueses também pode ser interpretado na escolha estratégica do lugar – uma península rodeada por um escudo de ilhas protetoras, em um ponto elevado do território, com abundância de água doce, madeira e alimentos e com um porto abrigado. Teria sido possível perdurar em um sítio que não tivesse todas essas características em um território inimigo e isolado do resto da colônia portuguesa? Acreditamos que não. O objetivo de permanência dos seus fundadores também pode ser interpretado pelo seu traçado urbano que inclui as obras de fortificação, conjunto projetado e construído ou reconstruído em várias épocas durante a colonização portuguesa por vários dos principais engenheiros-militares do Reino ou do Brasil. Teria sido possível à Colônia do Sacramento ter resistido durante quase 100 anos às guerras sem a dedicação e a estratégia dos seus engenheiros-militares e o desenho do seu traçado e suas fortificações? A intenção da coroa portuguesa era a de permanecer. Para isso, agiu em duas frentes – a construção de uma cidade pensada para resistir, perdurar e crescer e a diplomacia. Não teria sido possível à Colônia do Sacramento permanecer durante quase um século se não fosse pelo trabalho da diplomacia portuguesa e o leque de tratados resultantes firmados na Península Ibérica.

Podemos concluir que não existe uma permanência do conjunto original da época portuguesa na morfologia urbana da Colônia do Sacramento. O Centro Histórico Patrimônio Cultural da Humanidade da atual Colônia do Sacramento é uma

construção. Foi sendo construído e reinventado durante o século XX por grupos diversos que, de certa maneira, tinham o objetivo comum de resgatar um patrimônio histórico que havia ficado perdido no passado. Talvez o impulso inicial desta trajetória tenha sido a busca da identidade nacional uruguaia em um jovem e pequeno país quase sem história – o Uruguai surge em 1828 como Estado-Tampão, solução criada para finalizar de vez a disputa territorial entre Portugal/Brasil e Espanha/Argentina. O Uruguai se formou na franja territorial criada na disputa das fronteiras entre Brasil e Argentina, originada pela interpretação do Tratado de Tordesilhas.

O Bairro Histórico atual é uma reinvenção construída pela restituição, reconstrução e restauração do passado (Figura nº 94). Transformado em um museu a céu aberto, visitado e ocupado em períodos curtos – às vezes por um dia – por turistas temporários e com pouca população residente e ativa (Figura nº 95). Declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, tem obrigatoriamente, se quiser permanecer com este status, um alto grau de conservação imposto.

Podemos dizer, no entanto, que existem permanências, resgatadas do passado - da época da colônia portuguesa - na construção do Bairro Histórico. E podemos concluir que estas permanências são consequências, por um lado, da sua fundação portuguesa – incluindo a escolha do lugar, o traçado, a diplomacia – e por outro, do longo período de abandono, quase 150 anos, que terminou quando se iniciou o período de resgate do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico.



Figura 90: Porta de acesso da antiga cidade de Colônia do Sacramento. Foto noturna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Mariana; CUADRADO, Martin; LAROCA, Anahí. **Usos e desusos Del Patrimônio Cultural: Hacia una Gestión y Consumo Responsables em Colônia Del Sacramento**. Montevideu: Calígrafos S.A., 2006.

ANNAES DO RIO DE JANEIRO, TOMO III. Balthazar da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e C^a, 1835.

AS FORMAS urbanas das cidades de origem portuguesa. Revista Urbanismo de Origem Portuguesa, Nº 2. Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa, 2000. Disponível em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero2/default.htm>> Acesso em: 03 set. 2005.

ASSUNÇÃO, Fernando; CRAVOTTO, Antonio. **Colonia del Sacramento. Patrimonio Mundial**. Montevideu: Ediciones Unesco, 1996.

BENTO, Cláudio Moreira. **A Geopolítica de Portugal e Depois do Brasil no Prata e suas Projeções no Rio Grande do Sul - 1680/1908**. s.l.:s.n., s.d.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, Fernando. **La Colonia del Sacramento**. Montevideu: Talleres Gráficos "El Siglo Ilustrado". 1928.

CARRO, Alejandra. **La Colônia Del Sacramento**. Veneza: Eurooffset Agriento Ediciones, 1995.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DELSON, R.M.. **Novas Vilas para o Brasil Colônia**. Brasília: Editora Alva Ltda, 1979.

EL PUENTE Colonia–Buenos Aires: su impacto socio economico ambiental y politico en el derecho internacional de hoy. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos7/cobu/cobu.shtml>> Acesso em: 22 nov. 2006.

EL PUENTE Colônia-Buenos Aires.

Disponível em: <<http://www.puentep-laracolonia.com.ar>> Acesso em: 22 nov. 2006.

FERREIRA, Fábio. **A Presença Luso-Brasileira na Região do Rio da Prata**. s.l.:s.n., s.d.

GARCIA, Ruben. **Colônia Del Sacramento: Aventuras y Desventuras de una Ciudad Histórica Iberoamericana**. Livro de Toledo, 2001 – ICOMOS. Seminário Internacional de Cidades Históricas Iberoamericano. Disponível em: <www.esicomos.org/Nueva_carpeta/libroTOLEDO/22_rubengarciamiranda.htm> Acesso em: 22 nov. 2006

GUTIÉRREZ, Ramón; PAULA, Alberto S. J. de; VIÑUALES, Graciela Maria. **Arquitectura Hispanoamericana en el Rio de La Plata – Diccionario biográfico de sus protagonistas 1527-1825**. Buenos Aires: Marcelo Kohan / Impresión y Diseño, 2006.

_____. **Fortificaciones en Iberoamérica**. Madri: Edición El Viso, 2006.

HISTÓRIA do Brasil: Os 500 anos do pais em uma obra completa, ilustrada e atualizada. São Paulo: Folha de São Paulo, 1997.

HISTORIA General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. **Las relaciones entre Espana y Portugal, desde la época de los descubrimientos hasta las guerras napoleónicas**. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

INVENTARIO DEL PATRIMONIO ARQUITETONICO Y URBANISTICO – Bairro Histórico Colonia Del Sacramento. CD Interativo. Colônia do Sacramento: Secretaria de Planeamiento y Ordenamiento Territorial – Unidad de Patrimonio – Intendencia Municipal de Colonia, 2007.

JORNADA SOBRE EL PUENTE BUENOS AIRES COLONIA. Buenos Aires: FADU-UBA. 2000.

JUMAR, Fernando. **Colônia Del Sacramento y el Complejo Portuário Rioplatense, 1716-1778**: Los Caminos Del Mercosur, Historia Econômica Regional, Etapa Colonial. S.l.: Instituto Panamericano de Geografía e História, 2004.

KOSTOF, Spiro. **The City Assembled: The Elements of Urban Form Through History**. Hong Kong: Bulfinch Press, 1999.

LAGUARDA TRIAS, Rolando A. **Vida y Obra de los Ingenieros Militares Españoles que Actuaron en la Banda Oriental**. Montevideu: s.n., s.d.

LEJEUNE, Jean-François, Coord. **Cruauté e Utopie: Villes et Paysages d'Amérique Latine**. S.l.: Imprimerie Poot, 2003.

LYNCH, Kevin, **De que tiempo es este lugar?** Barcelona. Editorial Gustavo Gili SA, 1975.

MORRIS, A.E.J. **Historia de la forma urbana, desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1979.

NÓBREGA, Cláudia. **São Sebastião do Rio de Janeiro: a construção de uma cidade-capital**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2003.

PEREIRA DE SÁ, Simão. **História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata**. Reedição: Porto Alegre: Arcano 17, 1993. Obra de Simão Pereira de Sá, escrita por ordem do Governador e Capitão General do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade em 1737 e 1777.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Lisboa: 1730.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. Salvador: Omar G., 2004.

PORTAS, Nuno. **Os Tempos das Formas nas Cidades Lusas do Brasil**. Oceanos, 41. Lisboa: CNCDP, jan.-mar. 2000: 162-173.

POSSAMAI, Paulo César. **A vida quotidiana na Colonia do Sacramento, um bastião português em terras do futuro Uruguai**. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII**. Porto Alegre: F.P.Prado, 2002.

RECONQUISTA y Defensa, **Don Antonio de Vera y Mujica**. Disponível em: <www.reconquistaydefensa.org.ar/personagens/nacionales/veraymujica.htm> Acesso em: 30 ago. 2006.

REGO MONTEIRO, Jonhatas da Costa. **A Colônia do Sacramento, 1680-1777**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

RELATÓRIO DA VISITA TÉCNICA DO ICOMOS. Colônia do Sacramento, junho de 2008.

RHEINGANTZ, Carlos; FELIZARDO, Jorge G. **João Rodrigues da Silva e sua Descendência**. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany Ltda., 1952-1953.

ROMERO, Jose Luis. **América Latina, As cidades e as Idéias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: Clip Produções Gráficas e Jornalísticas Ltda. IAB, 1981.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. S.l.: Publicações Europa-América, 1978.

SEMINARIO INTERNACIONAL DE CIUDADES HISTORICAS IBEROAMERICANAS, Toledo, 2001. LIBRO DE TOLEDO - ICOMOS.
Disponível em: <http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/INDEX_2ESICOMOS.htm> Acesso em: 22 nov. 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Soldados, Casais e Índios no Povoamento da Nova Colônia**. São Paulo: USP, s.d.

SIRCHAL (Site International sur la revitalisation dês Centres Historiques des villes d'Amérique Latine et des Caraïbes). Glossário de terminologias sobre Patrimônio

Cultural da UNESCO. Disponível em quatro idiomas: francês, inglês, espanhol e português, em: <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosindep.htm>

SYLVA, Silvestre Ferreira da. **Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993. Reprodução fac-similar da obra de Silvestre Ferreira da Sylva de 1748.

TERAN, Fernando de, Dir.; AGUILERA, Javier, Org. e Coord. **La Ciudad Hispanoamericana: El Sueño de un Orden**. Madrid: CEHOPU, 1997

TAVARES, Aurélio de Lyra. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

TEIXEIRA, Manuel C. (Coordenação). **A Construção da Cidade Brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte. 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. **A Ação dos Engenheiros Militares na Ordenação do Espaço Urbano no Brasil**. In: COLÓQUIO "A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000. Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura, Urban 4, 2001. Disponível em: <<http://urban.iscte.pt/revista/numero4/default.htm>> Acesso em: 03 set. 2005.

VITERBO, Sousa (Coord.). **Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

UNESCO, World Heritage List. Sacramento: N° 747.

Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/747>> Acesso em: 14 set. 2005.

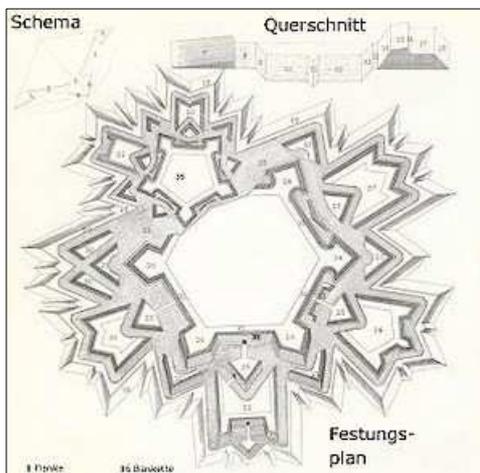
Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/747.pdf> e em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ley17158.htm>> Acesso em: 22 nov. 2006.

ANEXO 01

Fortificação: estrutura arquitetônica militar, podendo ser **permanente**, erguida com os recursos que um Estado pode prover empregando materiais duradouros, ou **de campanha**, erguida no contexto de uma guerra por tropas, no campo, com os materiais disponíveis no lugar tais como terra e madeira ou faxina. Pode-se ainda anexar uma terceira categoria de fortificações, as **semi-permanentes**, que são aquelas realizadas no contexto de fortificação de campanha, mas que na estratégia da defesa ou do ataque acabam sendo incorporadas ao sistema defensivo permanente.

Fortaleza: (do latim fortis = forte e facere = fazer) estrutura arquitetônica militar defensiva projetada para a guerra com armas de fogo. Pode-se chamar de fortaleza a um forte de maiores proporções.

Figura 07: Baluarte – retirado da obra de Vauban



Baluarte (do provençal “*baloart*”, do neerlandês “*balvak*”) ou **bastião** (do francês “*bastión*”) é o principal elemento da arquitetura militar abaluartada, obra de defesa avançada em relação à estrutura principal da fortificação, geralmente em ponta, apresentando duas faces e dois flancos. É, normalmente, sustentado por muralhas de alvenaria e preenchido com terra apilada. Vários autores atribuem seu surgimento na Itália. Alguns o acreditam projetado por Canale, em 1461, construído posteriormente às muralhas quadradas romanas e medievais que defendiam Turim. Outros a Sanmichelli, quando da fortificação de Verona.

Outros nos escritos de Mariano di Jacopo, de Siena, o primeiro a tratar deste tipo de arquitetura militar. Alcança sua máxima expressão com o Marques Sebastián Le Preste de Vauban (1633-1707), arquiteto militar francês, especialista na poliorcética, que construiu a base do sistema de fortificação em “estrela”, o “estilo Vauban” de fortificação. Tornou-se marechal da França no reinado de Luis XIV depois de ter restaurado duas centenas de fortalezas e construído 33 novas (Figura 07).

Cortina (Do espanhol *cortina*, do latim *cortina*): muro une dois baluartes (Figura 08).



Figura 08: Cortina – Les Fortification de Saint-Martin-deRé, França.
Fonte: Wikipedia

Fosso (Do italiano *fosso*): ou cava - cavidade executada externamente às muralhas das fortificações no comprimento das mesmas.

Revelim: obra externa da fortaleza abaluartada, possui planta triangular e a sua função é a de proteger as portas e cortinas da fortificação, podendo apresentar flancos.

Estrada coberta: ou estrada encoberta, ou corredor – caminho externo à fortificação, paralelo ao fosso e mais externo do que este, protegido por esplanada em talude realizada por movimento de terra (Figura 09).



Figura 09: Estrada coberta – Les Fortification de Saint-Martin-deRé, França. Fonte: Wikipedia

Esplanada ou Glacis (Do galego *Glacis*): talude com inclinação suave realizado por movimento de terra para proteção da estrada coberta.

Faxina (Do italiano *fascina*): feixes de varas, galhos e madeiras amarrados e utilizados na proteção dos combatentes no campo de batalha ou como reforço interno nas obras da fortificação. Era comum que as muralhas das fortificações fossem feitas de faxina com camadas de terra apiloada (Figura 10).



Figura 10: Capa do Tratado de Luis Pimentel, Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares.

ANEXO 02

Relação dos arquitetos, engenheiros-militares, construtores e outros que por ordem de Portugal contribuíram para a formação da Colônia do Sacramento entre 1680 e 1777.

Os dados biográficos a seguir foram retirados de cinco obras: História Topográfica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata escrita por ordem do ILL. EEX Governador e Capitão General do rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade pelo Dr. Simão Pereira de Sá no ano de 1737; Relação de Sitio da Nova Colonia do Sacramento de Silvestre Ferreira da Sylva escrito no ano de 1748 e que relatou o sítio sofrido por Colônia pelo Governador de Buenos Aires entre os anos 1735 e 1737; A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil de Aurélio de Lyra Tavares; As Fortificações Portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil de Mario Mendonça de Oliveira; São Sebastião do Rio de Janeiro: a construção de uma cidade-capital de Cláudia Nóbrega; e do site www.fortalezasmultimidia.com.br do Projeto de Estudo das Fortalezas vinculado a UFSC.

01) **André Ribeiro Coutinho**, foi sargento-mor nas Indias. Engenheiro militar, substituiu o brigadeiro José da Silva Paes como mestre de campo no comando das Forças de Terra do Rio Grande de São Pedro. Teve a missão de construir as fortalezas necessárias no Rio da Prata na expedição de reforço durante o bloqueio espanhol a Colônia do Sacramento e eliminar a Força Naval Espanhola no Rio da Prata.

02) **Antônio Correia Pinto**, capitão, português, foi nomeado para servir em Pernambuco em 1668, ao que parece pelo engenheiro-mor do Reino Luis Serrão Pimentel. Em 1671 foi convocado por Alexandre de Souza Freire para prestar serviços na Bahia até 1674, nesse ano foi para São Vicente, passando para Paranaguá em 1675. De passagem pelo Rio de Janeiro, em 1676, foi preso pelo ouvidor Pedro de Unhão Castelo Branco por transporte ilegal de ouro, foi solto em 1677, possivelmente por intervenção do seu padrinho e mestre Luis Serrão Pimentel. Volta a Pernambuco (OLIVEIRA, 2004). O capitão Antônio Correia Pinto participou da expedição de D. Manuel Lobo de fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e foi o engenheiro militar responsável pelo seu desenho e pela sua construção. Correia Pinto morreu no dia 17 de agosto de 1680 vítima dos combates contra a invasão das tropas espanholas.

03) **Diogo da Silveira Veloso**, capitão-engenheiro português, vai para Colônia em 1702. Em 1720 foi nomeado sargento-mor por recompensa aos serviços prestados no Brasil. Sua atuação no entanto desenvolveu-se principalmente em Pernambuco. Publicou várias obras sobre matemática e um Tratado sobre Arquitetura Militar ou Fortificação, escrito como tenente mestre de campo em Pernambuco.

04) **Diogo Soares**, padre jesuíta matemático, cartógrafo, a serviço da Coroa Portuguesa, de acordo com Aurélio de Lyra Tavares, nasceu em Nápoles, mas tinha a nacionalidade portuguesa, chegou ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730 junto ao padre Domingos Capacci, na famosa Expedição dos Padres Matemáticos.

Terminados os trabalhos de levantamento no Rio de Janeiro os padres seguiram para a Colônia do Sacramento aonde chegaram em 24 de outubro de 1730.

O Padre Diogo Soares elaborou em 1731 a Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento – no Grande Rio da Prata. Além da Planta da cidade, dos arredores e das Ilhas, o padre desenhou em perspectiva os principais edifícios existentes na época.

A missão dos Padres Matemáticos foi a primeira expedição geográfica com a finalidade de definir os limites das soberanias em todas as Américas.

05) **Domingo Capacci**, padre jesuíta matemático italiano, passou longo tempo de preparação em Portugal, sete anos, para acompanhar o Padre Diogo Soares no Brasil. Domingo Capacci tinha a missão principal de “traçar o Novo Atlas do Brasil”, que resultava do crescimento territorial do Brasil, dos conflitos territoriais com a Coroa Espanhola, e o ressurgimento, por causa dos novos métodos científicos, da definição exata do Meridiano do Tratado de Tordesilhas. Chega à Colônia em 1730.

A Coroa de Portugal estava preocupada com o levantamento da costa atlântica de Cabo-Frio à Colônia do Sacramento, especificamente a região da Província de São Pedro do Rio Grande, as zonas auríferas e o delta do Amazonas. Morreu em 1736 em São Paulo quando havia sido solicitado para embarcar ao Rio Grande.

Os estudos dos padres matemáticos, por ordem do Rei de Portugal D. João V, que desde 1722 vinha trabalhando no conceito do *UTI-possedetis* e dos limites naturais para a demarcação das novas fronteiras na América portuguesa, deveriam dar as condições prévias para que Alexandre de Gusmão pudesse assim abandonar a política de defender a interpretação do Tratado de Tordesilhas. Essa política intensificou a colonização e o povoamento do território para assegurar a posse.

06) **Estevão do Loreto Joassar**, frei beneditino e arquiteto de D. João V, nasceu em Saint Chamond, França. De 1737 a 1739 elaborou as plantas das fortificações da Colônia do Sacramento. Em planta pertencente a mapoteca do Serviço Geográfico do Exército, creditada ao frei Leandro, aparece desenhado um novo projeto de uma nova fortificação no sistema moderno da época de fortalezas com baluartes ao lado da fortaleza existente. Não existe na documentação estudada relato da construção deste novo projeto.

07) **Felipe Lobo de Araújo**, capitão-engenheiro português, vem para o Brasil nomeado por Carta Régia de 28 de janeiro de 1682 atuando no Rio de Janeiro e na Colônia do Sacramento. Autorizado a fazer obras de fortificações necessárias.

08) **Francisco Tossi Colombina**, capitão de infantaria, pelo nome alguns autores atribuem origem italiana, não confirmada. Realizou entre 1751 e 1756 o Mapa do Brasil desde São Paulo até o Rio da Prata elaborado no Rio de Janeiro.

09) **Gomes Freie de Andrade**, além de governador da capitania do Rio de Janeiro de 1733 a 1763, foi engenheiro militar e principal comissário do Governo de Portugal na Demarcação de Limites de 1750, resultante do Tratado de Madri do mesmo ano, que, entre outras considerações, trocava os territórios da Colônia do Sacramento pelo das Missões Jesuíticas.

10) **Gregório Gomes Henriques**, Capitão-engenheiro português, vem para o Brasil em 1694 onde trabalha nas reparações das fortificações no Rio de Janeiro.

Por erros técnicos foi demitido e preso. Com a criação da Aula de Fortificação no Rio de Janeiro em 1699 é lente da mesma, posteriormente parte para Colônia do Sacramento em 1701.

11) **Jean Barthelemy Havelle**, ou João Bartolomeu Havelle, engenheiro francês contratado por Portugal em 1750, como capitão-engenheiro, conjuntamente com outros engenheiros estrangeiros: Blasco, Schwebel, Gotz, Crowsfeld, Reverend, Galluzi, Malton, Metschke, Caragua y Rorich para elaborarem o levantamento cartográfico da Expedição Demarcatória dos limites da América portuguesa. Chegou ao Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1751 na nau N.S. da Lampadosa, mas como estava doente, o então Governador Gomes Freire ordenou sua permanência nesta cidade, para cuidar dos trabalhos de fortificação até 1761. Em agosto de 1762 foi enviado à Colônia do Sacramento para dirigir os trabalhos de fortificação da praça. Nesse mesmo ano, Colônia foi temporariamente tomada pelos espanhóis. O governador de Buenos Aires, Pedro de Ceballos, o contratou para restaurar a Matriz do Santíssimo Sacramento, 1762 e 1763. Ao que parece, estando Havelle desconforme em seguir prestando serviço ao Reino de Portugal, passou para o lado dos espanhóis. Ceballos lhe deu o posto de tenente coronel e uma indenização para cobrir as perdas dos bens deixados no Rio de Janeiro, em troca Havelle deveria lhe entregar as fortalezas da costa brasileira e uma descrição da cidade do Rio de Janeiro. Esta última foi escrita em francês e se encontra arquivada na Archivo de Indias de Sevilla. A partir de 1763, Havelle é incorporado ao Exército Espanhol com o cargo de engenheiro ordinário para servir em Buenos Aires. Lá permaneceu até 1770, ano em que participou de uma expedição que parte de Montevidéu às Ilhas Malvinas. Trabalhou em várias obras de fortificação no atual Uruguai até 1778 quando regressa a Buenos Aires, mas por razões de ordem política com a mudança do vice-rei, cai no esquecimento e faleceu, ao parecer, pobre em Montevidéu, em 1783.

12) **João Bartolomeu Havelle**, de acordo com Aurélio de Lyra Tavares, foi engenheiro suíço, contratado pelo Governo português, como capitão de infantaria, em serviço de engenheiro, integrante da Comissão Científico Militar que veio para o Brasil em 1750 com a Expedição da América Portuguesa. Porém, de acordo com Ramon Gutierrez Havelle era engenheiro francês contratado pelo governador de Buenos Aires Pedro de Ceballos para restaurar a Igreja Matriz de Colônia do Sacramento entre 1762 e 1763.

13) **José Custódio de Sá e Faria**, engenheiro militar português, veio para o Brasil com o Tratado de Madri de 1750 como sargento-mor de Infantaria com exercício de engenheiro, participa da comissão demarcatória das fronteiras entre as Coroas de Portugal e Espanha na região do Rio da Prata. Participa ativamente em diversas épocas da Colônia do Sacramento, foi governador da Província de São Pedro. Fez toda a sua carreira militar no Brasil onde chegou ao posto de brigadeiro. Em 1777, para escapar das mãos do Marques de Pombal, passou para o lado dos espanhóis e realizou várias obras de arquitetura na região do Rio da Prata, como o Convento de São Francisco em Buenos Aires e a Catedral de Montevidéu. Realizou no Rio de Janeiro o projeto da Igreja de Santa Cruz dos Militares onde foi sepultado. No seu trabalho na Comissão Demarcatória ele elaborou o Mapa do Rio da Prata intitulado Exemplo Geografico do Grande Rio da Prata (continua: que deságua no Mar Brasilico pela Latitude de 35 graus, no qual se Expreção as sondas bancs

de area e os Rios que lhe tributão as suas águas desde as barras dos Rios Parana e Uruguai the os Cabos de S Antonio e S Marta, que ilustra a obra de Simão Pereira de Sá. Elaborou o Plano da Praça e Territorio da Colonia de S.mo Sacram.to situada na margem Septentrional do Rio da Prata na latitude de 34.gr.os 28 min. 18 seg.os, escala indicada de 300 braças = 190 mm no ano de 1753 – Mapoteca do Itamaraty).

14) **José Fernandes Pinto Alpoim**, há versões na historiografia que seu local de nascimento tenha sido Colônia do Sacramento, porém o historiador Augusto de Lima Junior contesta, indicando seu local de nascimento como sendo Viana do Minho, hoje Viana do Castelo, no final do século XVII. Foi grande auxiliar e amigo de Gomes Freire de Andrade governador da Capitania do Rio de Janeiro cuja jurisdição ia de Cabo Frio a Colonia do Sacramento.

15) **José da Silva Paes**, brigadeiro-engenheiro português, atuou na região de disputa entre Portugal e Espanha incluindo Colônia do Sacramento. Em 1735 constrói o Forte de Rio Grande. Participou da defesa da Ilha de Santa Catarina contra os espanhóis e realizou vários projetos de fortificações para a região. Foi governador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi o grande conquistador dos territórios do Continente do Rio Grande de São Pedro ou o “Continente”. Foi enviado pelo Rei ao Rio da Prata em 1736, quando realizou a Planta Topográfica da Praça da Nova Colonia com o seu Novo Desenho Pelo Brigadeiro José da Silva Paes no ano de 1736, durante o sitio realizado a Colônia pelo governador de Buenos Aires entre 1735 e 1737. Nessa planta ele apresenta projeto de reforma da fortificação existente com a inclusão de duas torres circulares e um novo projeto de fortaleza com baluartes, vizinha à fortaleza existente. É provável que seja um projeto de resposta a situação de sitio que Colônia se encontrava. Nota-se o mesmo desenho da planta realizada pelo frei Leandro acima descrito. (Figura nº XX)

16) **José Gomes Jurado**, capitão, piloto e cosmógrafo da expedição de Manuel Lobo de fundação da Colônia do Sacramento.

17) **Manoel Galvão**, capitão, participou da primeira fundação da Colônia do Sacramento em 1680.

18) **Manoel Vieira Leão**, astrônomo e topógrafo, sargento-mor português, trabalhou na Comissão de Demarcação de Limites sob as ordens de José Custódio de Sá e Faria.

19) **Miguel Antônio Ciera**, sargento-mor, italiano, contratado pelo Governo português para os trabalhos de demarcação, serviu com José Custódio de Sá e Faria de 1753 a 1754.

20) **Pedro Gomes de Figueiredo**, era capitão de infantaria com exercício de engenheiro. Foi destacado para servir na Colônia do sacramento em 1723. Em 1743, foi promovido a mestre de campo com exercício de engenheiro.

21) **Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes**, 1º Marques de Abrantes, elaborou o Mapa político da região onde se encontra Colônia do Sacramento sobre o Tratado Provisional entre ambas as coroas em 1681. Mapa de 1726. (Figura nº XX)

22) **Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara**, engenheiro geógrafo muito bem conceituado, coronel, português, foi personagem importante nos trabalhos de limites resultantes do Tratado de Santo Ildefonso de 1º de outubro de 1777 pelo qual se restituiu a Portugal a Ilha de Santa Catarina em troca da entrega à Espanha da Colônia do Sacramento.

23) **Silvestre Ferreira da Silva**, cavalheiro fidalgo, alferes do Batalhão da Praça de Colônia, escreveu a obra “Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento” sobre o sítio de 1735-1737, no ano de 1748. Nela constam o Mapa do Sítio militar feito à Colônia em 1735 pelo Governador de Buenos Aires, Planta da Cidade de Buenos Aires, Planta do Rio da Prata e Planta da Casa de Armas da Colônia do Sacramento.

ANEXO 03

Relação dos arquitetos, engenheiros-militares, construtores e outros que por ordem da Espanha contribuíram para a formação da Colônia do Sacramento.

01) **Bernardo Lecocq**: engenheiro militar espanhol realizou diversas obras militares na região rioplatense principalmente nos territórios do atual Uruguai e Rio Grande do Sul. Elaborou as obras de recuperação das baterias da Colônia do Sacramento em 1779 por ordem do Vice-Rei Vértiz, de Buenos Aires.

02) **Esteban Alvarez Del Fierro**, Capitão de fragata espanhol, realizou o levantamento da baía e povoação da Colônia do Sacramento em 1765 por ordem da coroa espanhola.

03) **Georges de Bois**, oficial francês elaborou o Plano de La Plaza de Colonia Del Sacramento por ordem do Governador de Buenos Aires Pedro de Ceballos, 1762.

04) **José de Castro Bermudez**, militar espanhol participou da tomada da praça de Colônia junto ao Governador de Buenos Aires em 1705, trabalhou em várias obras militares no Rio da Prata como o dos fortes de Buenos Aires.

05) **Tomás Lopes de Vargas Machuca** (1730-1802), elaborou o Plano de La Plaza de La Colonia Del Sacramento por ordem do Governador de Buenos Aires Pedro de Ceballos, 1777.

ANEXO 04

Relação dos Tratados e Cronologia do Processo Histórico de Colônia

1494:

Tratado de Tordesilhas, assinado na Espanha em 07 de junho de 1494: delimitava os territórios que pertenceriam a Espanha e Portugal. Por este tratado os territórios portugueses iriam até a atual Ilha de Santa Catarina. Por isso a importância da existência de Colônia do Sacramento na conquista por parte dos portugueses dos territórios mais ao sul, principalmente do atual Rio Grande do Sul.

1531:

Viagens demarcatórias da Coroa Portuguesa no Rio da Prata com as primeiras notícias da descoberta de prata na região.

1536:

Expedição da Coroa Espanhola, em resposta a dos portugueses, encabeçada por Pedro de Mendonza resultante da primeira fundação de Buenos Aires. Seguem-se outras expedições espanholas em direção a Potosi, resultando também na fundação de Assunção.

1580:

Refundação, um pouco mais ao oeste de Buenos Aires.

1580 a 1640:

União Ibérica

1640:

Fim da União Ibérica. Em consequência são proibidos de comercializar os portugueses moradores de Buenos Aires. Neste ano calcula-se que um quarto da população portenha era de portugueses, sendo que eles já se dedicavam ao comércio ilícito. Nos próximos anos há pressão dessa população na fundação de ua colônia portuguesa na região.

1680:

Fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, pela Coroa Portuguesa, com o apoio do Rio de Janeiro na figura do seu governador Manoel Lobo no dia 20 de janeiro de 1680. Desembarcando primeiro na Ilha de São Gabriel, uma das sete ilhas protetoras do local escolhido, que era uma ponta alta e bordeada de pedras com um porto de bom calado e protegido dos ventos. Em agosto deste ano acontece a primeira invasão e expulsão dos portugueses por parte dos castelhanos.

1681:

Tratado Provisional de Lisboa, assinado em Lisboa em 07 de maio de 1681. Este tratado ordena a devolução de Colônia do Sacramento aos portugueses tomada pelo governador de Buenos Aires Don José de Garro no ano anterior. A devolução ocorre em 1683.

1705:

Ocorre a segunda expulsão dos portugueses. A praça ficará desocupada até 1715.

1715:

Tratado de Utrecht, assinado na cidade Holandesa em 6 de fevereiro de 1715. Fim da Guerra de Sucessão da Espanha, foi um conjunto de acordos entre as coroas Inglesa, Francesa, Espanhola e Portuguesa. Reconhecimento a Portugal da soberania sobre as terras amazônicas e a devolução da Colônia do Sacramento. Política do “Tiro de Canhão”., restringia o território colonizado a distância de um tiro de canhão feito das muralhas fortificadas. Portugal nunca respeitou este acordo e o assentamento continuou se expandindo.

1718:

Forte política de colonização da colônia com a chegada das primeiras sessenta famílias de colonos portugueses gerando o início do crescimento urbano.

1735 a 1737:

Sítio e bloqueio da Colônia do Sacramento por parte dos castelhanos.

1737:

O sítio e a política espanhola geram a fundação de Rio Grande por uma comitiva saída de Colônia do Sacramento.

1737:

Tratado de Paris, assinado em 16 de março de 1737. Suspende as hostilidades e Colônia volta aos portugueses.

1750:

Tratado de Madrid, assinado em 13 de janeiro de 1750. Acorda a posse das terras na região e Colônia passa para os espanhóis, porém este acordo nunca foi legitimado e ela continua em mãos portuguesas.

1762:

Invasão de Colônia pelo governador de Buenos Aires Pedro de Ceballo.

1763:

Devolução da Colônia aos portugueses pelo segundo Tratado de Paris.

1777:

Tratado de São Ildefonso, assinado em 1º de outubro de 1777. Troca definitiva da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina e Rio Grande que estavam em mãos espanholas.

1807:

Os ingleses se apoderam de Colônia do Sacramento, de março a agosto deste ano. Assume o mando o General Artigas, até 1811.

1811 a 1828:

Toda a Banda Oriental do Uruguai é ocupada pelo governo luso-brasileiro, conformando a Província Cisplatina incorporada ao Império do Brasil em 1822. Nesta época Dona Carlota Joaquina planeja se tornar monarca da região do Rio da Prata, o que foi bem visto pela administração de Buenos Aires, sendo ela uma herdeira também do trono espanhol.

1828:

Criação do Estado-tampão do Uruguai, pelo Tratado do Rio de Janeiro.

1859:

Demolição das Muralhas de proteção da antiga Colônia do Sacramento.

Década de 20, século XX:

Começo do movimento de preservação do Bairro Histórico

1968:

Criação do Conselho Honorário Executivo das Obras de Preservação e Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento. Começo das obras que duram quatro anos, incluindo a reconstrução de parte das Muralhas de proteção e a Porta de Entrada da Cidadela.

1995:

UNESCO declara o Bairro Histórico da Antiga Cidade de Colônia do Sacramento Patrimônio Cultural da Humanidade.

Década de 90 do século XX:

Elaboração do projeto da Ponte Colônia-Buenos Aires, dentro da estratégia territorial do Mercosul.

ANEXO 05

Tabela de conversão de medidas:
1 ponto – 0,19 mm
1 linha – 12 pontos ou 2,29 mm
1 polegada – 12 linhas ou 2,75 cm
1 palmo – 8 polegadas ou 22 cm
1 vara portuguesa – 5 palmos ou 1,1 metro
1 Braça – 2 varas – 10 palmos ou 2,2 metros
1 Léguas – 3.000 braças ou 6,6 km

ANEXO 06

Lista das propiedades que merecem ser conservadas de acordo a obra do arquitecto Fernando Capurro. CAPURRO, Fernando. **La Colonia del Sacramento**. Montevideu: Talleres Gráficos “El Siglo Ilustrado”. 1928, página 232.

- 1) Esquina sul das ruas (calles) San José e Treinta y Tres.
- 2) Rúa (Calle) Misiones, 43.
- 3) Esquina sul das ruas (calles) Las Flores e Misiones.
- 4) Rúa (Calle) Solís, 164.
- 5) Rúa (Calle) Solís, 168.
- 6) Rúa (Calle) Independencia, 117.
- 7) Rúa (Calle) Independencia, 127.
- 8) Rúa (Calle) Independencia, 131.
- 9) Rúa (Calle) Misiones.
- 10) A esquina de Las Flores e Washington.
- 11) A casa do Almirante Brown, rua (calle) Independencia, 73.
- 12) Rúa (Calle) Buenos Aires, 88-92.
- 13) Rúa (Calle) Manuel Lobo, 180.
- 14) Rúa (Calle) Misiones, 33.
- 15) Rúa (Calle) 8 de Octubre, 242.
- 16) Rúa (Calle) Hernández, 68.
- 17) Rúa (Calle) Hernández, 242.
- 18) Rúa (Calle) Independencia, 67.
- 19) Rúa (Calle) Treinta y Tres, 261.

ANEXO 07**LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL****Sacramento****No 747****Identification**

Bien proposé	Quartier historique de la ville de colonia del sacramento
Lieu	Département de Colonia
Etat partie	uruguay
Date	20 septembre 1994

Justification émanant de l'Etat partie

En raison de son plan urbain et de ses batiments, le bien proposé pour inscription est unique dans toute la región. Il a également exercé une influence considerable sur le developpement archtitectural du style colonial sur les deux rives du Rio de la Plata ou l'on rencontré de nombreux exemples de l'influence portugaise. Plusieurs architectes portugais, tres celebres, etalent au service de l'Etat portugais dans l'ancienne Colônia Del Sacramento dont José Custodio de Sá e Faria, concepteur de La cathedrale de Montevideo, ou João Bartolomeu Howell ou Havelle, qui construisit La forteresse Santa Teresa à l'extreme est de La frontiere avec Le Bresil, lês casernes de dragon de maldonado et La vielle Alameda de Buenos Aires.

Critère ii

Ce bien est aussi un exemple typique d'un processus architectural qui a donné naissance à un réel syncrétisme entre les traditions espagnoies et les traditions portugaises. Avec ia presence d'ouviers et d'artisans du batiment français et italiens, cette fusion originale s'estenrichie d'une façon particulièrement harmonieuse au cours de La deuxième moitié du 19ème siecie tout en restant dans la modest structure villageoise qui caractérise et donne sa saveur particulere au quartier.

Critere v

La vieille ville de colonia del sacramento a été directement impliquée dans les événements historiques les plus importants de la región entre la fin du 17ème siece et le debut de la période républicaine dans les années 1820. Sa fondation a été en quelque sorte une consequence tardive du célèbre traité de Tordesillas et des prétentions des deux grandes puissances, Espagne et Portugal, sur ce qui était l'une des places les plus stratégiques et les plus convoitées d'Amérique du Sud, qui comportait non seulement l'embouchure du Rio de la Plata par laquelle pouvaient être exportés les minerais des riches mines du Pérou mais aussi le berceau des plus grands élevages de la región et qui se trouvait à proximité des terres cultivées du Brésil. Pour ces raisons, le peuple de Colonia del Sacramento devint d'une part, l'épicentre des courants cultureis émanant des ultimes frontières culturelles, économiques et géopolitiques entre les deux pouvo irs opposés et, d'autre part, la vertabie source des nouvelles nations.

Il faul également remarquer que plusieurs celebres de i'histoire de La region et Du monde – les gouverneus portugais Antonio Pedro de Vasconcellos et Gomes Freire de Andrade, lês gouverneurs espagnois, Bruno Mauricio de Zabala et Pedro de Cevallos (premier vice-rol Du Rio de La Plata), lês rois Du Portugal, Pierre II, Jean V et leurs conseillers Le duc de Cadaval, Le marquis de Pombal, lês rois d'Espangne, Charles II, Philippe V, FerdinandVII et Charles III – ont été liés dans le

cadre d'événements majeurs à Colonia del Sacramento et à sa propre trajectoire historique riche et variée.

Critere vi

Catégorie de bien

En termes de catégories de biens, telles qu'elles sont définies à l'article premier de la Convention du Patrimoine mondial de 1972, le quartier historique de la ville de Colonia del Sacramento est un *ensemble*.

Histoire et description

Histoire

Le 8 octobre 1678, Don Pedro, prince régent du Portugal, charge son premier ministre Manuel Lobo, nommé gouverneur de Rio de Janeiro, de fonder Rio de la Plata sur l'île de Saint- Gabriel. Les travaux commenceront en 1680, à la grande frayeur des Espagnols de Buenos Aires qui attaquèrent et pillèrent la nouvelle ville avant la fin de l'année. Un "prétendu" traité Provisoire, signé à Lisbonne en 1681, rendit la ville aux Portugais mais interdit la construction de nouveaux bâtiments. Les Portugais reprirent possession de la ville en 1683, mais la ville ne se développa pas avant les années 1690 avec la construction de l'église principale et celle du couvent des franciscains.

En 1704-1705, pendant la guerre de succession d'Espagne, la ville en plein essor fut assiégée par les Espagnols pour être rasée après avoir été prise. Les deux puissances signèrent un traité d'amitié et de paix à reconstruite. La reconstruction fut entreprise sans délai et en 1718, la ville comptait déjà un millier d'habitants. A partir du moment où Antonio Pedro de Vasconcellos fut gouverneur de Sacramento (1722), la ville devint le moteur du développement culturel, commercial et matériel de la colonie. C'est ainsi qu'elle fut le point de départ des extraordinaires voyages de Cristovão Pereira de Abreu qui, dans les années 1730, ouvrirent les routes de São Paulo et Du Minas Gerais. Le succès de Sacramento comme entrepôt commercial eut une influence décisive sur le développement de Buenos Aires et de sa région et participa à la fondation du vice-royaume de Buenos Aires. La Ville résista victorieusement à un nouveau siège des Espagnols en 1735-1737. Quand Vasconcellos quitta ses fonctions de gouverneur après vingt-sept années d'exercice, il laissa une ville prospère et très bien défendue.

La ville changea de nouveau de mains quand les Espagnols la prirent en 1762, mais elle fut récupérée par les Portugais l'année suivante après la signature d'un nouveau traité entre les deux nations rivales. Le siège victorieux de Sacramento par les Espagnols en 1777 et le traité de San Ildefonso qui s'ensuivit, intégrèrent définitivement la ville à l'empire espagnol. Une partie de ses fortifications et quelques maisons furent démolies mais une grande partie du tissu urbain resta intact. Les colons espagnols venus de Galice, des Asturies, de Castille et de León principalement, s'installèrent dans la ville.

Sacramento fut le théâtre de plusieurs événements qui se produisirent au moment où la ferveur révolutionnaire conduisit aux guerres d'indépendance, menées par José Artigas à partir de 1810 et jusqu'à l'indépendance complète en 1828. Au cours de ces guerres, l'église principale fut largement endommagée par une explosion durant la courte période d'occupation portugaise. Entre 1839 et 1851, la jeune nation s'engagea dans la "Grande Guerre" contre ses voisins Argentins et Sacramento eut à nouveau à souffrir d'un long siège. Ce qui restait de ses défenses fut finalement démolie en 1859 et, une période de reconstruction et

d'expansion commença alors. Pendant ces années mouvementées, une bonne partie Du pouvoir exerce par Sacramento était passe à La capitale, Montevideo.

L'importance historique de Sacramento fut reconnue em 1924 avec La premiere tentative, infructueuse Il est vrai, de déclarer une partie de La ville monument historique avec um controle important sur lês constructions et l'attribution de subsides Du budget national. Lês tentatives ultérieurs pour proteger lês qualites historiques de La ville échouerent également em 1929, 1938 et 1947.

Description

La zone proposée pour inscription sur La liste Du Patrimoine mondial correspond á l'ancienne ville portugaise, Nova Colonia do santissimo Sacramento , située á l'extreme ouest d'une peninsule orientée est-ouest qui, au sud , borde une bale située sur La cote nord-ouest Du Rio de La Plata. La ville elle-même était limitée au nord, a l'ouest et au sud, par l'eau et á l'est, par les anciennes lignes de défenses, murs et bastions, qui barralent la péninsule du nord au sud. Le terrain est legerement plus haut au centre avec des pentes douces vers la cote. Aujourd'hul, la ville historique jouxte, sur sa partie est, les quartiers plus recents de la ville: la zone historique est définie par l'axe de la calle ituzaingo. Elle couvre pres de 16 hectares divises en 33 patés de maions avec 5 grandes places, 4 petites places, 26 passages, des voies piétonnières et comptant au total 282 lots urbains.

Malgré lês nombreuses destructions et incursions dont La ville a souffert au long de son histoire, elle a conservé sa configuration et un gran nombre de structures qui témoignent de plus de trols siecles d'histoire espagnole, portugaise et uruguayenne . La disposition en echiquier qui est classique dans beaucoup d'autres villes espagnoles et portugaises d'Amérique du Sud fait défaut à sacramento. Sa forme est organique, adaptée à la topographie des lleux et influencée par des elements comme la citadelle et le palais du Gouverneur qui tous deux ont ete demolls mais ont laissé leur marque dans le tissu urbain.

La variété des batiments est grande, tant pour ce qui est de leur époque que de leur style. On y trouve des exemples de constructions de styles portugais, espagnol et post- colonial des 17 éme, 18ème et 19 éme siécies qui vont de La riche et spacieuse demeure de patricien ou de marchand à l'humble maisonnette d'artisan ou de boutiquier. Les fouilles ont mis à jour les fondations du palais du Gouvemeur, tres bien préservées et celles des sections de defenses du 18ème siècle mais, aujourd'hul ouvertes au public.

Le caractère particulier de sacramento est l'ensemble de son paysage urbain avec ce mélange de grandes arteres et de grandes places avec des petites ruelles pavées et des places plus intimes. L'échelle verticale de la ville est parfaitement bien préservée, seuis la tour de l'église et le phare s'élèvent au-dessus du toit des anciennes maisons á un ou deux étages.

Gestión et Protection

Statut juridique

La propriété des biens du quartier historique de sacramento est distribuée entre l'Etat, la municipalité de Colonia et des entités et personnes privées. Depuis 1968, le nombre des biens appartenant à l'Etat a augmenté grace à une politique d'acquisition reguliere et positive. Un grand nombre des batiments par l'Etat sont maintenant utilisés comme musées , bibliothèques, etc.

Une série d'instruments juridique municipaux et nationaux assurent la protection de la zone proposée pour inscription, en particuller, la lol no 14040:1970 sur le patrimoine historique, culturel et artistique de la nation. Ces dispositions sont

renforcées par une ordonnance municipale qui régleme la hauteur des constructions, la signalisation et les autres éléments physiques de l'urbanisation de ce quartier historique.

Gestión

La gestión d'ensemble et la surveillance du quartier historique sont exercées pour le gouvernement central par la Commission du patrimoine culturel et artistique de la nation dont le représentant local est le conseil executif honoraire pour la preservation et la reconstruction de l'ancienne colonia del sacramento (créé par décret gouvernemental de 1968 et reconfirmé en 1986). Les ministères de l'éducation et de la cultura, du tourisme, des transports et des travaux publics, du logement, du logement, du développement urbain et de l'environnement, sont associés à cette tâche tout comme l'administration municipale de colonia del sacramento.

Conservation et Authenticité

Historique de la conservation

Immédiatement après sa fondation, le Consell Executif honoraire s'est mis au travail. Il est responsable du lancement et de la poursuite d'une série de mesures de conservation et de restauration sur la ville depuis février 1969. Les interventions menées les cinq premières années de son existence et mentionnées ci-dessous, manifestent de la dynamique et des succès enregistrés:

- 1969 Exposition promotionnelle ; étude aérienne; collection d'anciens plans et de photographes; delimitation de la zone concernée; acquisition des ressources fondamentales; enquête relative aux résidents, commerces, logements, etc; évaluation des priorités et création d'un programme de fouilles archéologiques; étude et assistance de spécialistes internationaux; signature des accords avec le ministère des travaux publics pour la restauration des ouvrages de défense.
- 1970 Approbation par l'autorité nationale pour des travaux d'assainissement, du projet de restauration d'une zone à proximité des ruines Du couvent des franciscains; première acquisition d'une Maison historique ; demande au pouvoir executif en vue de l'expropriation de certaines parcelles devant permettre la poursuite des travaux de restauration des ouvrages de défense; inauguration d'un centre de recherche; accord avec l'évêque de Mercedes pour la restauration de l'église du tres – saint- sacramento; projet de restauration des anciens noms de rues et remplacement des plaques.
- 1971 Dons de matériaux pour les maisons et les biens meubles du patrimoine; réhabilitation complète de la casa de Palacios du 18ème siècle en musée; inauguration des travaux de la place de 1811; organisation des archives historiques.
- 1972-73 Fin des travaux de restauration de la place de 1811, de la porte de la ville, etc.; poursuite des fouilles archéologiques; restauration des façades de la calle del Comercio; autres expropriations et donations.

Depuis lors nombreux projets de restauratio, expropriations, acquisitions, donations et fouilles ont été entrepris. Un inventaire scientifique scrupuleux de chaque structure comprise dans le périmètre du centre historique a été établi, qu'il soit spécifiquement désigné comme monument historique ou non. L'inventario *Básico del Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico del Departamento de Colonia* est une archive d'une extrême valeur tant au plan scientifique que pour les besoins du développement urbain. D'autres projets, aussi intéressants et de qualité pour recréer le tissu urbain, ont porté sur quelques rues et espaces ouverts qui ont été repavés

avec des matériaux anciens, sur la mise sous terre des équipements tels que les câbles téléphoniques et électriques grâce à une campagne de sensibilisation auprès des pouvoirs publics, sur la préparation d'un nouveau programme de travail et l'installation d'un éclairage urbain harmonieux.

Authenticité

Les travaux du Conseil exécutif honoraire ont été menés avec sérieux et efficacité. De ces travaux est née une philosophie de la conservation cherchant à concilier le minimum d'intervention et les exigences des structures individuelles. Aucun projet n'a été entrepris sans des recherches approfondies et préalables sur les matériaux, les techniques et les valeurs impliquées. Au cours de ce dernier quart de siècle, un niveau d'authenticité tout à fait acceptable pour la communauté internationale a été recherché à une échelle urbaine.

Evaluation

Action de l'ICOMOS

L'ICOMOS a consulté son Comité international des villes et villages historiques. En outre, un spécialiste de l'ICOMOS s'est rendu en mission à Colonia del Sacramento en février 1995.

Caractéristiques

Sacramento est un exemple exceptionnel d'implantation urbaine dans une région frontalière stratégique. Sa forme et son histoire portent les traces des luttes entre deux puissances coloniales, le Portugal et l'Espagne, dont les traditions culturelles ont fusionné pour donner à ses bâtiments et à son implantation urbaine une réelle unité.

Analyse comparative

Il existe peu de villes frontalières de cette nature en Amérique du Sud et aucune n'a si bien conservé les preuves de sa trajectoire historique si particulière.

Recommandation

Que ce bien soit inscrit sur la Liste du Patrimoine mondial sur la base du **critère iv**:

Le quartier historique de la ville de Colonia del Sacramento constitue un témoignage remarquable, par son plan et ses monuments, de la nature et des objectifs d'une ville coloniale européenne, particulièrement au cours de la période déterminante de la fin XVII^{ème} siècle.

ICOMOS, septembre 1995

ANEXO 08

Carta de Veneza

O II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o seguinte:

A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.

A conservação e a restauração de monumentos constituem disciplina que apela para todas as ciências e todas as técnicas capazes de contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio nacional, sob a direção de arquitetos especializados.

A conservação e a restauração de monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico.

A conservação de monumentos é sempre favorecida quando se atribui a esses monumentos função útil à sociedade, utilização essa que não pode alterar a disposição dos elementos que os compõem, nem seu ambiente. É, pois, dentro desses limites que devem ser concebidas e podem ser autorizadas as reformas exigidas pela evolução dos usos e costumes.

A conservação de monumentos impõe, antes de tudo, perseverança em sua manutenção.

Desde que as técnicas tradicionais se revelem insuficientes, a consolidação de um monumento pode ser assegurada, recorrendo-se a todas as técnicas modernas empregadas em obras de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por meios científicos e pela experiência.

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Ela visa conservar e a revelar o valor estético e histórico do monumento. Apoiase no respeito à substância da coisa antiga ou sobre documentos autênticos e deverá deter-se onde começa a conjectura. Além disso, todo trabalho complementar verificado indispensável, deverá se destacar da composição arquitetônica e levará a marca de nosso tempo.

Os elementos destinados a substituir as partes que faltarem, deverão integrar-se harmoniosamente no conjunto, embora distinguindo-se dos elementos originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

As contribuições de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, não devendo considerar-se a unidade do estilo como o objetivo a alcançar no curso de uma restauração.

Quando ocorrem num edifício diversas contribuições superpostas, a recuperação do estado jacente não se justifica senão excepcionalmente e sob a condição de que os elementos a serem retirados não apresentem nenhum

interesse, ao passo que a composição, colocada à mostra, constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético e seu estado de conservação seja julgado satisfatório. O conjunto do valor dos elementos em causa e a decisão sobre as eliminações a serem feitas não podem depender somente do critério do autor do projeto.

Os acréscimos não podem ser tolerados senão quando respeitem todas as partes

interessantes do edifício, seu quadro tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

A remoção total ou parcial de um monumento do sítio original para outro local não pode ser tolerada, salvo se sua preservação assim o exigir ou se razões de grande interesse nacional ou internacional a justificarem.

A preservação do monumento implica a da moldura tradicional; as construções, demolições ou agenciamentos novos não poderão, pois alterar as relações de volume colorido do monumento com seu ambiente próprio.

Quer sejam urbanos ou rurais, os sítios que são testemunhos de determinada civilização, de algum acontecimento histórico ou de uma evolução significativa, devem constituir objeto de cuidados especiais tanto com o objetivo de salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, como de favorecer seu agenciamento e valorizar sua ocorrência. Conseqüentemente, todo elemento arquitetônico ou de outra espécie que lhe comprometa o equilíbrio ou a escala deve ser evitado ou eliminado.

Os trabalhos de escavações devem ser executados de conformidade com as normas definidas pela UNESCO, de 1956, relativas a escavações arqueológicas. O agenciamento de ruínas e as medidas necessárias à conservação e à proteção permanente dos elementos arquitetônicos, assim como dos objetos descobertos, serão assegurados. Por outro lado, todas as iniciativas deverão ser tomadas com o objetivo de facilitar a compreensão do monumento descoberto se, jamais, desvirtuar sua significação. Todo trabalho de reconstrução deverá, entretanto, ser excluído a priori; somente a anastylose pode ser admitida, quer dizer, a recomposição de partes existentes, porém desmembradas. Os elementos de integração serão sempre identificáveis e representarão o mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavações serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias.

Todas as fases dos trabalhos de recuperação, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos, deverão ser consignados nos mesmos relatórios. Essa documentação deverá ser depositada em arquivo de órgão da administração pública e posta à disposição dos pesquisadores; sua publicação é aconselhável.

ANEXO 09

CARTA DE RECOMENDAÇÃO DE NAIROBI - 1976 UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. 19ª SESSÃO - NAIROBI, 1976

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, em sua décima nona sessão.

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares, Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial, Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade, Considerando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico, Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas.

Considerando que essa situação implica a responsabilidade de cada cidadão e impõe aos poderes públicos obrigações que só eles podem assumir, Considerando que, diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando urgentemente uma política global e ativa de proteção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planejamento nacional, regional ou local.

Constatando que em muitos países falta uma legislação suficientemente eficaz e flexível que diga respeito ao patrimônio arquitetônico e a suas relações com o planejamento físico-territorial.

Observando que a Conferência Geral já adotou instrumentos internacionais para a proteção do patrimônio cultural e natural, tais como a Recomendação que Define os Princípios Internacionais a serem Aplicados em Relação às Escavações Arqueológicas (1956), a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter dos Sítios e Paisagens (1962), a Recomendação sobre a Preservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Realização de Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Recomendação sobre a Proteção, no Plano Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural (1972).

Desejando complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais. Tendo-lhe sido apresentadas propostas relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua

função na vida contemporânea, questão que constitui o ponto 27 da ordem do dia da sessão. Tendo decidido, em sua décima oitava sessão, que esse assunto seria objecto de uma recomendação aos Estados Membros. Adota, em 26 de novembro de 1976, a presente recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que apliquem as disposições seguintes, adotando medidas sob a forma de lei nacional ou de outra forma, destinadas a efetivar, nos territórios sob sua jurisdição, os princípios e as normas formuladas nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que levem esta recomendação ao conhecimento das autoridades nacionais, regionais e locais, assim como às instituições, serviços ou órgãos e associações interessados na salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu entorno

A Conferência Geral recomenda aos Estados Membros que lhe apresentem, nas datas e na forma que ela determinar, relatórios sobre a maneira como aplicaram a presente recomendação.

DEFINIÇÕES

1 Para os efeitos da presente recomendação:
Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.

Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno.

PRINCÍPIOS GERAIS:

2 Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível.
Sua salvaguarda e integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos Estados em cujo território se encontram. Deveriam ser responsáveis por isso, no interesse de todos os cidadãos e da comunidade internacional, as autoridades nacionais, regionais ou locais, segundo as condições próprias de cada Estado Membro em matéria de distribuição de poderes.

3 Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes.

Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar.

4 Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer forma de poluição. Todos os trabalhos de restauração a serem empreendidos deveriam basear-se em princípios científicos. Do mesmo modo, uma grande atenção deveria ser dispensada à harmonia e à emoção estética que resultam da conexão ou do contraste dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um deles seu caráter particular.

5 Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega o perigo real de que os novos conjuntos destruam indiretamente a ambiência e o caráter dos conjuntos históricos adjacentes. Os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea.

6 Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial.

POLÍTICA NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

7 Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea. Essa política deveria influenciar o planejamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis. As ações resultantes desse planejamento deveriam se integrar à formulação dos objetivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações. Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda.

MEDIDAS DE SALVAGUARDA

8 A salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência deveria se ajustar aos princípios anteriormente enunciados e aos métodos expostos a seguir, determinando-se as medidas concretas de acordo com as competências legislativas e constitucionais e com a organização social e econômica de cada Estado.

MEDIDAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

9 A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade. Os Estados Membros deveriam adaptar as disposições existentes ou, se necessário, promulgar novos textos legislativos e regulamentares para assegurar a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, levando em conta as disposições contidas neste capítulo e nos seguintes. Conviria revisar as leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico. Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda.

10 As disposições que estabeleçam um sistema de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais deveriam enunciar os princípios gerais relativos ao estabelecimento e à adoção dos planos e documentos necessários e, particularmente: as condições e restrições gerais aplicáveis às zonas protegidas por lei e a suas imediações; a indicação dos programas e operações previstas em matéria de conservação e de infra estrutura de serviços; as funções de manutenção e a designação dos encarregados de desempenhá-las; os campos a que se poderão aplicar as intervenções de urbanismo, de reestruturação e de ordenação do espaço rural; a designação do órgão encarregado de autorizar qualquer restauração, modificação, nova construção ou demolição no perímetro protegido; as modalidades de financiamento e de execução dos programas de salvaguarda.

11 Os planos e documentos de salvaguarda deveriam definir especialmente: as zonas e os elementos a serem protegidos; as condições e restrições específicas que lhes dizem respeito; as normas que regulam os trabalhos de manutenção, restauração e transformação; as condições gerais de instalação das redes de suprimento e dos serviços necessários à vida urbana ou rural; as condições que regerão a implantação de novas construções.

12 A legislação de salvaguarda deveria ser, em princípio, acompanhada de disposições preventivas contra as infrações à regulamentação de salvaguarda e contra qualquer alta especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas, que possa comprometer uma proteção e uma restauração concebidas em função do interesse coletivo. Essas disposições poderiam envolver medidas de planejamento urbano que influam no preço dos terrenos por construir - tais como o estabelecimento de planos de ordenação distritais ou de extensão mais reduzida, a concessão do direito de preempção e a um órgão público, a expropriação no interesse da salvaguarda, ou a intervenção compulsória em caso de incapacidade

ou descumprimento por parte dos proprietários - e instituir sanções efetiva como a suspensão das obras, a obrigação de reconstituir e/ou multa apropriada.

13 O respeito às medidas de salvaguarda deveria ser imposto tanto às coletividades públicas quanto às particulares. Dever-se-ia estabelecer, todavia, um mecanismo de recurso contra as decisões ilegais, arbitrárias ou injustas.

14 As disposições referentes à construção de edifícios para órgãos públicos e privados e a obras públicas e privadas deveriam adaptar-se à regulamentação da salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência.

15 Em particular, as disposições relativas aos imóveis e quarteirões insalubres, assim como à construção de habitações sociais deveriam ser concebidas ou reformuladas de modo que não apenas se ajustem à política de salvaguarda, mas que para ela contribuam. O regime de eventuais subvenções deveria ser, conseqüentemente, estabelecido e modulado, sobretudo para facilitar o desenvolvimento de habitação subsidiadas e de edifícios públicos através da reabilitação de construções antigas. Só deveriam ser permitidas as demolições de edificações sem valor histórico ou arquitetônico e as subvenções ocasionalmente resultantes deveriam ser estritamente controladas. Além disso, uma parte suficiente dos créditos previstos para a construção de habitações sociais deveria ser destinada à reabilitação de edificações antigas.

16 Os efeitos legais das medidas de proteção a edificações e terrenos deveriam ser levadas ao conhecimento público e registradas em um órgão oficial competente.

17 Respeitadas as condições próprias a cada país e a distribuição de poderes das diversas administrações nacionais, regionais e locais, a execução de obras de salvaguarda deveria se inspirar nos seguintes princípios: uma autoridade responsável deveria encarregar-se da coordenação permanente de todos os intervenientes: serviços públicos nacionais, regionais e locais ou grupos de particulares; os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efetuados por equipes multidisciplinares compostas, principalmente, de:

Especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores da arte;

- arquitetos e urbanistas;

- sociólogos e economistas;

- ecólogos e arquitetos paisagistas;

- especialistas em saúde pública e assistência social;

E, em geral, especialistas em todas as matérias relativas à proteção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais; as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada; os planos de salvaguarda deveriam ser aprovados pelo órgão designado por lei; os serviços públicos encarregados de aplicar as disposições de salvaguarda em qualquer nível - nacional, regional e local - deveriam contar com pessoal necessário e com meios técnicos, administrativos e financeiros adequados.

MEDIDAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

18 Dever-ser-ia estabelecer, nos níveis nacional, regional ou local, uma relação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência a serem salvaguardados. Essa relação deveria indicar prioridades para facilitar uma alocação racional dos limitados recursos disponíveis para fins de salvaguarda. As medidas de proteção, de qualquer tipo, que tiverem caráter urgente, deveriam ser tomadas sem esperar que se estabeleçam planos e documentos de salvaguarda.

19 Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos. Deveria ser produzido um documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escrupulosamente documentadas, destruídos, o que permitiria às autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços abertos, públicos e privados, assim como de sua vegetação.

20 Além dessa investigação arquitetônica são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das atividades econômicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infra estrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas. As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda.

21 Antes da formulação de planos e normas de salvaguarda e depois da análise acima descrita, conviria, em princípio, estabelecer uma programação que leva-se igualmente em consideração o respeito aos dados urbanísticos, arquitetônicos, econômicos e sociais, e a capacidade de o tecido urbano e rural acolher funções compatíveis com seu caráter específico. A programação deveria visar à adaptação das densidades de ocupação e a prever o escalonamento das operações, assim como a necessária acomodação temporária durante as obras e os locais para realojamento permanente dos habitantes que não puderem regressar a sua morada anterior. Essa programação deveria ser elaborada com a maior participação possível das coletividades e populações interessadas. Uma vez que o contexto social, econômico e físico dos conjuntos históricos e de sua ambiência está em constante evolução, os estudos e investigações deveriam ser regularmente atualizados. Seria essencial, portanto, que a elaboração dos planos de salvaguarda e sua execução se baseassem nos estudos disponíveis, em vez de serem retardadas indefinidamente enquanto se aprimora o processo de planejamento.

22 Uma vez estabelecidos e aprovados os planos e normas de salvaguarda pela autoridade pública competente, seria conveniente que seus autores fossem encarregados de sua execução ou direção.

23 Nos conjuntos históricos ou tradicionais que possuírem elementos de vários períodos diferentes, a ação de salvaguarda deveria levar em consideração as manifestações de todos esses períodos.

24 Quando existirem planos de salvaguarda, os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento que consistirem na demolição de imóveis desprovidos de interesse arquitetônico ou histórico ou arruinados demais para serem conservados, na supressão de acréscimos e construções superpostas sem valor e, até mesmo, na demolição de edificações recentes que rompam a unidade do conjunto só poderão ser autorizados nos termos do plano de salvaguarda.

25 Os programas de saneamento urbano ou de beneficiamento aplicáveis a zonas que não estão incluídas nos planos de salvaguarda deveriam respeitar os edifícios e outros elementos que possuam um valor arquitetônico ou histórico e seus acessórios. Se tais elementos estivessem arriscados de sofrer danos com esses programas deveriam ser elaborados, necessária e previamente, os planos de salvaguarda pertinentes.

26 É necessária uma vigilância permanente para evitar que essas operações beneficiem apenas a especulação ou sejam utilizadas com finalidades contrárias aos objetivos do plano.

27 Em qualquer operação de saneamento urbano ou de beneficiamento que afete um conjunto histórico deveriam ser observadas as normas gerais de segurança relativas a incêndios e catástrofes naturais, desde que sejam compatíveis com os critérios de salvaguarda do patrimônio cultural. Em caso contrário, devem ser buscadas soluções particulares em colaboração com todos os serviços interessados, a fim de garantir o máximo de segurança, sem ameaça alguma ao patrimônio cultural.

28 Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.

29 Não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; do mesmo modo, seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior.

30 Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los.

Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

31 Os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência contra os danos cada vez mais graves causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, através da proibição de se implantarem indústrias nocivas em sua proximidade e da adoção de medidas preventivas contra os efeitos destrutivos dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística.

32 Dado o conflito existente na maior parte dos conjuntos históricos ou tradicionais entre o trânsito automobilístico, por um lado e a densidade do tecido urbano e as características arquitetônicas por outro, os Estados Membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a encontrar soluções para esse problema. Para consegui-lo e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público. Numerosas operações de reabilitação, tais como, entre outras, a instalação subterrânea de redes elétricas e de outros cabos, que seriam demasiadamente onerosas se fossem feitas separadamente, poderiam ser, então, coordenadas fácil e economicamente com o desenvolvimento da rede viária.

33 A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis em longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.

34 Nas zonas rurais todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural.

35 A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser

estimuladas. Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as coletividades e os particulares, especialmente através dos seguintes meios: informações adaptadas aos tipos de pessoas atinentes; pesquisas preparadas com a participação das pessoas interrogadas; criação de grupos consultivos nos órgãos de planejamento; representação dos proprietários, dos habitantes e dos usuários, a título consultivo, nos órgãos de decisão, de gestão e de revitalização das operações relacionadas com os planos de salvaguarda, ou criação de órgãos de economia mista que participem da execução.

36 Deveriam ser estimuladas a fundação de grupos voluntários de salvaguarda e de associações de caráter não lucrativo e a instituição de recompensas honoríficas ou pecuniárias para que sejam reconhecidas as realizações exemplares em todos os campos da salvaguarda.

37 Os investimentos públicos previstos pelos planos de salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua ambiência deveriam ser avalizados pela consignação de créditos adequados nos orçamentos das autoridades centrais, regionais e locais. O conjunto desses créditos deveria ser administrado de forma centralizada pelos órgãos de direito público, privado ou mistos encarregados de coordenar nos níveis nacional, regional ou local todas as formas de ajuda financeira e de orientá-las a uma aplicação global.

38 A ajuda pública, em qualquer das formas descritas nos parágrafos seguintes, deveria pressupor as intervenções da coletividade, onde for necessário e conveniente, e levar em consideração o custo adicional da restauração, ou seja, o custo suplementar imposto ao proprietário em relação ao novo valor venal ou locativo do edifício.

39 Em geral, esses investimentos públicos deveriam servir, antes de tudo, para conservar os edifícios existentes, particularmente as habitações de baixa renda e somente aplicar-se a novas construções na medida em que elas não constituírem uma ameaça à utilização e às funções dos edifícios existentes.

40 Dever-se-iam conceder doações, incentivos fiscais, subsídios ou empréstimos em condições favoráveis ao proprietários particulares e usuários que houverem realizado as obras estabelecidas pelos planos de salvaguarda e de acordo com as normas fixadas por esses planos. Esses incentivos fiscais, doações, subsídios e empréstimos poderiam ser concedidos, em caráter prioritário, a grupos de proprietários ou de usuários de habitações e estabelecimentos comerciais, pois as operações agrupadas se tornam economicamente mais vantajosas que as ações individuais. As vantagens financeiras a serem concedidas aos proprietários particulares e aos usuários deveriam estar eventualmente, subordinadas ao acatamento de determinadas condições impostas no interesse do público, tais como garantia da integridade dos imóveis, possibilidade de visita aos edifícios, acesso aos parques, jardins ou sítios, realização de fotografias, etc.

41 Dotações especiais deveriam ser previstas nos orçamentos dos órgãos públicos ou privados para a proteção dos conjuntos históricos ou tradicionais ameaçados por grandes obras públicas ou privadas e pela poluição. As autoridades

públicas deveriam prever igualmente dotações especiais para a reparação dos danos causados pelos desastres naturais.

42 Todos os serviços e administrações que atuam na construção pública deveriam, ainda, agenciar seus programas e orçamentos de maneira a contribuir para a reabilitação dos conjuntos históricos ou tradicionais, através do financiamento a obras que correspondam simultaneamente a seus próprios objetivos e aos dos planos de salvaguarda.

43 Para aumentar os recursos financeiros disponíveis os Estados Membros deveriam incrementar a criação de estabelecimentos financeiros públicos ou privados para a salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência, dotados de personalidade jurídica e que pudessem receber doações de particulares, de fundações e de empresas industriais e comerciais. Os doadores poderiam desfrutar de isenções fiscais.

44 As instituições públicas e os estabelecimentos de crédito privados poderiam facilitar o financiamento a obras de qualquer gênero destinadas a proteger os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, através da criação de um órgão que se encarregasse da concessão de empréstimos aos proprietários, com taxas reduzidas e longos prazos de reembolso.

45 Os Estados Membros e as autoridades interessadas em todos os níveis poderiam facilitar a criação de associações sem fins lucrativos que se encarregassem da aquisição e, se for o caso, depois de restaurá-los, da venda dos imóveis mediante a utilização de fundos de operações especialmente destinados a manter nos conjuntos históricos ou tradicionais os proprietários que desejarem protegê-los e preservar suas características.

46 É essencial evitar que as medidas de salvaguarda acarretem uma ruptura da trama social. Para evitar, nos imóveis ou nos conjuntos a ser restaurado, o traslado dos habitantes, com prejuízo dos menos favorecidos, poderiam ser concedidas indenizações que compensassem a alta do aluguel, para que os ocupantes pudessem conservar suas habitações e seus pontos de comércio e produção assim como seus modos de vida e suas ocupações tradicionais, especialmente o artesanato rural, a agricultura em pequena escala, a pesca etc. Essas indenizações, determinadas em função dos rendimentos, ajudariam os interessados a fazer frente ao aumento dos encargos provocados pelas obras realizadas.

PESQUISA, ENSINO E INFORMAÇÃO

47 Para aperfeiçoar a competência dos especialistas e dos artesãos necessários e para fomentar o interesse e a participação de toda a população no trabalho de salvaguarda, os Estados Membros deveriam adotar as medidas que se seguem, de acordo com sua competência legislativa e constitucional.

48 Os Estados Membros e as coletividades interessadas deveriam encorajar as pesquisas e os estudos sistemáticos sobre:

- aspectos urbanísticos dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência;

- as interconexões entre salvaguarda, urbanismo urbano e planejamento físico-territorial;
- os métodos de conservação aplicáveis aos conjuntos históricos;
- a alteração dos materiais;
- a aplicação das técnicas modernas aos trabalhos de conservação;
- as técnicas artesanais indispensáveis à salvaguarda.

49 Deveriam ser instaurados e desenvolvidos ensinamentos específicos sobre os temas acima e que compreendessem estágios de formação prática. Além disso, é indispensável estimular a formação de técnicos e de artesãos especializados na salvaguarda dos conjuntos e de quaisquer espaços abertos que os circundam. O desenvolvimento das técnicas artesanais, ameaçadas pelo processo de industrialização, também deveria ser estimulado. Seria de desejar que as instituições interessadas cooperassem nessa esfera com os organismos internacionais especializados no assunto, tais como o Centro de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais, de Roma, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

50 A formação do pessoal administrativo encarregado das operações locais e salvaguarda dos sectores históricos deveriam, onde for adequado e necessário, ser financiada e dirigida pelas autoridades competentes, de acordo com um programa em longo prazo.

51 A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e econômicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objeto de uma informação clara e completa. Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado.

52 O estudo dos conjuntos históricos deveria ser incluído no ensino em todos os níveis e, particularmente, no de história, para inculcar no espírito dos jovens a compreensão e o respeito às obras do passado e para mostrar o papel desse patrimônio na vida contemporânea. Esse ensino deveria utilizar amplamente os meios audiovisuais e as visitas aos conjuntos históricos ou tradicionais.

53 Conviria facilitar o acesso a cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para pessoal docente e para guias, bem como a formação de instrutores para ajudar os grupos de jovens e de adultos desejosos de se iniciar no conhecimento dos conjuntos históricos ou tradicionais.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

54 Os Estados Membros deveriam colaborar, no que se refere à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, recorrendo, se for necessário, à ajuda de organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais principalmente ao Centro de Documentação UNESCO - ICOM - ICOMOS. Essa cooperação multilateral ou bilateral deveria ser judiciosamente coordenada e concretizar-se através de medidas com as seguintes: intercâmbio de informações de todos os gêneros e de publicações científicas e técnicas; organização de seminários e de grupos de trabalho sobre temas específicos; concessão de bolsas de estudos e de viagem, envio de pessoal científico, técnico e administrativo e fornecimento de material; luta contra todas as formas de poluição; execução de grandes projetos de salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência e difusão da experiência adquirida. Nas regiões situadas de um lado e de outro de uma fronteira onde ocorrerem problemas comuns de planejamento e salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, os Estados Membros deveriam coordenar suas políticas e ações para conseguir a melhor utilização e proteção desse patrimônio; assistência mútua entre países vizinhos para a salvaguarda de conjuntos de interesse comum, característicos do desenvolvimento histórico e cultural de região.

55 De acordo com o espírito e com os princípios da presente recomendação, nenhum Estado Membro deveria tomar qualquer medida para demolir ou alterar as características dos bairros, cidades e sítios históricos situados nos territórios ocupados por esse Estado.

ANEXO 10**Relação dos Centros Ibero-americanos Patrimônio Cultural da Humanidade****ARGENTINA E BRASIL:**

1984 Missões Jesuíticas dos Guaranis: (C iv)
 San Ignacio Mini, Santa Ana, Nossa Senhora de Loreto e Santa María Mayor
 (Argentina), Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil)

BOLÍVIA:

1987 Cidade de Potosi (C ii, iv, vi)
 1990 Missões Jesuíticas de Chiquitos (C iv, v)
 1991 Cidade Histórica de Sucre (C iv)
 1998 Forte de Samaipata (C ii, iii)
 2000 Tiwanaku: Centro Espiritual e Político da Cultura Tiwanaku

BRASIL:

1980 Cidade Histórica de Ouro Preto (C i, iii)
 1982 Cidade Histórica de Olinda (C ii, iv)
 1985 Centro Histórico de Salvador, Bahia (C iv, vi)
 1985 Santuário de Bom Jesus em Congonhas (C i, iv)
 1987 Brasília (Ci, iv)
 1997 Centro Histórico de São Luís, Maranhão (C iii, iv, v)
 1999 Centro Histórico da Cidade de Diamantina
 2001 Centro Histórico da Cidade de Goiás

CHILE:

2000 Igrejas de Chiloé
 2003 Bairro histórico da cidade portuária de Valparaíso
 2005 Usinas de salitre de Humberstone e Santa Laura
 2006 Cidade mineira de Sewell

COLÔMBIA:

1984 Porto, Fortalezas e Conjunto Monumental de Cartagena (C iv, vi)
 1995 Centro Histórico de Santa Cruz de Mompox (C iv, v)

CUBA:

1982 Cidade Antiga de Havana e seu Sistema de Fortificações (C iv, v)
 1988 Trinidad e Vale de Los Ingenios (C iv, v)
 1997 Castelo de São Pedro de la Roca, Santiago de Cuba (C iv, v)
 2005 Centro Histórico Urbano de Cienfuegos

EQUADOR:

1978 Cidade de Quito (C ii, iv)
 1999 Centro Histórico de Santa Ana de los Ríos de Cuenca

GUATEMALA:

1979 Antigua Guatemala (C ii, iii, iv)

NICARÁGUA:

2000 Ruínas de León Viejo

PANAMÁ:

1980 Fortificações da Costa Caribenha do Panamá: Portobelo, São Lorenzo (C i, iv)

1997 Distrito Histórico do Panamá e o Salão Bolívar (C ii, iv, vi)

PARAGUAI:

1993 Missões Jesuíticas da Santíssima Trindade do Paraná e Jesus de Tavarangue (C iv)

PERU:

1983 Cidade de Cuzco (C iii, iv)

1983 Santuário Histórico de Machu Picchu (N ii, iii / C i, iii)

1991 Centro Histórico de Lima (C iv)

2000 Centro Histórico da Cidade de Arequipa

SURINAME:

2002 Centro histórico de Paramaribo

URUGUAI:

1995 **Bairro Histórico da Cidade de Colonia do Sacramento (C iv)**

VENEZUELA:

1993 Coro e seu Porto (C iv, v)

2000 Cidade Universitária de Caracas